

**Isabel Ventura**

**A emergência das Mulheres repórteres  
nas décadas de 60 e 70**

**Universidade Aberta  
2007**

**Isabel Ventura**

**A emergência das Mulheres repórteres  
nas décadas de 60 e 70**

**Dissertação de Mestrado em Estudos  
sobre as Mulheres.**

**Orientador: Dr. Mário Mesquita**

**Universidade Aberta  
2007**

## ABSTRACT

This thesis is about Portuguese women who worked as reporters or journalists during the sixties and the seventies.

By 1960 Portugal lives a particular political period of its history. A dictatorship has been imposed by Oliveira Salazar and the country had no freedom of expression.

Women were considered inferior to men and weren't allowed to choose some professional activities. By law, Portuguese women were considered minors, since they had to ask for permission to their husbands in order to travel abroad or to start a business. At the same time, the country suffered from the lack of education, which affected, particularly women.

After the presidential elections of 1958, when General Humberto Delgado – the candidate of the opposition –, Portugal lives a period of social instability. Students demonstrate themselves and in Angola, those who claim for independence, start a war.

It is during this period that these Portuguese women are going to work as journalists. By this time there are few women at the newspapers. Who are they? How did they get there? How did these women relate with their colleagues? How did they deal with censorship? Are they feminism? These are some of the questions we are trying to response.

Keywords: Journalism and Women.

## Índice:

I. Introdução.....	6
II. Objectivos.....	11
1. Objectivos gerais e específicos.....	11
1.1.Delimitação do tema.....	11
1.2.Selecção das Jornalistas.....	13
1.3. Objectivos gerais e metodologias.....	15
III. Problemáticas.....	18
IV. As mulheres e o Estado Novo.....	21
1. A Categoria Género e as Fontes Orais nos Estudos sobre as Mulheres.....	21
2. Enquadramento do tema.....	25
2.1. A Educação.....	30
2.2.Educação e Intervenção Social.....	34
2.3. A Legislação.....	36
3. O Contexto Histórico.....	39
3.1. Novas Cartas Portuguesas.....	39
3.2. Das Eleições de 1958 ao 25 de Abril de 1974.....	45
3.3. A Liberdade: entre o conservadorismo e o desejo de mudança.....	54
3.4. Os Jornais e as Mulheres.....	57
3.5. A Resistência ao Trabalho Feminino.....	63
3.6. Oposição, Segregação e Resistência.....	69
3.7. Jornalismo e Feminismo(s).....	77
V. As Jornalistas.....	83
5.1. Perfis de Jornalistas .....	83
5.2. Alice Vieira: “ <i>não há jornalistas</i> ” .....	85

5.3. Edite Soeiro: “ <i>três dias depois do meu filho nascer, já estava a trabalhar</i> ” .....	88
5.4. Diana Andringa: “ <i>as mulheres jornalistas não eram mulheres... eram jornalistas</i> ” .....	91
5.5. Leonor Pinhão: “ <i>os dirigentes desportivos achavam graça ser uma miúda e estar ali</i> ” .....	94
5.6. Maria Antónia Palla: “ <i>ela escreve como um homem</i> ” .....	97
5.7. Maria Teresa Horta: “ <i>Li Simone de Beauvoir, aos 14 anos, e isso mudou a minha vida</i> ” .....	100
VI. Conclusões.....	103
VII. Bibliografia.....	108
VIII. Anexo.....	117

## I. Introdução

Em 2005, o Sindicato dos Jornalistas recebeu a inscrição de 156 novos associados, dos quais, 90 eram mulheres. Em 1960 – início do período aqui analisado – a percentagem de mulheres sindicalizadas era de 2%, correspondendo este número a dez jornalistas do sexo feminino. Destas, algumas poderiam desempenhar funções de apoio à redacção<sup>1</sup>. De dez mulheres sindicalizadas no início da década de 60, passamos a 190<sup>2</sup> em 1980, o que corresponde a um aumento de 8% em vinte anos.

Este diferencial é acompanhado por fortes alterações sociais na sociedade portuguesa. O estatuto de homens e mulheres sofreu mutações jurídicas<sup>3</sup> e a população experimentou influências externas, que (antes) eram exclusivas de camadas sociais privilegiadas que tinham um contacto efectivo com o exterior. O jornalismo e a sua indústria não escaparam a essas mudanças. Que antecedentes permitiram que o cenário se alterasse desta forma num espaço de 20 anos?

Após o golpe de Estado de 1926 e posterior consolidação do Estado Novo, a sociedade portuguesa ver-se-á confrontada com um regime autoritário promotor da máxima “*Deus, Pátria e Família*”. Estes preceitos irão afectar transversalmente todas as áreas das vidas dos portugueses, nomeadamente no campo dos direitos e garantias de cidadania. Para assegurar o controlo social, o Estado prevê, na Constituição de 1933, a censura para os casos de natureza política ou social que ponham em causa a ordem pública. Mais tarde, Marcello Caetano mudar-lhe-á o nome para Exame Prévio, no âmbito de uma “mudança na continuidade” do regime que ficará conhecida por Primavera Marcelista. Este instrumento do poder terá um profundo impacto na imprensa

---

<sup>1</sup> SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974, Uma profissão em construção*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Lisboa. 2001.

<sup>2</sup> Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas, em 1960 havia 10 mulheres sindicalizadas, num total de 455 jornalistas; em 1965 surgem mais 4 mulheres, num total de 559 jornalistas. Em 1970, de 782 profissionais, 24 são mulheres. Um ano após a Revolução dos Cravos, o valor é de 87 mulheres para um total de 1221 sindicalizados e no início da década de 80 existem 190 mulheres sindicalizadas num total de 1886 profissionais.

<sup>3</sup> GUIMARÃES, Elina. “A mulher Portuguesa na legislação civil”. In *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 1986 -3º-4º, pp. 557-577.

homogeneizando os seus conteúdos (Rodríguez, 1996)<sup>4</sup>. A este respeito, a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista<sup>5</sup> resume assim a acção da Censura sobre os jornais:

*“Durante quase 48 anos da sua terrível, castradora e humilhante actividade – pois nem um só minuto, desde logo a seguir ao 28 de Maio de 1926, até ao libertador 25 de Abril de 1974, ela deixou de existir e funcionar, com todo o primarismo e brutalidade – a Censura fez um número incalculável de cortes totais e/ou parciais, sem dúvida muitas dezenas ou centenas de milhares, na mais longa e impiedosa perseguição e destruição da informação e da cultura portuguesa que a nossa história regista”.*

Nos relatórios da Direcção dos Serviços de Censura podem conhecer-se algumas das sanções para os jornais que ousavam desafiar as suas ordens. Aquelas poderiam ser de variados tipos, passando pela suspensão<sup>6</sup> como ilustra este exemplo:

*“(…) com 30 dias de suspensão o jornal “A Voz da Póvoa”, por ter submetido à apreciação da Comissão de Censura do Porto uma prova impressa contendo uma carta injuriosa a estes serviços”.*

Por vezes, optava-se pelas sanções pecuniárias, como é demonstrativa a multa de 1000\$00<sup>7</sup> aplicada ao “Jornal de Notícias”, acusado de ter publicado um “anúncio inconveniente que não submeteu a censura prévia”.

A imprensa portuguesa sofrerá uma crónica falta de liberdade de expressão que condicionará não só a forma como dá as notícias, mas também as notícias que dá. As redacções recebiam “circulares” com instruções sobre os cuidados a ter com os conteúdos e os factos a evitar:

---

<sup>4</sup>RODRÍGUEZ. Alberto Pena. “História do Jornalismo Português”. In QUINTERO, Alejandro Pizarroso. História da Imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996.

<sup>5</sup> **A Política de Informação no Regime Fascista**. 2º volume. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980.

<sup>6</sup> Idem, pp. 54, 56, 58

<sup>7</sup> Idem, pp. 58. Nota: o caso remonta a 1939.

*“No Evening Standard, de Londres, foi publicada uma correspondência de Lisboa (?) em que se lança o boato da existência de uma corrente, nos meios políticos espanhóis, segundo a qual se pretenderia fazer a anexação de Portugal que ficaria dirigido por um governador. Não permitir referência a esse estúpido artigo. Igual recomendação quanto ao artigo publicado no Daily Telegraph & Morning Post que apresenta Portugal como objecto de influência e propaganda alemãs. Sabe-se que este último artigo não é do correspondente oficial em Lisboa. Os dois casos e outros que se conhecem (...) revelam renovação de métodos de luta tendentes a abalar a confiança na Espanha e no recente tratado de paz e amizade. O próprio Times tem publicado artigos que não convém transcrever em que se lança dúvida sobre a firmeza do General Franco.”*

A Censura corta conteúdos de texto e imagem, afectando o quotidiano das redacções, que dependem de autorização externa – negociando telefonicamente, por vezes até aos últimos minutos, os conteúdos visados – para fechar o jornal ou até mesmo para enviar um correspondente ao estrangeiro. A censura ou o Exame Prévio, – cujo nome admite claramente a necessidade de avaliar os órgãos de comunicação social – estimulará um cenário de mimetismo na imprensa portuguesa.

Na década de 60, contudo, os jornais vespertinos irão ser alvo de algumas alterações que provocarão um certo dinamismo nos conteúdos jornalísticos. A propriedade dos jornais dividia-se entre o Estado, os grupos económico-financeiros e os “grupos de família”; o *Século*, o *Diário Popular* e o *Diário de Lisboa* o pertenciam às famílias Pereira da Rosa, Balsemão e Ruella Ramos. Será entre os jornais detidos por grupos familiares que surgirão “*novos pontos de vista políticos e comerciais, que o aparelho do regime não consegue controlar tão facilmente*”, segundo afirmam Seaton e Pimlott<sup>8</sup>. Ou seja, inicia-se assim a afirmação de uma nova lógica comercial e editorial.

---

<sup>8</sup> SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben. “The Portuguese Media in transition”. In KENNETH Maxwell. The press and the rebirth of Iberian Democracy. Londres: Greenwold Press, 1983.

Será neste contexto que veremos algumas mulheres a entrar nas redacções dos jornais generalistas. Até lá, elas estavam, essencialmente, confinadas às publicações femininas (por exemplo, Maria Lamas, na revista *Modas e Bordados*) ou afectas a instituições ou organizações, como é o caso de Maria Joana Mendes, na revista *Menina e Moça*. Destas não pretendemos falar, já que ou não eram jornalistas a tempo inteiro (Maria Joana Mendes) – antes dirigiam ou escreviam para revistas de associações das quais faziam parte, ou no caso de Maria Lamas, por ter um campo de actuação cronologicamente anterior ao que nos propomos analisar. Pretendemos, pois, perceber em que contexto a imprensa portuguesa abriu as portas (e não apenas brechas) às mulheres portuguesas.

Das que integraram as redacções nessa altura, ou cujo percurso passa pelos jornais, destacamos algumas que, pelas suas características pessoais e profissionais, consideramos que contribuíram não só para abrir caminho às seguintes - percorrendo um caminho difícil e solitário – mas também chamando a si causas que lhes eram caras.

Maria Antónia Palla, Diana Andringa e Maria Teresa Horta utilizaram o jornalismo como forma de denúncia para a situação de desigualdade em que viviam as mulheres portuguesas, fosse em termos laborais, familiares ou no que respeita aos direitos de maternidade e despenalização do aborto, por exemplo. Edite Soeiro inicia-se na profissão muito jovem desempenhando múltiplas tarefas e foi alvo do preconceito que impunha – também na redacção – certos temas às mulheres ou que excluía outros – como o desporto. Mais sorte teve Leonor Pinhão que, iniciando-se na segunda metade da década de 70, entra para um jornal desportivo, sendo a primeira mulher jornalista de um jornal temático de desporto, neste caso *A Bola*. Alice Vieira, oriunda de uma família burguesa e tendo vivenciado uma “*infância super-protegida*” (sic), entra no jornalismo através da colaboração de um suplemento juvenil.

Estas mulheres aceitaram o desafio de integrar uma profissão essencialmente masculina e suportaram o “paternalismo” com que, com frequência, eram tratadas nas redacções. Durante as suas carreiras, algumas foram distinguidas com prémios (Maria Antónia Palla e Diana Andringa, Edite Soeiro); aceitaram dirigir suplementos, revistas, jornais ou empresas editoriais (Edite Soeiro, Maria Teresa Horta, Alice Vieira, Leonor Pinhão – editora do jornal *Público*). Enquanto editoras (à excepção de Leonor Pinhão que chegou a este cargo após o 25 de Abril) lutaram contra a censura pelo direito de ver publicados

os textos dos colegas, não se deixando intimidar com os comentários de alguns censores que apelavam às suas funções de mães: “(...) *a dr<sup>a</sup> não tem um filho? Porque é que não escolhe outra profissão? Vá para casa cuidar do filho*” (Maria Teresa Horta em entrevista)<sup>9</sup>. Será, portanto, a estas mulheres que representam - não uma amostra de um grupo, mas - exemplos extraordinários e únicos nos episódios que constituem o percurso das mulheres na imprensa portuguesa que dedicamos este trabalho.

No primeiro capítulo fazemos uma introdução ao tema, fazendo uma breve contextualização histórica.

No segundo capítulo enunciamos os objectivos gerais e específicos, explicamos os limites do tema, justificando a selecção das jornalistas, e descrevemos as metodologias adoptadas.

O terceiro capítulo é dedicado às problemáticas que motivam este trabalho e que se centram na triangulação da descrição do contexto histórico, e nas condições e dificuldades sentidas pelas jornalistas no exercício da profissão.

O quarto capítulo – dedicado à situação das mulheres no Estado Novo – divide-se em três partes: a primeira com enfoque na definição da categoria género e na descrição do contributo das fontes orais nos estudos sobre as mulheres. Seguindo-se a referência à educação e a intervenção social femininas durante a época estudada, bem como a principal legislação relativa às mulheres. O último ponto deste capítulo centraliza alguns dos acontecimentos fundamentais e marcantes na história do período abrangido. Nele contextualizamos vários cenários de contestação ao regime, com referência às eleições de 1958. Referimos também a importância da publicação das *Novas Cartas Portuguesas*. Identificamos os principais argumentos que justificavam a resistência à entrada das mulheres nas redacções e explicamos de que forma elas contornaram essa oposição. Por último, referimos a relação que estas jornalistas têm com a palavra feminismo.

No quinto capítulo traçamos um breve perfil das seis mulheres que integram este trabalho.

O último capítulo é dedicado a uma síntese conclusiva.

---

<sup>9</sup> Maria Teresa Horta em entrevista concedida em Janeiro de 2006.

## II. Objectivos

### 1. Objectivos Gerais e Específicos

#### 1.1. Delimitação do tema

Nos anos 60 as poucas mulheres que trabalhavam na imprensa generalista portuguesa estavam afectas a áreas relacionadas com a sociedade (Vera Lagoa<sup>10</sup>), a páginas culturais e suplementos juvenis (Diana Andringa, Maria Teresa Horta, Alice Vieira) ou traduziam textos (Diana Andringa, na *Vida Mundial*). Outras eram responsáveis pela página feminina ou integravam redacções de revistas temáticas (femininas). Algumas tiveram o primeiro contacto com a imprensa através da poesia: enviaram poemas aos responsáveis pelos suplementos juvenis onde os e as jovens tinham a oportunidade de ver as suas palavras publicadas. Os suplementos, de resto, funcionaram como canais de captação de jovens e novos talentos (independentemente do género), acabando por beneficiar as mulheres, dado que algumas viram o caminho até à redacção menos dificultado, como observa Joaquim Letria:

*“(...) Entrou a Helena Neves, para os suplementos, que entretanto começaram a absorver muitas mulheres”<sup>11</sup>.*

Será, pois, na década de 60 que encontramos trabalhos publicados por algumas destas mulheres – em jornais como o *Diário de Lisboa* – cuja fundação remonta a 1921 e o *Diário Popular* (nascido em 1942). Ambos vespertinos e de orientação política de esquerda.

---

<sup>10</sup> Maria Armanda Pires Falcão começou por assinar com o pseudónimo Vera Lagoa as suas crónicas de cariz social no *Diário Popular*. Seria o que mais se aproxima hoje da chamada imprensa cor-de-rosa.

<sup>11</sup> CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas, do Ofício à profissão: Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)**. Lisboa: Caminho. Colecção: Nosso Mundo, 2007. Pp. 383.

Maria Antónia Palla, que entra para o *Diário Popular*, em 1968, através de um concurso, recorda uma outra colega: Maria Virgínia de Aguiar a qual desempenharia funções indiferenciadas no jornal. Juntamente com Maria Antónia Palla entrarão no jornal mais duas mulheres também por concurso – cuja prova é a redacção de uma reportagem – as quais abandonarão a profissão mais tarde. Note-se que este não era um procedimento usual como forma de recrutamento na imprensa da época. Apesar de Palla lembrar que se vivia um clima “*de preconceito baseado na inadequação feminina*”, três mulheres<sup>12</sup> conquistam o lugar na redacção no *Diário Popular*.

Por esta altura, a entrada nas instalações de *O Século* é exclusiva a homens, segundo conta Maria Teresa Horta<sup>13</sup>. As publicações femininas - ou dirigidas a mulheres - têm redacções à parte. Com este cenário, interessa-nos pois, debruçarmo-nos sobre as condições em que ocorre a entrada das mulheres nos órgãos de comunicação social, onde também trabalhavam homens, cujo alinhamento editorial era de carácter geral e não temático, restringindo-se a um tema e respectivos subtemas, como acontecia com as publicações femininas. Lembramos que o Sindicato só permitia admissão a jornalistas da imprensa diária, deixando de fora algumas mulheres que ocupavam cargos em revistas temáticas ou mesmo generalistas, como era o caso da *Flama*, do *Século Ilustrado* ou ainda da *Vida Mundial*.

Optámos, pois por balizar o objecto de estudo entre o início da década de 60 e o final da década de 70. Vinte anos em que Portugal assiste a mudanças radicais: alterações jurídicas que atribuem diferentes direitos e deveres a homens e mulheres, a tentativa de “mudança na continuidade” por parte de Marcello Caetano, por forma a tornar menos insatisfeitos os críticos do regime, a guerra colonial, fluxos migratórios muito elevados e a passagem de um regime autoritário para um regime democrático, com as respectivas implicações legais e sociais.

Foi igualmente necessário fazer uma delimitação geográfica. Não podemos esquecer que por esta altura, Portugal ainda incluía alguns países extra-Europa, que não foram considerados para este trabalho. Optámos, portanto, por cingir este estudo às jornalistas que trabalhavam na capital.

---

<sup>12</sup> Para além de Maria Antónia Palla entraram na redacção do DP Margarida Silva Dias e Maria Armada Passos.

<sup>13</sup> Em entrevista realizada em 2006.

## 1.2. Selecção das Jornalistas

De entre as jornalistas a escolha recaiu sobre Diana Andringa, Maria Antónia Palla, Edite Soeiro, Leonor Pinhão e Maria Teresa Horta. Após algumas entrevistas exploratórias realizadas a pessoas que exerciam jornalismo nessa altura considerámos que elas constituem casos paradigmáticos no jornalismo português nestas décadas. Paradigmáticos pela proeza de terem conseguido entrar na profissão em órgãos de comunicação generalistas e não temáticos, por terem dado continuidade à carreira (Maria Antónia Palla refere que com ela teriam entrado mais duas mulheres que poucos anos depois, escolheriam outras vias profissionais), por, durante o seu percurso profissional, terem atingido um estatuto de reconhecimento entre os seus pares e por terem acedido a posições de chefia e/ou de direcção. Outro aspecto importante é o de cada uma delas ser interveniente enquanto cidadã, utilizando – por vezes - o jornalismo como forma de denúncia de situações que consideravam injustas, situações estas ligadas à sua condição de cidadãs e não em exclusivo de mulheres. Ou seja, a selecção baseia-se não no facto de as considerarmos representativas (de alguma forma) das mulheres jornalistas destas décadas, mas antes por contribuírem para a afirmação das mulheres no jornalismo e na sociedade. Das cinco, quatro têm livros publicados e a sua intervenção social não se fica pela redacção de notícias. Na sua escrita há críticas sociais e por vezes, denúncia da situação de minoridade das mulheres e/ou de outros grupos. Algumas partilham a escrita jornalística com outras áreas da escrita: Maria Teresa Horta é poetisa e ficcionista, Alice Vieira lançou-se como escritora de livros juvenis e Leonor Pinhão escreve guiões de cinema.

A escolha de Leonor Pinhão baseou-se sobretudo no facto de ter sido a primeira mulher portuguesa a escrever num jornal desportivo. Embora tenha iniciado a sua carreira após o advento do 25 de Abril de 1974 e, portanto, não ter atravessado o período da censura, é um marco importante por ter sido a primeira a exercer jornalismo numa área predominantemente masculina.

Estas mulheres tiveram acesso à educação, com frequência passaram pelo ensino superior, e aquando da sua entrada no jornalismo, já estavam nesse estágio, muito embora algumas tenham continuado a estudar após o exercício da profissão. Este dado é

significativo, uma vez que a maior parte dos seus colegas não tinha o mesmo passado escolar. Segundo apurou José Luís Garcia<sup>14</sup>, as maiores percentagens de jornalistas cujas habilitações vão desde o ensino obrigatório ao complementar (12º ano) estão concentradas nas faixas etárias mais velhas (de 41 a 55 anos, aqui distribuídos por 63.2% dos homens e 10% das mulheres) e (com mais de 55 anos, sendo revelador que a percentagem neste grupo cabe inteiramente ao sexo masculino: 90,9%). Em consonância com estes resultados, são sobretudo as mulheres que, entre os jornalistas mais velhos (daqueles dois grupos etários), possuem em bacharelato ou mesmo licenciatura (80% contra 23.7% na faixa etária que vai dos 41 aos 55 anos).

Verifica-se a existência de um grande número de jornalistas que exerciam a profissão e que tinham poucas habilitações.

Esta disparidade poderia provocar um certo ambiente de animosidade, uma vez que os que tinham menos habilitações ou pelo menos, conhecimentos (por exemplo de línguas estrangeiras), podiam sentir-se ameaçados. Diana Andringa, que entrou para a revista *Vida Mundial* como tradutora, recorda que havia editores, e mesmo directores que não dominavam o inglês. De alguma forma, este detalhe demonstra como também aqui, se exigia mais a estas mulheres.

As mulheres jornalistas que fazem parte deste estudo, tiveram um percurso longo - e atípico, considerando o panorama de escolaridade dos portugueses – antes de exercerem a profissão.

---

<sup>14</sup> Garcia, José Luís. “Principais tendências de evolução do Universo dos Jornalistas Portugueses”. In Vértice, Lisboa: Maio-Junho, nº 60, 1994. Citado por Pedro Alcântara da Silva, Quem somos nós?. In JJ – Jornalismo e Jornalistas.

### 1.3. Objectivos específicos e metodologias

Pretende-se saber quem eram e quem são estas mulheres. De que forma entraram no mundo do Jornalismo e como evoluíram. Ou seja, identificar qual foi a forma de acesso à profissão, numa altura em que a oferta de trabalho na área era dirigida ao masculino.

Durante o percurso profissional, desejamos saber como era o relacionamento com a censura e com as fontes, para quem não era habitual serem entrevistadas por mulheres. Na actualidade, procuramos conhecer quem são hoje, o que fazem e qual a sua representação do jornalismo e das mulheres jornalistas de hoje.

Para tal, pretendemos fazer breves histórias de vida, verificando quais as origens familiares, qual a sua formação escolar e qual foi o percurso profissional, portanto, “secções selectivas de uma vida focada” ou “vida solicitada sob questionamento mais ou menos directivo”<sup>15</sup>.

Partindo de um questionário estático (em anexo) seguimos com entrevistas semidirigidas, permitindo que as entrevistadas acrescentem os aspectos que considerem importantes e que permitam uma enunciação de si (Conde, 1993). Não nos propomos escrever as biografias destas mulheres. Antes situá-las, como recomenda Idalina Conde, no “quadro da sua específica experiência social da subjectividade”. Propomos pois basear as histórias de vida das entrevistadas limitando-as à hipótese minimalista (Conde, 1993), por se circunscreverem à biografia da vida delas enquanto jornalistas:

*“(...) períodos embrionários à decisão pela vocação; entrada em formação, ambiente, inserção e percurso escolar; (...) experiências e vivências em grupos de pertença ao lado das relações projectivas com grupos de referência, paralelamente à cadeia de alianças/rupturas/transições observadas na travessia de círculos de afinidade e/ou contraposição electiva; influências, parceiras e*

---

<sup>15</sup> Conde, Idalina. “Falar da Vida”. In Sociologia, problemas e práticas., nº 14. Lisboa: CIES, 1993, pp. 198-222

*concorrências marcantes do trabalho artístico pessoal segundo a evolução do tipo e ritmos de produção (...)*<sup>16</sup>

É igualmente importante perceber que formação e consciências cívicas possuíam enquanto cidadãs, dado que este é um dos pontos que consideramos distintivo e determinante da escolha que optámos por fazer. Enquanto pessoas integradas numa família procuramos averiguar qual foi a reacção dos parentes mais próximos bem como dos amigos relativamente à opção profissional que fizeram (algumas das entrevistadas referem que a sua opção não foi bem aceite pela família: Maria Antónia Palla recorda que a mãe nunca compreendeu a sua decisão, Edite Soeiro lembra que o pai recebeu cartas anónimas que reprovavam o seu trabalho no jornal de Benguela, e Diana Andringa explica que a mãe sempre preferiu que ela tivesse seguido outra carreira, muito embora isso nunca tenha afectado a sua relação com a progenitora).

É verdade que estas jornalistas não se enquadram no protótipo dos “deserdados” ou daqueles que nunca tiveram acesso à palavra (Tavares, 2000). Acresce ainda que a “história do tempo presente não se faz sem o recurso às fontes orais” como afirma a historiadora Danièle Voldman, citada por Manuela Tavares.

Uma vez que se vivia uma época muito particular da história de Portugal, dado que vigorava um Estado autoritário, procurámos saber quais as suas posturas políticas. Se militavam em alguma estrutura partidária ou se se identificavam com alguma corrente ideológico-partidária. Se, durante essa década intervieram em alguma acção organizada pela oposição – clandestina ou não. Haveria outras mulheres no jornalismo que fossem afectas ao Regime? Qual é a sua representação face à vida política que se vivia e de que forma conviviam com o facto de serem cidadãs de um país que lhes negava os mesmos direitos que os homens, equiparando-as a menores em muitos aspectos, nomeadamente no que à autonomia financeira e individual se refere (careciam de autorização do marido para viajarem ou para abrirem um negócio, por exemplo).

Interessa igualmente perceber qual a posição face aos feminismos – que floresciam no mundo ocidental (sobretudo no mundo anglo-saxónico) e um pouco por toda a Europa<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Conde, Idalina. “Falar da Vida”. In Sociologia, problemas e práticas., n° 14. Lisboa: CIES, 1993, pp. 198-222.

– destas mulheres. Quando as mulheres portuguesas se viam confrontadas com um estatuto de menoridade jurídica e com um o “preconceito baseado na sua inabilidade profissional”, que posição assumiam face aos movimentos que reclamavam a igualdade entre os géneros em todas as áreas da sociedade?

Tendo em consideração que estas mulheres tinham acesso a um espaço público que era reservado aos homens, sobre o que escreviam? Que grau de intervenção e poder tinham? Que tipo de relação estabeleciam com os seus pares? De forma a descrever o contexto em que estas pessoas ingressaram na profissão há que fazer uma breve caracterização da mesma na época a que se reporta este estudo. Outra necessidade que sentimos foi a de caracterizar a população portuguesa. Isto é, perceber em que sociedade se inseriam e o que era esperado das mulheres em geral.

E, por último, que representação têm de si próprias (quanto ao papel que desempenharam na profissão).

---

<sup>17</sup> Sobre a existência de feminismos ou de grupos/correntes feministas em Portugal ver Tavares, Manuela (obra citada) e Maria José Magalhães.

### III. Problemáticas

Em 1945, com o fim da II Grande Guerra, a Europa dos aliados derruba as ditaduras nazi e fascista. Em Portugal, a oposição à política salazarista cresce, e com os ventos de democracia a sopragem da Europa, os antagonistas do regime parecem ter a sua oportunidade. O Movimento de União Democrática (MUD) conquista apoio popular e Salazar anuncia eleições à Assembleia Nacional. Perante as manifestações de simpatia pelo MUD, as autoridades proíbem sessões de propaganda por parte da oposição, levando o movimento a retirar da corrida eleitoral, apelando à abstenção.

Em jeito de resposta aos críticos e às acusações de falta de condições para eleições livres, Salazar afirma: *“não fazemos eleições por ser moda... e as eleições são absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra”*. Apesar da contestação ao resultado do escrutínio, alegadamente fraudulento, o regime beneficia do clima de fobia comunista vivido no mundo ocidental e a ditadura portuguesa sobrevive a mais uma prova.

Quatro anos depois, nas eleições presidenciais, a candidatura de Norton de Matos provoca um novo abalo no regime. O general reúne um apoio cada vez mais crescente, chegando um comício a reunir 150 mil pessoas (Barradas, 2004). A Comissão Feminina de Apoio à Candidatura de Norton de Matos exige, entre outras coisas, a abolição do regulamento da prostituição, salário igual para trabalho igual, equiparação jurídica para ambos os sexos; assistência social para todas as mulheres, independentemente de crenças, credos políticos e estado civil e o sufrágio universal. A isto as estruturas satélite do regime respondem com manifestações de apoio à pátria e apelos às mulheres nacionalistas para que se mantenham do lado do regime (Barradas, 2004).

Algumas apoiantes de Norton de Matos já eram jornalistas, como Maria Lamas. Teresa Horta recorda ter distribuído folhetos de apoio ao general, numa manifestação precoce de espírito de intervenção social e política. Nove anos depois chega a vez do General Humberto Delgado, numas eleições que preconizam o início do fim de um período de ditadura do Estado Novo.

As iniciativas a favor da visibilidade do sexo feminino podiam ser censuradas e punidas. Maria Lamas, que dirigia a revista Modas e Bordados, foi confrontada com o desemprego após organizar uma exposição de mulheres escritoras, através do Conselho

Nacional das Mulheres Portuguesas do qual era fundadora e presidente. Este será encerrado abruptamente após a exposição ser suspensa por ordem da PIDE.

As acções repressoras da polícia política desincentivavam atitudes e acções de protesto, contudo, os movimentos de oposição – apesar de mais fragilizados – resistem. Entre os objectivos da “resistência” ou dos principais opositores ao Regime, a *questão feminina*, ou a discriminação a que as mulheres portuguesas estavam sujeitas – é apenas mais uma questão, acabando por ser minorizada face à causa mais importante que era a democracia.

Várias entrevistadas (Diana Andringa e Maria Antónia Palla) mencionaram que se acreditava que a questão feminina se diluía na questão fascista. Assim, refugiavam-se na crença ou na esperança de que a primeira se resolveria quando a última se resolvesse. A este propósito, Ana Barradas afirma também:

*“(...) a participação das cidadãs portuguesas na política sempre se enquadrou na luta geral dos trabalhadores e quase nunca as formações políticas da oposição canalizaram esforços para a defesa dos interesses específicos da emancipação feminina. O PCP, os anarco-sindicalistas e outras organizações políticas e sindicais ensinaram desde sempre as suas filiadas e simpatizantes a delegar nos homens a defesa dos seus direitos, com o argumento de que, uma vez instaurada uma ordem social mais justa, estes seriam tomados em consideração. Entretanto, elas deveriam servir de suporte e apoio à luta principal contra a exploração e não acirrar as contradições secundárias entre os sexos”.*

Mary Nasch, citada por Manuela Barradas, afirma também que:

*“Em países como Portugal, que atravessaram um processo de transição política da ditadura para a democracia nos anos 70, o movimento feminista foi inicialmente muito politizado, com uma agenda centrada nos direitos sociais e políticos”.*

Seria também esta a opinião partilhada por estas jornalistas?

O Estado Novo cria uma sociedade amordaçada em que a repressão se estende “a todos os sectores” com particular incidência nos meios intelectuais (Barradas, 2004):

*“A Sociedade Nacional de Belas Artes foi encerrada (...) há cineclubes encerrados, sessões de cinema proibidas, milhares de livros são incluídos numa lista negra, as bibliotecas dos clubes recreativos são assaltadas e algumas destas agremiações fechadas. Os livros publicados são sujeitos a uma censura férrea, que se traduz pela apreensão pura e simples dos exemplares encontrados nas livrarias às quais as brigadas da PIDE passavam revista”.*

As décadas de 60 e 70 parecem-nos, assim, constituir um terreno fértil para perceber que condicionalismos permitiram uma entrada – embora tímida – das mulheres na imprensa, de que forma estas se relacionavam com os seus pares e de que forma isso mudou – ou não – ou se contribuiu para uma maior consciência para as questões formais de desigualdade.

Através de algumas entrevistas, percebemos que dentro das redacções, as mulheres estavam, com frequência, separadas fisicamente dos seus colegas – à semelhança do que acontecia nas escolas do Estado. Esta separação era justificada através da necessidade de proteger as próprias mulheres, já que os seus colegas homens teriam uma linguagem mais agressiva, onde proliferavam os palavrões, aos quais se pretendia poupar as mulheres. Aparentemente, a segregação social estendia-se – embora de forma menos agressiva – às redacções. Esta atitude poderia ser uma estratégia de afastamento das mulheres (ainda que inconsciente) não lhes permitindo uma convivência igual à que os homens tinham no local de trabalho. Esta separação nem parece ter muito sentido, uma vez que estas mulheres tinham relações sociais com os seus pares saindo com os mesmos para ir ao cinema, jantar ou em outras actividades quotidianas. Seria pois, este fenómeno uma discriminação camuflada de protecção? Assim a ser, parece que a entrada das mulheres nas redacções da imprensa generalista não se fez sem algumas dificuldades.

## IV. As Mulheres e o Estado Novo

### 1. A Categoria Género e as Fontes Orais nos Estudos sobre as Mulheres

A palavra *género* tem sido utilizada pelas feministas para se referirem à organização social das relações entre os sexos (Scott, 1988) e a importância do género enquanto categoria de análise histórica tem sido salientada por diversos autores. Joan Scott defende que não basta provar que as mulheres têm uma história, importa também reflectir de que forma uma análise baseada no género dá outro significado ao conhecimento histórico. Segundo Scott género é “*um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças constatadas entre os sexos*” e “*um primeiro caminho de dar significado às relações de poder*”<sup>18</sup>.

Na década de 30, a antropóloga Margaret Mead<sup>19</sup> sugere que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres resultam da (diferente) educação que recebem em crianças. Em 1949, a francesa Simone de Beauvoir reforçará a ideia de Mead ao afirmar na sua obra<sup>20</sup> que “*não se nasce mulher*”, expondo a convicção de que “*ser mulher*” é uma construção social. De acordo com Alain Touraine et alii (orgs),<sup>21</sup> o conceito de género é amplamente aceite e a “*organização social é considerada o factor esmagadoramente preponderante*”. Segundo Ana Macedo e Ana Amaral (orgs.)<sup>22</sup>, em Portugal:

---

<sup>18</sup> SCOTT, Joan Wallach (1988). “Gender: a useful category of Historical Analysis”. In American Historical Review 91.n.º 5, 1986

<sup>19</sup> Margaret Mead foi autora de três obras que resultaram de trabalhos de campo em que observou culturas não ocidentais: *Coming of Age in Samoa* (1929), *Growing up in the New Guinea* (1930) e *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* (1935).

<sup>20</sup> BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Venda Nova: Bertrand, 1987, Vols. I e II.

<sup>21</sup> TOURAINE, Alain et alii (orgs.). “Género”. In Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editor/Dinalivro, 1996. P. 332-335.

<sup>22</sup> MACEDO, Ana Gabriela e AMARAL, Ana Luísa (orgs.). “Género”. In Dicionário da Crítica Feminista. Porto: Edições Afrontamento, 2005. P.87-88.

*“(...) por influência do inglês, no panorama português cada vez mais se vê aplicada a palavra «género» com o sentido de categoria sexual socialmente construída”.*

Ora, é com este conceito que se rejeita (cientificamente) o determinismo biológico, o qual empurra as mulheres para um espaço privado onde lhes são oferecidas as compensações da maternidade e do matrimónio e estes são apresentados como as únicas saídas dignas para as mulheres. Dado que a sociedade portuguesa, durante o período em causa, era levada a acreditar nesse mesmo determinismo biológico [sendo difundida – através de variadíssimos meios – uma propaganda de cultivo do conformismo pela pobreza (escolar e material), com uma clara separação de papéis sociais], importa perceber o que distingue estas mulheres das que, tendo acesso a níveis de educação semelhantes e tendo iguais oportunidades, escolhiam o “aconchego do lar” ou o que se esperava delas – serem única e exclusivamente mães e esposas exemplares. Ou ainda, por que razão escolheram a carreira jornalística (à época, tão pouco afamada e hostil às mulheres) em detrimento da docência, da enfermagem, ou outras, consideradas mais apropriadas ao chamado sexo fraco.

Os estudos sobre as mulheres introduziram – ou difundiram – o conceito de género enquanto categoria de análise<sup>23</sup> e trouxeram alguma credibilidade ao recurso às fontes orais, devido ao que se chamou o “*silêncio dos arquivos*” no que às mulheres diz respeito. Este silêncio foi sendo sucessivamente quebrado por alguns historiadores revisionistas e com o contributo dos estudos feministas ou de género. Os primeiros reviram alguns arquivos, onde se pôde comprovar que as mulheres tiveram uma participação essencial em momentos cruciais da História, como na Revolução Francesa

---

<sup>23</sup> Judith Butler (1990), citada no *Dicionário da Crítica Feminista*, refere que “género não está para a cultura como sexo está para a natureza, mas significa também os meios discursivos e culturais através dos quais a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos, anteriores à cultura mesma”. Nesta mesma obra surge o alerta do perigo de esta noção – se extremada – poder levar à desconstrução de outras variáveis (tais como etnia, classe, religião, entre outras) e se considerar que o mais importante, ou a única coisa a considerar, ser o Ser Humano abstractamente. Susan Bordo (1990), citada igualmente na mesma obra, sublinha que: “*numa cultura que é construída pela dualidade sexual, não se pode ser simplesmente ‘humano’*. Isso é tão impossível quanto ser simplesmente ‘gente’ numa cultura racista. (...) quer nos agrade ou não, na cultura presente as nossas actividades são codificadas como ‘masculinas’ ou ‘femininas’ e funcionarão como tal no sistema prevaiente das relações de poder entre os sexos”. In *Dicionário da Crítica Feminista* (obra citada), p. 87-88.

(Koshiyama, 2005)<sup>24</sup>. Os estudos sobre as mulheres, ou estudos de género ou feministas, trouxeram o contributo da valorização das fontes orais enquanto fonte privilegiada de construção da memória. A memória individual tem um contributo, sem precedentes, na construção da memória colectiva.

O uso das fontes orais reforça a hipótese de que um grupo pode constituir-se por meio da sua memória (Voldman et alii, 1984). A possibilidade de falar com os actores, ou com as pessoas que viveram os acontecimentos confere uma riqueza de pormenores e detalhes não possível somente com acesso aos recursos escritos<sup>25</sup>, e isto é particularmente visível no caso dos estudos sobre as mulheres pois, como lembra Manuela Tavares (2000)<sup>26</sup>: “*os arquivos são, frequentemente, silenciosos quanto ao papel das mulheres*”. O que, neste caso, não deixa de ser irónico, já que os sujeitos deste estudo tiveram acesso à escrita e à palavra num espaço público.

Baseando-se nos estudos de D. Veillon (1984)<sup>27</sup> e de M. Pollac<sup>28</sup> (1982) junto de sobreviventes e de deportadas dos campos de concentração nazis, Voldman e Castelle afirmam que a memória não é sexuada, antes depende dos percursos individuais. Ilustram esta ideia com as mulheres do movimento de resistência francês durante a IIª Guerra Mundial, dividindo-as segundo o estado civil; as solteiras têm uma memória muito mais marcada pelo tempo colectivo, enquanto as casadas, sem salário, têm uma memória medida pela vida privada e ancorada na cronologia pessoal.

---

<sup>24</sup> KOSHIYAMA, Alice Mitika. “Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira”. Apresentação no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS.

<sup>25</sup> Lucette Valensi, em *As fábulas da memória: a gloriosa batalha dos três reis* (Edições Asa, 1996) aponta, no entanto, várias fragilidades no processo de construção da memória individual: “*o par memória/esquecimento não esgota as operações que se realizam em torno da experiência vivida, e que a produção de lembranças não é o único processo activo a estar em jogo. Silêncio, censura, obliteração, recalçamento, amnésia, denegação, mentira também fazem parte da formação da memória*”, p.17.

<sup>26</sup> TAVARES, Manuela. **Movimentos de Mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

<sup>27</sup> VEILLON, D. “Memoire de résistants et de deportés” comunicação no Seminário “L’ADIR Association Nationale des Déportés et Internées de la Résistance”. In Memóire de la seconde guerre mondiale, Metz, 1984.

<sup>28</sup> “POLLAC, M. “Survivre dans un camp de concentration”, In La Recherche en Sciences Sociales: actes, nº 41, 1982, e “Paroles des desportées”, comunicação no Seminário.

As mulheres que contribuem para este estudo e cujas memórias se inscrevem num tempo específico, marcado por um regime político que introduz características únicas na sociedade portuguesa, são assalariadas, embora com lembranças claramente marcadas pelo tempo colectivo vivido num Estado cerceador das liberdades individuais, em particular no que às mulheres diz respeito.

Também Sílvia Espírito Santo (2003) sublinha que a memória é um problema central no campo da História das Mulheres já que estas foram excluídas da esfera pública tradicional.

No caso português, as mulheres são, segundo esta autora, “*produto de uma educação virada para o lar e para a família*”, tendo como consequência o reduzido número de mulheres portuguesas que:

*“(...) tomaram consciência da sua importância cívica e política, principalmente durante o Estado Novo. Cresceram a ouvir reproduzidas mensagens inspiradas nas encíclicas Rerum Novarum (1891) e Quadragésimo anno (1931) que definiam o seu papel de mulheres como boas donas de casa e mães de família, predisposição com que supostamente a natureza as dotou, e a que a ideologia salazarista acrescentou a devoção à Pátria e a ocupação do governo doméstico. O cumprimento destes ‘deveres’ chegou para lhes ocupar o tempo”.*<sup>29</sup>

Também Shulamit Reinharz<sup>30</sup> defende que “*a metodologia utilizada na área dos estudos sobre as mulheres deve basear-se na experiência vivida pelas mulheres*”. Ora., à falta – ou ao ínfimo número – de registos escritos que relatem essas experiências, privilegiamos, as fontes orais.

Para a realização deste trabalho, optámos, portanto, pela realização de entrevistas (uma inicial e outra final). A primeira, embora com um questionário elementar, de carácter exploratório de forma a definir as diferentes problemáticas que constituem a base deste

---

<sup>29</sup> SANTO, Sílvia Espírito. **Adeus, até ao teu Regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra colonial (1961-1974)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. P. 17-18.

<sup>30</sup> SCHULAMIT, Reinharz. **Feminist Methods in Social Research**. Oxford University Press. 1992.

trabalho. A última com o objectivo de confirmar hipóteses e esclarecer questões que surgiram ao longo da redacção. Lembramos que as protagonistas são simultaneamente testemunhas com um olhar privilegiado sobre o ambiente que se vivia e que as suas memórias constituem uma base crucial para a realização deste trabalho.

## 2. Enquadramento do Tema

À semelhança de vários campos da História (Lerner, 1997)<sup>31</sup>, longos períodos da história da imprensa em Portugal são monopólio do masculino. Os primeiros nomes que surgem são de homens: falemos de jornalistas ou de empresários: “*o jornalismo como, aliás, a maioria das profissões, começou por ser um território de homens*” (Correia et alii, 2007). Tudo se diz no masculino. Exemplificativo é o caso da “Grande Bertha” – referido no capítulo dedicado à imprensa portuguesa na *História da Imprensa*<sup>32</sup> –, uma voz feminina que se ouvia na Rádio Clube Português, durante a guerra civil espanhola e de quem não se sabe o nome exacto. Mas para além da memória selectiva, existe a prova dos números. Em 1925, o Sindicato dos profissionais da Imprensa de Lisboa declarava que a proporção de mulheres em relação aos homens era de 2% (Sobreira, 2001)<sup>33</sup>. Dezasseis anos depois, a percentagem é de 1,8%. Em 1960 – primeiro ano de delimitação do objecto de estudo deste trabalho – há dez mulheres inscritas no Sindicato. Cinco anos depois, sindicalizaram-se mais quatro mulheres. Em 1970 estão

---

<sup>31</sup> Anne Cova (1998) lembra que “(...) segundo a historiadora americana Gerda Lerner, a história foi escrita sob uma abordagem «male-centered», sendo preciso mudar a direcção do olhar histórico, a fim de se proceder a uma reescrita da história, (...) colocando novas questões às fontes e abrindo novas perspectivas”. In COVA, Anne, “Escrever a história das mulheres”, V Cursos Internacionais de Verão de Cascais: actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1999. Vol. IV, p. 117-129.

<sup>32</sup> RODRÍGUEZ, Alberto Pena. “História do Jornalismo Português”. In QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Imprensa*. Planeta Editora. Lisboa. 1996. p. 368.

<sup>33</sup> SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os Jornalistas Portugueses 1933 – 1974, Uma profissão em construção*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Departamento de Ciências da Comunicação. Lisboa. 2001.

inscritas 24 mulheres. Após a queda do regime, os nomes de mulheres aumentam – ainda que timidamente. Em 1974 são contabilizadas 51 mulheres nos “*mapas dos vencimentos das empresas*”. Contudo, este valor pode não corresponder na íntegra a jornalistas, uma vez que, segundo apurou Rosa Sobreira<sup>34</sup>, algumas destas mulheres não desempenhariam funções redactoriais, mas de carácter administrativo.

A tímida evolução registada por Sobreira até 1970 ter-se-á realizado sem sobressaltos. As entrevistadas salientam o apoio recebido por parte de grande parte dos colegas. Sem perturbar esta aparente unânime aceitação, registam-se somente alguns comentários ou comportamentos mais paternalistas, e para a imposição ou sugestão de espaços separados para as proteger da linguagem, alegadamente, rude seus colegas. Fernando Correia e Carla Baptista salientam que em Portugal:

“(...) *O recrutamento de mulheres foi particularmente tardio, tendo-se iniciado de forma consistente apenas no início da década de 60, mas simultaneamente progressivo e bastante pacífico*”.<sup>35</sup>

Vários factores podem explicar a falta de intervenientes femininos. Um prende-se com os elevados índices de analfabetismo da sociedade portuguesa que atinge em particular o sexo feminino. Na década de 40, segundo o IX Recenseamento Geral da População de 1950, 56,1% das mulheres eram analfabetas, contra 41,2% dos homens (Barradas, 2004)<sup>36</sup>. Em 1970 a percentagem de analfabeto(a)s portugueses com mais de 40 anos é de 30,5%. No final do ano da revolução, Portugal conta 130 mil mulheres, naquela faixa etária, incapazes de ler ou escrever, e 80 mil homens na mesma condição.<sup>37</sup>

Ora, se o acesso à profissão não estava vedado às mulheres por qualquer cláusula jurídica (como acontecia, por exemplo, com a carreira da magistratura), a falta de competências e de ferramentas básicas para o exercício da profissão eram, claramente, um factor de bloqueio.

---

<sup>34</sup> Obra Citada.

<sup>35</sup> CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas: do ofício à profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)**. Lisboa: Caminho. Colecção: Nosso Mundo, 2007. P. 380

<sup>36</sup> BARRADAS, Ana. **As Clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

<sup>37</sup> FERREIRA, José Medeiros (coord). “A evolução da Sociedade Portuguesa”. In MAT TOSO, José (dir). **História de Portugal: Portugal em Transe (Volume 8)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. P. 166-167.

Outro factor poderá ter explicação na tendência para tornar invisível e na conseqüente desvalorização – genérica – do trabalho das mulheres, já que elas estavam, maioritariamente, confinadas a publicações temáticas, as quais, muito possivelmente, seriam depreciadas pelos próprios pares. Recordamos, a este respeito, as declarações de Manuela de Azevedo a propósito da sugestão para fazer a página feminina que lhe foi dirigida pelo director do jornal *República*, onde começou a carreira, aos 23 anos: “*no início, queria dar-me a página da mulher. Mas eu recusei. Estava ali para fazer jornalismo*”<sup>38</sup>.

O “*Sindicato recebia apenas as declarações dos vencimentos das publicações diárias, havendo publicações como a *Femina*, *Alma Feminina*, *Eco de África*, *Eva*, *O Feminino*, entre outras, às quais estão associadas mulheres que não aparecem nos números do *SNJ*”, como aponta Sobreira<sup>39</sup>. Embora alguns destes títulos sejam da década de 30, ilustram a indiferença com que eram tratados pelo Sindicato.*

Lembramos ainda que o Sindicato só permitia a possibilidade de se tornar sócio efectivo aos jornalistas que exercessem as seguintes categorias: “*chefes e subchefes de redacção, redactores e repórteres fotográficos, que exercessem há mais de um ano por forma efectiva, permanente, em jornais diários*”<sup>40</sup>. Eram ainda admitidos os redactores e correspondentes das agências noticiosas, no entanto, ficavam de fora os profissionais da imprensa não diária que só tinham acesso a ser “*sócios correspondentes após três anos de actividade em publicações periódicas, em jornais no estrangeiro e nas colónias*”, traduzindo-se esta cláusula na “*exclusão efectiva do Sindicato*”, segundo Sobreira. Esta questão foi confirmada pelas entrevistadas ao mencionarem que as mulheres que trabalhavam na profissão estavam, sobretudo, em revistas, e portanto, excluídas do Sindicato. Somente quando os jornais diários começaram a aceitar mulheres como colaboradoras, estas puderam estar incluídas nos números do Sindicato, sendo Maria Antónia Palla a primeira mulher portuguesa sindicalizada. De notar ainda que a

---

<sup>38</sup> Manuela de Azevedo citada por Correia et alii, *Obra Citada*, página 389.

<sup>39</sup> *Obra Citada*.

<sup>40</sup> *Idem*

inscrição no sindicato era obrigatória para todos os profissionais da imprensa diária que estivessem abrangidos nas categorias acima mencionadas.

Mas ainda que algumas publicações pudessem acolher mulheres que escreviam para alguns periódicos (temáticos) – embora, frequentemente, não exercessem a actividade como profissão principal – é da opinião do sociólogo José Luís Garcia e de José Castro<sup>41</sup> que a entrada das mulheres no jornalismo é:

*“(...) um processo cabalmente relacionado com a restauração das liberdades públicas. Entre 1950 e 1970 era extremamente reduzido o número de mulheres no jornalismo, e ingressavam na profissão uma a duas por ano”.*

À mesma conclusão chegam Fernando Correia e Carla Baptista:

*“O recrutamento de mulheres foi um dos elementos importantes num movimento mais vasto de modificação da paisagem humana das redacções e das formas de exercício da profissão, integrando factores económicos, sociais e culturais.”<sup>42</sup>*

A opinião destes investigadores é, portanto, a de que a entrada das mulheres na profissão é tão-somente mais um dos factores incluídos num conjunto de alterações no jornalismo, não tendo sido consequência de qualquer reivindicação em particular de algum movimento civil que exigisse igualdade de direitos, por exemplo. Ou seja, uma consequência das mutações sociais que se verificam nestas décadas e que não terminam com o 25 de Abril de 1974. Nos anos 60 existe um esforço de renovação: os jornalistas são mais novos e mais letrados do que os da geração anterior. Alguns são mulheres, que possuem também estas características. Ou seja, a crença de que a causa feminina se diluía na causa democrática está aqui exposta. Assim, quando a “sociedade mudou”, quando o regime se alterou, as mulheres puderam aceder, naturalmente, a todos os lugares, incluindo, lá está, às redacções dos jornais. Acederam, lentamente – e em

---

<sup>41</sup> Garcia, José Luís. “Principais tendências de evolução do Universo dos Jornalistas Portugueses”. In Vértice, Maio-Junho, nº 60, Lisboa. 1994. Citado por Pedro Alcântara da Silva, “Quem somos nós?”. In JJ – Jornalismo e Jornalistas. Obra Citada.

<sup>42</sup> CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. Obra Citada. P. 380

grande número já nos anos 90 – aos lugares base das redacções estando, porém, longe da paridade no que se refere a cargos de chefia (Subtil, 2000).

A ditadura também não simpatizava com os movimentos de mulheres que advogassem a paridade:

*“ (...) a actividade das feministas – que não agradava ao Regime nem à Igreja Católica, nem ao conjunto da sociedade conservadora triunfante – foi dificultada, proibida. O encerramento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas em 1948 (...) é um exemplo significativo”<sup>43</sup>.*

A acrescentar ao analfabetismo e à resistência por parte do Regime a quaisquer movimentações que pusessem em causa a “ordem natural das coisas”, ou melhor, “dos sexos” na sociedade portuguesa, sublinhamos os impactos dessa mesma resistência. As mulheres portuguesas eram incentivadas a ficar em casa, a cuidar da família e a permanecerem silenciosas. A não ingerência era a palavra de ordem para toda a sociedade, com grande enfoque para as mulheres.

Porém, essa não-ingerência não será incompatível com o auxílio necessário à pátria, em consequência de um conflito armado. A década de 60 é marcada pelo início do conflito em Angola. A guerra colonial irá criar diversos movimentos femininos<sup>44</sup> cujo intuito será apoiar os que partem e as que ficam, preparando o regresso dos soldados. Este acontecimento, suscitou pois, alterações na forma de actuação das mulheres portuguesas – originando movimentos de solidariedade que incluíam um grande número de pessoas, motivadas quer pela causa nacional, quer pelo desejo de prestar auxílio.

Será por esta altura que as mulheres que fazem parte deste estudo ingressam nas fileiras do jornalismo.

---

<sup>43</sup> Palla, Maria Antónia. “As Mulheres e o Século XXI: uma tão longa marcha. Alguns apontamentos sobre a história das mulheres e os estudos sobre as mulheres”. In Mulheres Século XX: 101 Livros. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

<sup>44</sup> Entre as iniciativas contam-se as Madrinhas de Guerra, dinamizadas por Cecília Supico Pinto.

## 2.1. A Educação

O acesso ao ensino no Portugal do Estado Novo era, literalmente, difícil. A escolaridade obrigatória tinha sido estipulada até quatro anos, e o ensino promovia a segregação dos sexos, separando fisicamente meninos e meninas. A segregação dos corpos estendia-se ainda aos conteúdos: os *curricula* diferiam consoante se dirigissem a rapazes ou raparigas<sup>45</sup>.

As mulheres recebiam uma educação limitada e direccionada para actividades que não estimulavam ou promoviam o espírito crítico, como demonstra este testemunho<sup>46</sup>:

*“os curricula eram um pouco diferentes, pois as meninas sempre tinham labores, formação feminina, enquanto os meninos iam brincar jogando no recreio. «rapaz é rapaz... rapariga é rapariga» - diziam a Sr.<sup>a</sup> professora e o Sr. professor”.*

Esta diferenciação, que se produz nos espíritos das crianças a partir do ensino primário, acentua-se com vista a “produzir vocações femininas”<sup>47</sup>, para quem chega à escola secundária:

*“A escola secundária tinha disciplinas e cursos específicos para rapazes e raparigas, privilegiando estas com disciplinas mais ‘vocacionadas’ a mulheres ‘boas donas de casa’. Exemplo: como cozinhar, como arrumar a cozinha, como fazer um curativo, tratar de um bebé. Puericultura chamava-se a disciplina. Os homens tinham mecânica, economia, trabalhos oficinais”.*

---

<sup>45</sup> Desde 1927 (Decreto-Lei nº 13 619, Maio) a coeducação é banida. A educação das raparigas inclui o ensino de “*coser, bordar, cozinhar, fazer, olhar pelo azeite da casa, talhar, cozer e conservar peças de vestuário da sua família (...)* já que hoje, mais do que nunca, se torna imperiosa a necessidade da escola orientar a educação doméstica da mulher, levando-a a compreender o seu papel social”. In NEVES, Helena e CALADO, Maria. *O Estado Novo e as Mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

<sup>46</sup>ARAÚJO, Helena et Alii. “A Co-educação em Portugal: alguns contributos”. Comunicação apresentada no Colóquio ‘Outros Sentidos para novas Cidadanias’.

<sup>47</sup> Idem

A distância institucional que separava rapazes e raparigas nas escolas irá repercutir-se nas relações sociais de ambos e marcar várias gerações. Raparigas e rapazes eram também alvo de restrições de apresentação estando interdito o uso de calças compridas às primeiras e certas cores aos últimos. A hegemonia do conceito de “ser homem” imperava sem dar margem para outras formas de masculinidade. Da escola espera-se que produza raparigas com forte noção do que significa ser mulher em Portugal: servir a pátria. E servi-la é aceitar uma posição cívica de subserviência e limitada ao espaço privado, sempre que possível. Helena Neves e Maria Calado<sup>48</sup> resumem:

*“A escola vai produzir (e depois reproduzir) um modelo de sociedade, cujos valores devem não violentar, mas antes forjar as consciências. Daí a célebre fórmula «a escola oficina de almas», o espaço de socialização que contaminará os outros espaços sociais: a família, o trabalho, a organização corporativa, e aquilo que, hoje, designaríamos por cidadania, palavra, aliás, pouco apreciada pelo discurso do fascismo. Pela escola passa a ordem nos espíritos, nos corpos e na nação”.*

A educação não era uma prioridade do regime. Em 1933, Salazar afirma que era “*mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler*” (Maria Filomena Mónica, 1982)<sup>49</sup>.

A educação caracterizar-se-á também por uma forma única de aprendizagem, estendida aos conteúdos e a um controlo total de todo o processo educativo, independentemente do grau. Esta uniformização ideológica conseguia-se através de:

*“Controlo ideológico dos professores, manuais escolares tornados livros únicos, disposição e decoração das salas de aula, concentraram o «tipo ideal» da ideologia do Salazarismo (...)”* (Cova et alii, 1997).

A escola prepara as raparigas para desempenharem um determinado papel social, que é o de mães e donas de casa. As que têm oportunidade de prosseguir os estudos recebem

---

<sup>48</sup> NEVES, Helena e CALADO, Maria. **O Estado Novo e as Mulheres: o género como investimento ideológico e de mobilização**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

<sup>49</sup> MÓNICA, Maria Filomena. **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar**. Lisboa: Presença, 1982.

sugestões para seguir carreiras que sejam próprias a senhoras, exemplos da “*feminilidade empregável*” (Gaskell, 1992). Nestas não se inclui o jornalismo:

“*O jornalismo não era uma profissão que as nossas mães gostassem, porque era exercida por homens. Era, evidentemente, uma profissão masculina e nos finais dos anos 50, princípios de 60 e para as jovens da burguesia, o contacto com o sexo oposto era complicado.*” (Alice Vieira em entrevista).

Mas o regime autoritário de Salazar sofrerá diversos reveses. A candidatura do general Norton de Matos, em 1949, será somente um início. Após estas eleições, o regime recupera o fôlego, mas a candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, deixa o Estado Novo sem hipótese de ocultar a repressão que faz sentir sobre os portugueses, tendo os resultados da eleição sido contestados.

A década de 60 caracterizar-se-á por diversas manifestações de contestação ao Regime em vigor, tendo o ano de 1961 sido particularmente difícil. Um após outro, acontecimentos perturbadores da “boa ordem” sucedem-se: o capitão Galvão lidera o assalto ao Paquete *Santa Maria* atraindo a atenção internacional para a situação política portuguesa; o quartel de Beja é atacado numa tentativa de golpe de Estado frustrada. Também nesse ano, rebenta o conflito militar em Angola e na Índia, o Estado Português é ocupado pelas tropas nacionais. Em simultâneo, as comunidades académicas agitam-se, e após tumultos devido à proibição das comemorações do Dia do Estudante, Marcello Caetano, então a ocupar o cargo de Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, demite-se.

Entretanto, do outro lado do Atlântico, Betty Friedan<sup>50</sup> documenta e explica, no livro *A Mística Feminina*, o que os psiquiatras chamam de “a doença das donas de casa”. Contudo, os ecos estado-unidenses têm pouco, ou reduzido impacto no Portugal fechado

---

<sup>50</sup> FRIEDAN, Betty. Brasil: Editora Vozes Limitada, 1971. O livro foi originalmente publicado em 1963 e encontra-se disponível no seguinte endereço electrónico: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/02//374147.pdf>. É considerado um marco na história do feminismo. Friedan reflectiu e investigou durante anos para conseguir concretizar esta obra. No seu trabalho, Friedan refuta a ideia de que as mulheres da classe média estado-unidense se realizavam unicamente através da maternidade e da gestão doméstica. Friedan revela que o “destino” de donas de casa atribuído às mulheres da classe média estado-unidense estava levá-las à frustração e à dependência de medicação.

e analfabeto. Mais perto, na Europa francesa vivem-se tempos de agitação social com greves e resistência interna, acontecimentos que ficarão conhecidos como Maio de 1968 e durante os quais se ouvem as máximas da Revolução Francesa. Exigem-se direitos iguais: para todos e todas.

Nas universidades portuguesas, também os estudantes reclamam mudanças no regime e na sociedade. Primeiro em Lisboa, com os incidentes da Crise Académica de 1962, e sete anos depois em Coimbra, os estudantes universitários arriscam e contestam publicamente o regime.

À reclamação pela liberdade e igualdade, sucedem-se reflexões sobre as relações entre homens e mulheres, nomeadamente rapazes e raparigas universitários. A *Carta a uma Jovem Portuguesa*, editada no Jornal da Associação Académica de Coimbra (AAC) aborda o tema do relacionamento entre géneros<sup>51</sup>. A Carta, publicada em Abril de 1961, irá suscitar um intenso debate na sociedade académica. Ainda no seguimento do questionamento do relacionamento entre homens e mulheres, aquelas que ficaram conhecidas por as ‘três marias’<sup>52</sup> publicam, em 1972, as *Novas Cartas Portuguesas*, que as levará a tribunal devido ao conteúdo do livro, considerado impróprio aos costumes católicos. Em 1973, realiza-se o Primeiro Congresso Internacional Feminista.

Portugal agita-se. Os ecos de modernidade e igualdade do estrangeiro afectam – lentamente – Portugal. O contacto com o exterior é estimulado pela emigração. Os portugueses (e as portuguesas) procuram novas e melhores formas de vida, pretendem fugir à guerra colonial, à miséria e à fome, à perseguição política. A fuga proporciona-lhes o conhecimento do mundo democrático, permite-lhes novas leituras, novos hábitos e posturas de vida. Embora a uma velocidade bastante moderada, essas influências tenderão a ter impacto na sociedade portuguesa.

---

<sup>51</sup> BEBIANO, Rui e SILVA, Alexandra. “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a ‘Carta a uma Jovem Portuguesa’”. In Revista de História das Ideias, “Tolerâncias, Intolerâncias”, 2004. Vol. 25, p. 423-452.

<sup>52</sup> Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno, Maria Costa Velho.

## 2.2. Educação e Intervenção Social

A uniformização de mentalidades através da educação com vista à produção de indivíduos com características de passividade e submissão não constituiu impedimento para que inúmeras mulheres, em diversas ocasiões, organizassem acções de luta para exigir direitos que vão desde o seu papel enquanto mães ao de trabalhadoras (Barradas, 2004)<sup>53</sup>. A título exemplificativo, assinalamos as diversas manifestações organizadas por mulheres reivindicando a redução de preços ou o cumprimento dos preços tabelados, aumentos de salário, o acesso a algumas profissões que lhes estavam vedadas (como era o caso de algumas actividades liberais, ou as carreiras da magistratura ou diplomática) ou que só podiam exercer renunciando ao direito ao matrimónio - no caso das enfermeiras e das telefonistas (Barradas, 2004)<sup>54</sup>. Como nota Maria José Maurício<sup>55</sup>:

*“(...) fora do quadro eleitoral, em que as vozes femininas se iam fazendo ouvir, o centro de luta acabava por deslocar-se para os locais de trabalho, onde, mais directamente, sentiam os problemas e, tomando posição pela defesa dos seus direitos, as mulheres chamavam a atenção da sociedade para as suas dificuldades, apesar de a censura proibir a divulgação da agitação social e ocultar à opinião pública a realidade do mundo do trabalho”.*

Ou seja, apesar dos índices de baixa escolaridade ou do elevado nível de analfabetismo – num panorama geral de não promoção de mecanismos de educação que desenvolvessem o espaço crítico e de acção autónoma –, algumas cidadãs reivindicavam os seus direitos enquanto trabalhadoras.

Em 1960, 31,1% da população portuguesa é analfabeta, destes, 36,7% são mulheres, contra os 24,9% de homens (Cova et alii, 1997). No final do ano da revolução, segundo António Brotas, na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, haveria 80 mil

---

<sup>53</sup> Obra Citada.

<sup>54</sup> Idem

<sup>55</sup> MAURÍCIO, Maria José. **Mulheres e Cidadania: alguns perfis e acção política – 1949-1973**. Lisboa: Caminho, Colecção Universitária, 2005.

homens analfabetos (com menos de 40 anos) e 130 mil mulheres na mesma condição. A sociedade portuguesa caracterizava-se, pois, por:

*“(...) uma fraca taxa de urbanização, a sociedade portuguesa era fortemente dualista, com diferenças significativas entre a população rural, a maioria, e as elites económicas, políticas e sociais urbanas. Existiam grandes disparidades entre a maioria das mulheres que viviam no campo e uma elite urbana, onde se recrutavam as militantes das diversas organizações femininas e feministas”. (Cova et alii, 1997).*

À excepção de Edite Soeiro, as mulheres jornalistas que fazem parte deste estudo passaram pela universidade, tomando contacto com intelectuais e grupos de oposição ao governo, tendo por vezes intervenção activa em actividades de protesto. Apesar dos constrangimentos, as instituições de ensino do Estado Novo não formam só cidadãos submissos. Dos estabelecimentos de ensino saem:

*“(...) não só as que vieram a colaborar com o regime, mas também as dificilmente catequizáveis, as que nem sempre se apresentaram obedientes e acríticas, como era suposto serem todas as mulheres portuguesas dessa época. Por isso, ainda na década de 60 (1962 e 1969), elas também marcaram presença nos maiores movimentos de contestação académica que o regime conheceu; embora em minoria, jovens universitárias integraram essas manifestações e ousaram protestar, reivindicar e sofrer as consequências da sua ‘rebeldia’.”<sup>56</sup>*

É, portanto, dos bancos das escolas que saem as mulheres que vão ocupar as redacções. As mulheres que fazem parte deste estudo têm origens que podem ser consideradas burguesas. Com a salva do caso já assinalado, todas tomaram contacto com o mundo das notícias antes de chegarem aos bancos do Ensino Superior, quer fosse enquanto leitoras – o que as coloca num plano privilegiado tendo em conta os números do

---

<sup>56</sup> SANTO, Sílvia Espírito. **Adeus, até ao teu Regresso: o movimento nacional feminino na Guerra Colonial (1961-1974)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

analfabetismo – quer enquanto colaboradoras dos suplementos juvenis, onde tinham oportunidade de contactar com outros escritores, bem como jornalistas.

### 2.3. A Legislação

A somar à educação com *curricula* separados, as mulheres portuguesas eram confrontadas com uma legislação que as equiparava à situação de menores e que as fazia depender – em muitas áreas – do marido.

Na Constituição da República Portuguesa de 1933 é reconhecida a “*igualdade perante a lei*”<sup>57</sup> sendo proibido qualquer:

*“privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social, salvo, quanto à mulher, as diferenças resultantes da natureza e do bem da família”*<sup>58</sup>”.

Daqui resulta que as cidadãs estavam, portanto, ao serviço da família e deduz-se que deveriam sacrificar as suas vidas pessoais em prol do projecto familiar. Quanto às “*diferenças resultantes da natureza*” podemos inferir que vigoram as teorias – (como por exemplo a de Durkheim, que afirma que o homem é produto da sociedade e a mulher da natureza) – as quais garantiam uma maior emocionalidade – e menor racionalidade – ao sexo feminino. Ou seja: as mulheres portuguesas são, por lei

---

<sup>57</sup> Artigo 5º, da I Parte da Constituição da República Portuguesa, 1933.

<sup>58</sup> Este artigo será revisto em 1971, sendo eliminado “do bem da família”, e mantendo-se as “diferenças resultantes da sua natureza”.

constitucional, seres condicionados biologicamente, muito embora, o legislador não tenha especificado o alcance das diferenças.

Não surpreende, portanto, que a legislação defina o esposo como o “*chefe da família*”, conferindo a exclusividade da representatividade e decisões de “*todos os actos da vida conjugal*” ao elemento masculino do agregado. É também por letra de lei que o “*governo doméstico*” compete à “esposa”.

A liberdade sexual das mulheres era socialmente controlada e motivo para a anulação do casamento caso ficasse provado que a mulher já tinha tido relações sexuais antes do matrimónio. Ao homem não era exigido o mesmo. Em caso de homicídio, era considerado atenuante o facto de o mesmo ser em virtude de flagrante adultério. Também esta atenuante só era válida para um dos cônjuges, neste caso, o homem. À mulher é negada a existência de uma vida privada: a lei legitima o marido a violar a correspondência da esposa. Estas restrições empurram as mulheres para um espaço privado e isolado, e desincentivam os contactos extra-familiares. No interior da família, é o homem que decide. Ele é o “chefe de família<sup>59</sup>” autorizado a tomar as decisões importantes para ele, para a sua esposa e respectivos filhos.

Assim, os direitos e deveres de cada um no seio da família estendem-se até ao espaço público, sendo necessário – até 1969 – autorização do cônjuge para obter um passaporte ou mesmo para abrir um negócio ou exercer certas profissões<sup>60</sup>.

Paradoxalmente, será também o Estado Novo a permitir às mulheres o que a Primeira República lhes negou: eleger e ser eleita. Foi, de facto, durante o regime de Salazar que as portas da Assembleia da República se abriram para as mulheres, enquanto deputadas<sup>61</sup>.

O direito ao voto é concedido às mulheres “*maiores de 21 anos com curso secundário ou superior comprovado pelo respectivo diploma*”. O regime autoritário irá, assim, não só permitir o voto feminino (em condições diferentes das exigidas aos restantes

---

<sup>59</sup> Artº 1678º do Código Civil Português. 1966.

<sup>60</sup> As carreiras diplomática e da magistratura eram exclusivas do sexo masculino. A partir de 1966, a mulher passou a ser autorizada a profissões liberais ou a ser funcionária pública sem o consentimento do marido (Guimarães, 1986).

<sup>61</sup> Maria Guardiola, Maria Cândida e Maria Domitila de Carvalho foram as primeiras deputadas portuguesas e Maria Teresa Lobo será a primeira mulher num governo português, nomeada Subsecretária de Estado da Assistência, em 1971.

cidadãos) como também chamar as mulheres ao parlamento salvaguardando, porém, que estes novos direitos não significam: “(...) *que o Estado ou elas próprias (as deputadas) se tenha(m) convertido, agora, ao feminismo*”<sup>62</sup>.

Este panorama não é inédito. Com frequência, como nota Yolande Cohen, citada por Maria Reynolds de Sousa<sup>63</sup>, são as ideologias totalitárias que parecem ser mais abertas à concessão de alguns direitos políticos às mulheres:

*“(...) como é doloroso verificar que foram as ideologias totalitárias, reaccionárias ou pelo menos conservadoras quem primeiro compreendeu a importância das mulheres no jogo político”.*

A este facto, não será alheia a convicção (partilhada pelas facções liberais) de que a concessão do voto feminino e da sua elegibilidade daria votos à direita, pois constituíam uma população conservadora e susceptível à propaganda e ao controlo religioso. De resto, este foi um dos argumentos invocados pelos mentores da Iª República para negar o direito de voto às mulheres.

As primeiras deputadas portuguesas serão, todavia, um exemplo contrário ao que o regime publicitava que deviam ser as mulheres; apesar de lutarem arduamente pelos direitos das “mães”, nenhuma delas teve filhos. Todas tinham um grau académico superior e Maria Guardiola dirigiu também algumas instituições femininas afectas ao Regime (Obra das Mães pela Educação Nacional e Mocidade Portuguesa Feminina). Domitila possuía três licenciaturas: Matemática, Filosofia e Medicina. Nenhuma dedicou a sua vida à família. Investiram nas carreiras, sendo um exemplo contraditório do que o regime pedia às mulheres. Grande parte das suas intervenções na assembleia diz respeito à assistência social, à saúde e aos direitos das grávidas.

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Salazar ao jornal *O Século*, de 19 Novembro de 1934. Citado por SOUSA, Maria Reynolds. “As primeiras deputadas portuguesas”. In Colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*: actas, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

<sup>63</sup> SOUSA, Maria Reynolds. Obra Citada.

Como notam Cova e Pinto as portuguesas obtiveram alguns “magros direitos”: o direito de voto limitado às maiores de 21 anos, às casadas com maridos ausentes nas colónias ou no estrangeiro, viúvas, divorciadas de pessoas e bens, com diplomas do ensino secundário ou superior (decreto nº 19 694, de 1931). Para os homens bastava saber ler e escrever. Só em 1946 as mulheres casadas conquistam o direito de voto (alfabetizadas ou analfabetas contribuintes). Durante a Primavera Marcelista, em 1968, o direito de voto será alargado a todas as mulheres. Contudo, esta alteração será justificada por um eventual favorecimento ao regime, uma vez que se dava como garantido o sentido conservador do voto feminino.

### **3. O Contexto Histórico**

#### **3.1. Novas Cartas Portuguesas**

Após uma década de guerra colonial, a agitação social cresce. Em 1968, Marcello Caetano assume a chefia do governo. É o início do período que ficou conhecido por Primavera Marcelista. Contudo, a “*renovação na continuidade*” revela-se frustrante uma vez que as alterações efectuadas pelo ex-Reitor da Universidade de Lisboa são entendidas como meras operações de estética. A censura adopta o nome de Exame Prévio e a PIDE passa a ser Direcção Geral de Segurança (DGS), mantendo ambas os mesmos poderes.

Será durante a Primavera Marcelista que se publicam as *Novas Cartas Portuguesas*, da autoria daquelas que ficaram conhecidas como as *três marias*: Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta, esta última incluída neste estudo. Em 1972, por um curto período de tempo, o livro está disponível nas livrarias portuguesas

uma vez que a DGS se encarrega de apreender os vários exemplares, juntando o livro à lista das obras proibidas. As autoras (e a editora Natália Correia) irão responder em tribunal à acusação de “*ofensa à moral pública e abuso de liberdade de imprensa*” num processo que se arrasta até 1974.

Este episódio, com repercussões mediáticas no estrangeiro sem precedentes<sup>64</sup>, é exemplificativo de como, com regularidade, a denúncia da posição de minoridade cívica em que viviam as mulheres partia de iniciativas culturais. Lembremo-nos dos casos da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, publicada na imprensa académica, e do livro *A Cartilha do Marialva*, do escritor José Cardoso Pires, onde este caricatura o provincianismo bacoco. O Marialva defende a manutenção de uma ordem baseada na desigualdade social e assente na inferioridade biológica da mulher. Nesse sentido reflecte as relações sociais entre homens e mulheres portuguesas (Petar Petrov)<sup>65</sup>.

A experiência da produção literária não é nova para a arguida Teresa Horta. Nem tão pouco o é a retaliação pela audácia da sua escrita. Um ano antes da publicação do romance que a leva a tribunal, é agredida na rua por desconhecidos, após publicar o livro *Ambas as mãos sobre o corpo*. Os atacantes ditam-lhe a acusação: “*isto é para aprenderes a não escreveres como escreves. É para aprenderes a não desinquietares as nossas mulheres*”. As autoridades nunca apuraram a responsabilidade da agressão e Teresa Horta ainda hoje desconhece a autoria do ataque que a levou para o hospital: “*podia ser o homem comum, a PIDE, podia ser qualquer um*”. Para ela, a punição pelo uso do poder da palavra teve consequências físicas e um processo em tribunal. O uso da escrita como forma de poder de reivindicação e de afirmação de identidades, vem da mão da escritora-poeta e romancista, e não da jornalista.

A este propósito, Marcelle Marini<sup>66</sup> afirma que:

---

<sup>64</sup> Em Janeiro de 1970, Mário Cesariny, Luís Pacheco, Ary dos Santos e Natália Correia são acusados de “presumível delinquência” pela publicação (no final de 1965) do livro “*Antologia da poesia portuguesa erótica e satírica*”, a qual foi considerada um “abuso de liberdade de imprensa”. Este julgamento, contrariamente ao das *três marias*, não teve impacto de maior no estrangeiro, apesar de o motivo da acusação ser semelhante

<sup>65</sup> PETROV, Petar. “O Ensaio na Obra de José Cardoso Pires”. In VI Congresso Internacional de Lusitanistas, s.d.: [http://www.geocities.com/ail\\_br/ensaionaobradejosecardoso.htm](http://www.geocities.com/ail_br/ensaionaobradejosecardoso.htm)

<sup>66</sup> MARINI, Marcelle. “O lugar das Mulheres na produção cultural: o exemplo de França”. In *História das Mulheres*. Volume V: O século XX. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991.

*“Pela primeira vez, o movimento social das mulheres tomou uma verdadeira dimensão cultural e as suas reivindicações culturais uma amplitude social. Tudo começa pela explosão criadora inseparável das lutas pela igualdade e pela liberdade. (...) a construção de uma identidade finalmente valorizada passa pela intervenção cultural, enquanto que o movimento social favorece o florescimento de novas obras. A publicação em 1972 das Novas Cartas Portuguesas é um exemplo particularmente esclarecedor. O livro, a três vezes, no qual se entrelaçam poesia, análises e narrativas, ousa o que a cultura dominante recalca num silêncio assassino. Acusação à editora (Natália Correia), censura e processos por ultraje à moral pública e aos bons costumes. Mobilização dos movimentos feministas, daí a publicação em diversos países. Absolvição e aclamação após a “revolução dos cravos”. Nascimento de grupos feministas em Portugal. Ao mesmo tempo, este texto ultrapassa, pelo seu poder inovador, o contexto sociopolítico.”<sup>67</sup>*

Maria Teresa Horta recorda a solidariedade manifestada pelos seus colegas jornalistas. Mas o fundamento desse apoio é exclusivamente político. O processo judicial<sup>68</sup> a que as *três marias* são submetidas é de cariz político e não social. Para os seus pares, trata-se de mais um caso de repressão à liberdade de expressão, a qual sentem estar quotidianamente em causa, e cuja expressão máxima, no jornalismo, é o Exame prévio. O apoio por parte dos seus colegas não passa pelo reconhecimento e reprovação do estatuto de minoridade ao qual mulheres portuguesas estão sujeitas. Tanto o jornalista Acácio Barradas, como Diana Andringa referiram, em entrevista, que havia alguma distância entre o discurso e a prática dos jornalistas face às questões femininas. Entre a defesa da igualdade efectiva e a sua prática estão longos anos de segregação. Teresa Horta não tem dúvidas:

*“Os meus colegas estavam solidários comigo porque era um processo político, logo estavam solidários politicamente, só algumas colegas estavam solidárias – no sentido da concordância – com o conteúdo do livro.*

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Muitos escritores se solidarizaram com as *três marias*: Urbano Tavares Rodrigues, Augusto Abelaira, Natália Nunes, Maria Lamas e José Tengarrinha apoiaram as três escritoras com declarações ou depoimentos.

*Questões de igualdade na redacção? Eles queriam lá saber disso para alguma coisa”.*

Andringa reflecte acerca do episódio e dos seus impactos entre os colegas:

*“Há o choque da perseguição; mas por outro lado, também há um certo mal-estar por as mulheres escreverem aquele género de coisas. A sensação que tenho é que os homens progressistas achavam que estavam imunes a críticas e perguntam-se como é que é possível falar com tanta acidez da situação das mulheres. Creio que alguns achavam que tinha sido exagero da parte delas.”*

A cooperação chega, sobretudo, do exterior. Os episódios de apoio às escritoras sucedem-se: as feministas holandesas invadem a embaixada portuguesa ostentando um cartaz onde se pode ler: *“estamos com as três marias”*; a polícia é chamada, mas é conivente com as manifestantes permitindo-lhes a permanência no edifício durante um longo período de tempo. Em Washington, num movimento de união concertado sem antecedentes, as várias facções do movimento feminista revezam-se para que, durante dia e noite, haja sempre alguém em frente à embaixada portuguesa. A imprensa estrangeira e uma cadeia de televisão estado-unidense chegam a Portugal e solicitam autorização para filmar o julgamento. Por oposição, a imprensa portuguesa cala-se. Nos jornais portugueses não se lêem palavras sobre as *três marias*. Todos sabem que a censura não deixaria passar as notícias e tal ousadia poderia custar caro aos jornais e à respectiva redacção. A censura pune sem pudor e sem misericórdia quem lhe faz frente. As multas e as suspensões são ameaças constantes aos jornais que ousam contrariá-la. Contudo, Maria Teresa Horta é crítica:

*“Embora os meus colegas estivessem solidários comigo, no sentido político (ou por serem meus amigos), por exemplo, sabiam que eu não podia ir à redacção nos dias do julgamento; o meu director nunca enviou um jornalista para cobrir o evento. É verdade que a censura não deixaria passar,*

*contudo, seria uma forma de marcar uma posição e de mostrar solidariedade. A imprensa estrangeira estava lá, os meus colegas não.”*

Andringa, por seu lado, conta que as questões de género suscitavam as seguintes reacções: *“a censura não gostava nem um bocadinho, os jornalistas mais velhos não gostavam absolutamente nada, achavam tudo isto um pouco bizarro”*. A esquerda progressista, na qual se inseria a maioria da classe jornalística, não defende a opressão das mulheres e a sua consequente desigualdade, de resto, todas as entrevistadas são unânimes ao afirmar que os colegas adjectivavam as situações discriminatórias como *“um disparate, uma aberração”*. Talvez por isso, os jornalistas não assumissem declaradamente que não queriam publicar esta ou aquela notícia; a justificação para o não tratamento das questões da desigualdade e da opressão sobre as mulheres encontrava fundamento (politicamente correcto) na *“falta de espaço”* ou na existência de outra *“notícia mais importante”*.

Em Portugal, a imprensa não pode relatar o julgamento, porém, as autoridades lusas não conseguem controlar as notícias estrangeiras. O regime sentir-se-á tão incomodado e pressionado com a repercussão do caso (no exterior) que, Marcello Caetano, durante as suas *“Conversas de Família”*<sup>69</sup>, arriscará dar a sua opinião quanto a um caso que não transitara em julgado, afirmando: *“elas não merecem ser portuguesas”*. Pela primeira vez, Caetano assume uma posição pública, enviando subtilmente um recado ao juiz.

Após o episódio da vinda da cadeia televisiva, o governo tenta negociar uma saída airosa. Encarrega uma advogada, esposa de um dirigente político, de tentar demover as três mulheres, propondo-lhes que desmintam o sentido das palavras publicadas em troca do arquivamento do processo. Maria Teresa Horta – a primeira a ser contactada – transmite a oferta a Isabel Barreno e a Maria Velho da Costa. As três recusam e as negociações terminam.

---

<sup>69</sup> Espaço televisivo ocupado por Marcello Caetano, o qual, durante 16 programas, *conversou* com as famílias portuguesas, na RTP.

O julgamento apresenta, de resto, contornos inéditos. Para além do impacto que teve no exterior, é conduzido por um juiz liberal que tenta arrastar o processo durante o máximo de tempo possível. O primeiro procurador do ministério público pede a absolvição das escritoras, sendo substituído por outro. Só o 25 de Abril irá ditar a absolvição das escritoras e o arquivamento do processo.

Os pares da jornalista Maria Teresa Horta reagem com estranheza à solidariedade das feministas estrangeiras. Explicam-na, ironicamente, com a perigosidade e instabilidades femininas: “*as mulheres são danadas. Cuidado, elas são perigosas*” – numa alusão à movimentação pró-*três marias*.

Constituído um marco na chamada 2ª Vaga do Feminismo português e servindo de alavanca para a criação de diversos movimentos de mulheres (Magalhães, 1998), não deixa de ser revelador que o livro tenha tido somente duas edições (a primeira e outra aquando do 25º aniversário da sua publicação). A este respeito Teresa Horta é dura nas suas considerações e afirma que as *Novas Cartas Portuguesas* são o “*livro português mais mal amado*”. O mesmo é estudado em universidades ocidentais, quer em estudos literários, quer em estudos de género, mas em Portugal não faz parte do objecto de estudo de qualquer instituição.

A autora aponta ainda que recebe, com regularidade, pedidos de informação relativamente à edição do livro, por parte de académicas brasileiras, às quais tem de dizer que “*tirem fotocópias. A obra não se consegue encontrar em Portugal*”.

Das *três marias* somente uma é jornalista. As restantes seguiram as suas carreiras literárias. Três anos após a publicação do livro e do processo de julgamento, as mulheres portuguesas que se juntaram no Parque Eduardo VII para queimar os símbolos da opressão patriarcal são recebidas com violência por parte de contra-manifestantes. A obra esperará 25 anos para voltar a estar nas prateleiras das livrarias portuguesas. É, de facto, flagrante a falta de visibilidade interna (ainda na actualidade) de um processo que atingiu repercussões estrangeiras nunca antes observadas num caso político.

### 3.2. Das Eleições de 1958 ao 25 de Abril de 1974

Os anos que antecedem a década de 60 irão condicionar as movimentações sociais que ocorrem durante os anos seguintes. Um acontecimento crucial será a candidatura presidencial de Humberto Delgado, às eleições de 1958:

*“O ano de 1958 desfere o primeiro grande e intempestivo golpe na estabilidade alcançada. A Candidatura de Humberto Delgado expressa por si mesma e acentua as dissidências no interior do regime e entre sectores até aí mais ou menos apoiantes, com uma ala jovem dos monárquicos a criticar a «continuação já anormal do estado de Ditadura do país» e a emergência de uma corrente progressista católica ligada à Acção Católica e à Juventude Universitária, que terá como manifestação inesperada a carta do Bispo do Porto”. (Rosas, 1996)<sup>70</sup>*

Dos três candidatos (dois da oposição, um apoiado pelo regime) só dois chegam às urnas. Arlindo Vicente, o outro candidato oposicionista, desiste a favor do general. Delgado reúne um elevado número de apoiantes populares e leva a cabo uma campanha eleitoral marcada pela ousadia – um dos marcos é a conferência de imprensa onde responde a um jornalista “*obviamente, demito-o!*” à pergunta sobre o que faria a Salazar caso fosse eleito. Apesar do apoio popular, Delgado angaria apenas – segundo os resultados oficiais – 25% dos votos.

Américo Tomás, o candidato do regime, tem uma vitória amarga. Os resultados são contestados e as ondas de indignação e de contestação populares não mais tiveram contenção:

---

<sup>70</sup> ROSAS, Fernando (coord). “As mudanças invisíveis do pós-guerra: uma sociedade em mutação”. In MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: O Estado Novo, Vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

*“Delgado seria vencido nas urnas por manifesta fraude eleitoral. Os protestos populares e a agitação política, no entanto, vão prolongar-se não só por esse ano, mas, qual onda de choque, pelos seguintes.”<sup>71</sup>*

Alice Vieira, à época com 15 anos, vai a todos os comícios do general. As mulheres marcam a sua presença e desempenham um papel importante de apoio (e também de oposição, nos sectores mais conservadores) ao general, nesta campanha mobilizadora do país:

*“A campanha eleitoral marcou uma nova forma de intervenção cívica das mulheres: pela diversidade de participação e diferentes planos em que se desenrolou, pela tomada de posição pública dos candidatos sobre as questões femininas e pela abrangência social dos problemas colocados em discussão pelas mulheres” (Maurício, 2005)*

Em 1965, o general é assassinado numa emboscada em Badajoz. Portugal não será o mesmo após a sua candidatura. E, em território português, os acontecimentos de oposição ao regime sucedem-se. O ano de 1961 começa com o assalto ao paquete *Santa Maria*. A “operação Dulcineia”, liderada pelo capitão Galvão e organizada em conjunto com o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), visa chamar as atenções internacionais para o caso português, naquele que será o primeiro acto de sequestro a um navio com fins políticos. O episódio lança Portugal para as páginas da imprensa internacional. Após cinco dias, um morto e dois feridos graves, o capitão e os membros da DRIL entregam-se às autoridades brasileiras. A partir daqui, o regime do Estado Novo não terá mais descanso. Episódios atrás de episódios de conflitos abrem brechas no Regime.

O ano de 61 prossegue com o ataque da UPA aos colonos brancos no Norte de Angola, seguindo-se o assalto à cadeia de Luanda, pelos nacionalistas angolanos; durante esse ano, Salazar enfrenta uma tentativa de golpe falhada por Botelho Moniz, e a humilhação

---

<sup>71</sup> Fernando Rosas, exposição “Século XX português: Os Caminhos da Democracia João Soares / Mário Soares” da Casa-Museu Centro Cultural João Soares.

da resolução da ONU condenando a política africana portuguesa. Antes de terminar o ano, a União Indiana invade Goa, Damão e Diu. Na última noite do ano, em Beja, membros das forças armadas desiludidos com o regime preparam um ataque ao quartel, tendo, no entanto, a revolta fracassado.

A guerra colonial, iniciada com o conflito militar em Angola, só termina após o 25 de Abril de 1974 e, apesar de ocorrer fora do solo europeu, tem consequências sociais e económicas para todos os portugueses. Como em qualquer guerra, o contingente masculino será recrutado, enfraquecendo a oferta de mão-de-obra masculina. À semelhança do que já acontecera em exemplos anteriores de confrontos armados (Thébaud, 1994)<sup>72</sup>, as mulheres ver-se-ão obrigadas a trabalhar (as que ainda não trabalhavam fora de casa) para fazer face a uma nova estrutura familiar. O contingente masculino é chamado a combater e os jovens são confrontados com um serviço militar obrigatório de longa duração e em território africano. As famílias despedem-se dos filhos e dos maridos no cais de embarque, observando os barcos que partem para um território longínquo. A guerra colonial só culminará com a queda do regime. Até lá, muitos jovens portugueses serão recrutados para lutar pela manutenção do colonialismo.

Às vozes que se vão ouvindo contra a guerra, algumas mulheres – pertencentes a instituições de apoio ao regime – respondem com acções de despedida aos soldados. Cilinha, como era conhecida Cecília Supico Pinto<sup>73</sup> – rosto do Movimento Nacional Feminino (MNF) –, lança uma iniciativa com o sinistro nome de “*madrinhas de guerra*”<sup>74</sup>. O MNF dá mostras de grande dinamismo e as suas campanhas passam por: incentivar a colaboração das mulheres na missão honrosa que espera o ente querido prestes a ir para a guerra, distribuir bens às famílias dos combatentes, organizar acções de apoio no cais de embarque, entre muitas outras iniciativas todas com vista a apoiar a grande causa nacional. As mulheres são incitadas a apoiar a causa nacional e qualquer manifestação que não seja a alegria e orgulho, na partida do familiar para a guerra, é

---

<sup>72</sup> THÉBAUD, Françoise. “A Grande Guerra – o triunfo da divisão sexual do trabalho”. In DUBY, Georges e PERROT, Michèle (org.) História das Mulheres no Ocidente – o Século XX. Vol. V. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. V, pp. 30-90

<sup>73</sup> Cecília Supico Pinto é considerada a alma do Movimento Nacional Feminino e grande dinamizadora das iniciativas de apoio aos que partem para a guerra e às suas famílias.

<sup>74</sup> As madrinhas de guerra apadrinhavam um ou vários soldados, escrevendo-lhes e dando-lhes alento para continuarem a lutar.

repudiada com violência; essa reprovação está patente neste texto publicado na revista *Presença*, órgão oficial do Movimento Nacional Feminino:

*“As mulheres do MNF passaram a estar presentes em todos os embarques. Assistem e confortam, nessa hora emotiva, não só os soldados que partem mas as famílias que os vêem partir, dando a sua ajuda a todos os que dela necessitam. E facto curioso: desde que o Serviço de Embarque do Movimento está a funcionar, foram-se a pouco e pouco sumindo, até desaparecerem por completo, as fracassadas, as abjectas carpideiras, acossadas por um ambiente onde não têm já lugar os uivos sinistros e venenosos”<sup>75</sup>.*

As famílias portuguesas sofrem um decréscimo de rendimento e as esposas dos soldados têm de encontrar outras formas de sobrevivência que não incluem o ordenado do marido; mesmo nos agregados onde há jovens solteiros, a receita familiar diminui uma vez que deixa de ter o contributo do jovem.

Para além das implicações na qualidade de vida das famílias portuguesas, a guerra tem também um forte impacto na demografia portuguesa. Segundo a Associação dos Deficientes das Forças Armadas:

*(...) terão morrido na Guerra Colonial, ao longo dos treze anos, aproximadamente dez mil jovens portugueses e ficado mutilados mais de 26 mil (...)<sup>76</sup>*

Como sempre acontece em qualquer conflito armado, as mulheres são chamadas a ocupar o contingente masculino que está a combater e, no caso português, também a emigrar.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Citada por Helena Neves e Maria Calado. Obra citada.

<sup>76</sup> SANTO, Sílvia Espírito. **Adeus, até ao teu Regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra colonial (1961-1974)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

<sup>77</sup> ARROTEIA, Jorge Carvalho. Aspectos da Emigração Portuguesa. In III Colóquio Internacional de Geocrítica: actas. Barcelona: Scripta Nova, 2001.

Segundo Jorge Arroiteia<sup>78</sup>, entre 1960 e o início da década de 70, terão saído 68100 emigrantes legais do país. A este número acresce o dos emigrantes ilegais que abandonavam o país por razões políticas, para escapar à guerra ou em busca de melhores condições.

A década de 60 é também marcada pelo aumento da agitação política e social de massas no plano interno. As chamadas crises académicas são disso exemplo. As academias aspiram à liberdade e autonomia. No início da década, após a proibição da comemoração do Dia do Estudante<sup>79</sup>, a Academia de Lisboa declara greve, à qual se juntam os universitários de Coimbra e do Porto, originando a chamada Crise Académica de 62. Os estudantes reclamam autonomia para as universidades e independência para as associações de estudantes. Do confronto resulta a detenção ou suspensão de inúmeros estudantes. Nesta luta, muitas raparigas estão mobilizadas contra o regime. Alice Vieira, na altura, já colaboradora do *Juvenil*, era uma das estudantes presentes na cantina universitária – onde se concentravam os estudantes em greve de fome – quando a polícia invade o refeitório e detém estudantes subversivos.

No final da década, após tumultos ocorridos durante a visita do ministro da educação (José Hermano Saraiva) e do presidente da República (Américo Tomás) por ocasião da inauguração do departamento de matemática, os estudantes de Coimbra decretam luto académico com greve aos exames, suspendendo todas as festividades académicas, incluindo a célebre Queima das Fitas. O episódio obriga a uma remodelação governamental: Saraiva é afastado e substituído por Veiga Simão. Alberto Martins, presidente da Associação Académica de Coimbra é detido e as manifestações reprimidas. O governo resolve a crise afastando os estudantes mais problemáticos fazendo-os cumprir o serviço militar obrigatório. Das estudantes envolvidas na crise não se ouve falar.

Entretanto, a principal figura do regime é vítima de um acidente que o deixa mentalmente reduzido, sendo afastado do poder em 1968. Marcello Caetano assume a responsabilidade de substituir Salazar, assumindo o cargo de ministro da Presidência do

---

<sup>78</sup> Obra citada.

<sup>79</sup> Nesta altura, Marcello Caetano é o *magnífico reitor* da Universidade de Lisboa, demitindo-se após os incidentes.

Conselho, prometendo mudanças e uma maior abertura do regime. As primeiras eleições para a Assembleia Nacional são marcadas para o ano seguinte.

Nas listas da oposição as candidaturas femininas representam 10,4% dos candidatos (Maurício, 2004). Durante a campanha surge a Comissão Democrática Eleitoral das Mulheres do Distrito de Lisboa, a qual incita as mulheres a tomarem consciência dos seus direitos e deveres de cidadania e lembra que “*as mulheres têm problemas próprios de que devem tomar consciência a fim de anunciarem as suas reivindicações específicas*” (Maurício, 2004).

Segundo Henrique Barros, em artigo publicado no Jornal *República*, a 12 de Outubro de 1969, citado por Maria José Maurício, as candidaturas femininas visam “*marcar a presença das mulheres no espaço público da Oposição*”. Mas o apoio feminino à oposição é marcado, sobretudo, pelos problemas gerais que afectam o país (emigração, guerra, liberdade, problemas económicos e sociais) e a questão da discriminação das mulheres não assume um espaço preponderante, apesar de ser mencionada entre as candidatas e as representantes do Movimento Democrático de Mulheres (Maurício, 2004).

Após o período eleitoral, apenas quatro mulheres – todas afectas ao regime – fazem parte da Assembleia Nacional.

Terminadas as eleições, Caetano inicia o seu plano de renovação. O Estado Novo passa a chamar-se Estado Social, a Censura Exame prévio, a PIDE muda para DGS, e o partido da Acção Nacional é baptizado de Acção Nacional Popular. Paralelamente à mudança das designações, Caetano permite que a ala liberal ocupe alguns lugares na Assembleia Nacional, muito embora, não tenham expressão significativa.

Afastado Salazar do poder, efectuam-se algumas alterações legais no estatuto de homens e mulheres. A revisão do Código Civil (em 1969), elimina a necessidade de autorização do marido para as mulheres que pretendem sair do país, e em 1971 é retirada do artigo 5º da Constituição a frase “*e bem de família*”, a qual inseria uma desigualdade na igualdade formal entre homens e mulheres. Também em 1971, os jornalistas ganham alguns benefícios, nomeadamente as mulheres que conseguem direitos especiais no período do parto. Para todos, aumentam as férias, os vencimentos e subsídios (Cabrera, 2006). O regime dá mostras de alguma abertura também na comunicação social autorizando a publicação do jornal *Expresso*, fundado por membros

da ala liberal. Alguns opositores exilados são autorizados a regressar: Mário Soares, o bispo do Porto, aos quais se segue a jornalista Maria Lamas, na altura com 76 anos, a quem é dada a garantia da não perseguição política.

Contudo, a Primavera Marcelista, como foi designado o plano de *renovação na continuidade*, não preenche as expectativas e as mudanças revelam-se insuficientes. Os problemas advindos da guerra colonial mantêm-se e não se avista fim para o conflito. O esforço financeiro e as consequências sociais da guerra aumentam o descontentamento popular; nesta fase, o Marcelismo não é suficiente para as aspirações de metamorfose sentidas por alguns sectores da sociedade:

*“A época marcelista é um tempo de embate (...). De um lado há um poder que quer modernizar mas que persiste no apego a um quadro ideológico onde a ausência de liberdades é a regra. Do outro lado estão os grupos económicos em franca ascensão que apoiam o governo como forma de alargar e dar continuidade ao seu poderio. Mas há ainda um outro lado, o das forças sociais, onde as tensões se vão acumulando, originando um descontentamento que não pode já ser ocultado.” (Ana Cabrera, 2006)<sup>80</sup>*

Para as eleições de 1973, as segundas durante o período marcelista, a oposição adopta o princípio da *união faz a força* apresentando uma candidatura única. Porém, antes do escrutínio, desistem da corrida alegando não haver condições para a realização de eleições livres. A Comissão Democrática Eleitoral organiza uma comissão de mulheres, que denuncia o custo de vida e alerta para as difíceis condições das mulheres trabalhadoras, apelando ao voto feminino.

Nas listas de candidaturas voltam a aparecer nomes femininos, desta vez com um quadro social mais diversificado, incluindo uma operária. Durante a campanha são abordados vários temas relacionados com os problemas das mulheres trabalhadoras e com a liberdade de expressão (ou a falta dela); exige-se:

---

<sup>80</sup> CABRERA, Ana. **Marcello Caetano: Poder e Imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

*“Salário igual para trabalho igual; igualdade de promoção para a mulher trabalhadora; igualdade de acesso a todas as profissões; absoluta igualdade no plano jurídico em relação ao marido; substituição da pequena economia doméstica, opressiva e humilhante (através de cantinas colectivas, lavandarias a preços acessíveis, rede ampla de creches e jardins de infância por todo o país”<sup>81</sup>.*

Virgínia Moura, convidada para presidir ao III Congresso de Oposição Democrática de Recenseamento, está convicta do apoio dos democratas à causa feminina:

*“O congresso ao chamar-me para a presidência da sua sessão de encerramento, não esqueceu o papel que a mulher portuguesa tem tido na luta antifascista. (...) As mulheres sempre participaram em movimentos específicos pelas suas reivindicações próprias. Hoje, a mulher portuguesa tomou consciência dos seus direitos. Deixou de ser um ser arregimentado como as forças da reacção pretendiam. (...) Todos os movimentos pró-emancipação da Mulher são apoiados pelos movimentos progressivos. As mulheres Portuguesas, organizadas no seu Movimento de Mulheres, têm todo o apoio dos democratas e do movimento Democrático”<sup>82</sup>.*

Paralelamente, os jornalistas reclamam mais formação profissional e o fim da censura.

No *Expresso*, de 27 de Janeiro de 1973, Maria Antónia Palla, referindo-se ao seu grupo profissional, exorta:

*“(...) sem liberdades colectivas, não há liberdade individual. Pertencemos ao número dos que acham que nenhuma grande transformação qualitativa a nível colectivo é possível sem que, em cada indivíduo, se haja operado uma profunda revolução na sua mentalidade, necessidades e aspirações”.*

---

<sup>81</sup> “Necessidade e importância de um movimento democrático de mulheres”. In III Congresso da Oposição Democrática, Aveiro (4 a 8 de Abril de 1973). Arquivo Mário Soares. Citado por GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo**. Lisboa: ICS. 2002

<sup>82</sup> Virgínia Moura citada por GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo**. Lisboa: ICS. 2002. P. 220.

A 24 de Abril de 1974, o regime de Marcello Caetano é derrubado, pondo fim ao Estado Novo ou Estado Social. A Concordata de 1940 é revogada, permitindo a inúmeros casais regularizar a sua situação matrimonial. O movimento pelo divórcio, criado no ano da revolução, exige o direito ao divórcio civil para casamentos católicos e envolve a participação de mulheres e homens portugueses. Segundo Vanda Gorjão<sup>83</sup>, as mulheres “*concentram a luta política na vertente dos direitos do trabalho, sobretudo do direito de salário igual para trabalho igual e na vertente dos direitos civis*”.

Em 1975, realizam-se eleições para a Assembleia Constituinte, tendo saído vencedores os Partido Socialista e o Partido Popular Democrático. No ano seguinte, elegem-se os deputados para a Assembleia da República, bem como para a presidência da República, sendo eleito o general Ramalho Eanes.

A revolução é berço de esperanças para a sociedade portuguesa. E no âmbito legislativo, a revolução tem os seus frutos. Entre 1974 e 79, as mulheres conquistam algumas reivindicações relacionadas com a igualdade: são revogadas as proibições de acesso a cargos da administração local e à magistratura; a Constituição de 1976 reconhece a igualdade entre os sexos e consagra o princípio da não discriminação em função do sexo. Três anos depois, os poderes marital e paternal são retirados do código civil; também nesse ano é reconhecida, por decreto, a igualdade entre mulheres e homens no emprego.

---

<sup>83</sup> Obra citada, p. 260.

### 3.3. A Liberdade: entre o conservadorismo e o desejo de mudança

Uma das consequências da democracia é a explosão de manifestações e greves. Contudo, as alterações na vida quotidiana são lentas e a mentalidade da sociedade portuguesa demorará muito mais tempo a adaptar-se e a interiorizar a nova condição democrática. Exemplificativo é o resultado da iniciativa do Movimento de Libertação da Mulher (MLM) com vista a tornar visível alguns dos preconceitos a que as mulheres ainda estavam sujeitas no Portugal acabado de sair da ditadura.

A 13 de Janeiro de 1975, o MLM convoca um ajuntamento a fim de queimar os “*símbolos de sujeição feminina*”, no Parque Eduardo VII, e no qual participa Maria Teresa Horta. A convocatória esclarece que entre os símbolos a destruir figuravam o Código Civil e a legislação do trabalho, revistas pornográficas, objectos de utilização culinária e alguns livros de “*autores machistas*”, bem como brinquedos sexistas. As participantes iriam vestidas para representar os papéis de noiva, de *vamp* e de fada do lar.

O *Expresso* anuncia o evento, a 11 de Janeiro de 1975, com o título “*Strip-tease de contestação organizado pelo MLM*”. Na notícia pode ler-se “*assistiremos ao «strip-tease» de uma noiva, de uma dona de casa e de uma vamp que darão a flor de laranjeira, o avental e o bikini como pasto às chamas*”<sup>84</sup>. Isto bastou para que alguns homens as fossem receber. Ostentavam cartazes com dizeres tais como “*contra a virgindade*”, a multidão grita “*vamos a elas*” e as participantes foram “*apalpadas e perseguidas*”. Só a noiva foi poupada. Resquícios do que a mentalidade portuguesa privilegia. Apesar do pânico, o sentimento dominante das manifestantes foi desilusão. Na imprensa, as palavras de apoio ou de condenação pela contra-manifestação são notórias<sup>85</sup>. No *Século Ilustrado*, Maria Antónia Palla coloca a questão: “*Dez mulheres apenas bastaram para pôr o centro da cidade em polvorosa. Que poderão fazer cem mil?*”. No *Expresso* de 18 de Janeiro do mesmo ano, Júlio Henriques exprime o seu

---

<sup>84</sup> “Strip-tease’ de Contestação organizado pelo MLM”. In *Expresso*, 13 Janeiro de 1975. Artigo não assinado.

<sup>85</sup> Comunicação proferida por Madalena Barbosa, no Seminário “O Feminismo em Portugal”, organizado pela UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, em Lisboa, 1998

repúdio pelos acontecimentos no artigo: “a manifestação dos impotentes”<sup>86</sup>, descrevendo os homens que foram à manifestação como:

*“uma multidão de mirones impotentes, atraídos, como as moscas pela merda, pelo que julgavam ser um strip-tease público: esta espontaneidade verificou-se pelo facto de a maioria esmagadora dos que ali acorreram serem homens. Homens, jovens e de meia-idade, que na miséria feminina não vêem senão a miséria, sem ver nela o seu lado subversivo – e muito menos a sua própria miséria de escravos assalariada”.*

E continua tecendo considerações acerca da condição feminina no Portugal democrático:

*“o grau de liberdade das mulheres é por excelência do grau de liberdade atingido pela sociedade em geral. O facto de o MLM ter acabado por não poder exprimir-se publicamente (o repórter do Diário de Notícias dizia textualmente que «foi a multidão de curiosos que acabou por fazer abortar a manifestação das mulheres» é um indicador muito claro da nossa miséria portuguesa. Duma miséria geral que é mais profunda do que parece”*

Esta linguagem só é possível no Portugal pós-25 de Abril. Nas redacções vivem-se momentos intensos – não só na produção de conteúdos, mas também de intensa convulsão no interior das redacções, as quais são frequentemente disputadas por diversos grupos de tendências políticas diferentes.

A instauração de um regime democrático traz algumas alterações imediatas sentidas pelos jornalistas. A abolição da censura obriga jornalistas a uma reaprendizagem da escrita. Alice Vieira recorda como lhe foi difícil adaptar-se à ideia de que não haveria nada a temer. Escrever sem a preocupação pelo *lápiz azul* era um desafio ao processo de interiorização que os jornalistas fizeram ao longo de décadas de censura e também por exigir um novo estilo, mais directo:

---

<sup>86</sup> HENRIQUES, Júlio. “A manifestação dos impotentes”. In Expresso, 18 Janeiro de 1975.

*“Não ser necessário subentendidos, não ser preciso um estilo com muito floreado... foi difícil. Poder escrever, normalmente, sobre tudo, custou-me muito. Estávamos tão habituados aquilo – de repente podíamos escrever o nome de pessoas que antes eram totalmente proibidas, podíamos falar de tudo. Aprender a escrever em liberdade foi muito difícil e demorou muito tempo. Também demorou muito tempo a ser livre, a falar sobre tudo... nos cafés. Essas coisas levaram muito tempo. Custou-me muito a habituar-me à liberdade. Ainda hoje, um telefonema às tantas da manhã me faz acordar sobressaltada e já passaram 30 anos” (Alice Vieira em entrevista)*

Francisco Pinto Balsemão refere também, a Fernando Correia e Carla Baptista<sup>87</sup>, que os jornalistas do *Expresso* (do qual era director) *“tiveram de aprender a escrever as coisas directamente, sem ser nas entrelinhas”*.

O uso da palavra de forma transparente revela-se um exercício difícil após anos de treino a escrever sob o jugo do lápis azul. Para as mulheres, finalmente, a igualdade formal está conquistada.

Não há no entanto, qualquer evidência, que permita afirmar que logo após a Revolução dos Cravos, as mulheres tenham entrado em grande número para os órgãos de comunicação social. Treze anos após a Revolução dos Cravos, a percentagem de mulheres jornalistas ainda era de 19,8%<sup>88</sup>. A evolução continuou a fazer-se lentamente, ao ritmo da sociedade portuguesa.

---

<sup>87</sup> Obra citada, p. 330

<sup>88</sup> Dados da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas Portugueses, citados por Pedro Alcântara Silva, em artigo publicado na JJ – Jornalismo e Jornalistas já citado.

### 3.4. Os jornais e as mulheres

A apropriação da escrita num espaço público é um ponto forte do feminismo. A criação de jornais feministas – paralelamente à criação de organizações feministas – é uma forma de divulgar as suas reivindicações e ideias, mas sobretudo, de imprimir um carácter público e visível às suas palavras:

*“Tivemos então de pegar nas nossas penas e escrever artigos: para os jornais ou para alguma petição aos legisladores; publicamos cartas sobre isto e aquilo para os nossos fiéis; apelámos aos jornais (...) para chamar a atenção para o que não estava bem, nem para nós nem para os escravos”* (Elizabeth Stanton, 1959)<sup>89</sup>

Apesar de a ideologia salazarista invocar o regresso das mulheres ao lar e se inspirar no catolicismo social, reforçando os ensinamentos das encíclicas, as mulheres não deixam de trabalhar fora de casa. Segundo estatísticas oficiais, a percentagem das mulheres activas passa de 17%, no início do Estado Novo, para 22,7 % vinte anos mais tarde. A maioria trabalha no sector primário, e só a partir dos anos 60 se assiste a uma expansão no sector terciário (Cova et alii, 1997). No final do Salazarismo, a maioria das mulheres que trabalham fora de casa é solteira (53,7%). Destas, mais de metade exercem trabalhos não especializados ou manuais.

O que as mulheres produzem reflecte quer os seus percursos de vida, quer as oportunidades sociais que têm. Sobretudo, pode reflectir qual o seu papel na produção da riqueza económica e social. Às mulheres do Estado Novo cabe, antes de mais, a tarefa da maternidade, a função de gestoras de lares e da pequena economia doméstica. Scott reporta ao economista francês Jean-Baptiste Say, defensor de que reprodução e produção são:

---

<sup>89</sup> KÄPELLI, Anne-Marie. “Cenas Feministas”. In DUBY, Georges e PERROT, Michèle. História das Mulheres no Ocidente: o Século XIX. Volume IV: O Século XX. Direcção de Geneviève Fraisse e Michèle Perrot. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991.

*“(...) sinónimos, referindo-se ambos à actividade que dava valor às coisas, que transformava matéria natural em produtos com valor socialmente reconhecido (e, portanto, valor de troca). Dar à luz e criar filhos, actividades desempenhadas por mulheres, era matéria-prima. A transformação das crianças em adultos (eles próprios capazes de ganhar a vida) era efectuada pelo salário do pai; era ele quem dava aos filhos o seu valor económico e social, porque o seu salário incluía a subsistência deles”<sup>90</sup>.*

Assim, também às mulheres portuguesas é atribuído um valor reprodutivo, tal como aos homens. Embora destes se espere mais que a paternidade. O seu papel na produção económica passa não só pelo papel reprodutivo, mas também pela tarefa de gerir e definir os desígnios familiares. A ele cabem-lhe as grandes decisões que determinam o futuro dos seus descendentes.

Por outro lado, Portugal não tem condições para fazer vingar o “*male bread winner*”, o que obriga as mulheres a exercer mais tarefas para além da maternidade. Algumas conseguiram transformar essa necessidade numa oportunidade para reivindicar um estatuto de si que ultrapassa claramente o desempenho de uma simples tarefa assalariada.

As jornalistas que entram nas redacções portuguesas na década de 60 beneficiam de uma conjuntura estrutural aberta a mudanças. O panorama dos jornais está a mudar. A sociedade portuguesa também e, neste contexto:

*“(...) contratar mulheres significava frequentemente uma mudança de estratégia: um desejo de aumentar a eficiência económica e de cortar nos custos laborais, recrutando ao mesmo tempo trabalhadores com melhor educação”.*  
*(Scott)<sup>91</sup>*

---

<sup>90</sup> SCOTT, Joan. “A Mulher Trabalhadora”. In DUBY, Georges, PERROT, Michèle. História das Mulheres no Ocidente. Volume IV: O Século XIX, sob a direcção de Geneviève Fraisse e Michèle Perrot. Lisboa. Edições Afrontamento, 1991. Vol. IV, p. 443-445

<sup>91</sup> Obra Citada

Os empresários dos jornais portugueses investem, assim, numa oferta laboral com características diferentes das que já estavam implementadas no local de trabalho:

*“É justamente neste universo de gente menos formatada (escapando ao retrato robot de um homem de meia-idade com poucas habilitações escolares) gravitando à volta dos jornais que se encontram muitas das primeiras candidatas a uma entrada no mundo autorizado do jornalismo”. (Correia et alii, 2007)*

A imprensa portuguesa atravessa um período de transformação. Mudança essa que passa quer pela natureza da propriedade, quer pela própria identidade dos periódicos:

*“O surgimento de novos empresários e gestores mais abertos à modernização (Francisco Pinto Balsemão no Diário Popular, Ruella Ramos no Diário de Lisboa, Eugénio Martins em O Século) introduzem uma certa brisa de mudança nas empresas e nas salas de redacção directamente apenas em algumas, mas noutras por contágio e por necessidade da concorrência. Era o prenúncio da morte das velhas empresas familiares e a entrada numa nova fase da luta pelas audiências e da comercialização da informação, num processo que culminaria, também por razões políticas, já nos anos 70, com o interesse político e económico do capital financeiro no domínio da imprensa e a um movimento de concentração da propriedade, inédito no nosso país” (Correia et alii, 2007)*

No seguimento desta lógica de renovação, os jornais procuram gente nova (jovens oriundos da imprensa universitária, escritores, estudantes). Lembremos que nos finais dos anos 50, os jornais absorvem muitos escritores-jornalistas, alguns dos quais com intervenção política directa na oposição possível e que imprimem um novo sopro ao nível dos conteúdos da imprensa. O retrato da classe jornalística inicia a sua mutação:

*“(…) numa primeira fase, a que corresponde a década de 60, assistimos a uma abertura das fronteiras. As redacções passaram a ser frequentadas por*

*gente diferente do habitual, os perfis ganharam novos contornos: jovens, universitários, mulheres” (Correia et alii, 2007).*

Assistimos a uma época de alterações da composição social das redacções. Esta é justificada por uma estratégia de sobrevivência a um ambiente hostil provocado pela censura e pela natureza do regime político (Correia et alii, 2007).

Estas transformações irão ter impacto ao nível da forma, dos conteúdos (com a valorização dos géneros da reportagem e da entrevista), da própria classe jornalística e da sua auto-representação:

*“A mudança na composição social arrastou outras alterações, nomeadamente no grau de comprometimento com a profissão, nas motivações, nos modos de recrutamento, na experimentação de novos formatos narrativos expressivos, nas formas de transmissão das aprendizagens, na valorização das competências. Na passagem para a década de 70, atingiu as próprias estruturas de poder, nomeadamente os órgãos directivos das estruturas associativas de classe (Sindicato, Casa da Imprensa), dando finalmente expressão política e velocidade a uma dinâmica que já antes era visível nos indicadores sociográficos da profissão, nos conteúdos produzidos, nos públicos e debates gerados.” (Correia et alii, 2007)*

Os jornais têm um novo rosto e novos jornalistas: mais jovens, mais escolarizados, mais abertos às alterações tecnológicas que se impõem, menos acomodados à realidade política do país e motivados. Muitos tentam contornar os efeitos da censura. A emergência na discussão da situação política do país e da falta de liberdade sente-se em algumas redacções, sobretudo com a entrada de novos jornalistas. Para alguns, o jornalismo, é uma arma contra o regime. Para as mulheres isso é particularmente verdade. As palavras de Maria Antónia Palla, repórter do *Diário Popular*, são reveladoras:

*“Eu tinha uma verdadeira paixão pelo jornalismo, via ali uma maneira de comunicar com muita gente. Tudo o que fazia era sempre com a preocupação*

*de chatear o regime, revelar uma informação que abalasse o estabelecido. Qualquer tema dava para isso, dependia da maneira de o apresentar”.*<sup>92</sup>

Com frequência, as mulheres entravam nas redacções pelas mãos de parentes masculinos (Manuela de Azevedo, Leonor Pinhão ou Antónia de Sousa<sup>93</sup>), quer pelo facto de terem ligações a jornalistas enquanto suas filhas, namoradas, viúvas ou divorciadas (Correia et alii, 2007). Como lembra Diana Andringa, os jornais funcionavam (nestas situações) como um substituto de um inexistente sistema de segurança social (de resto, interpreta a sua entrada no *Diário de Lisboa*, em 1971, como um gesto de apoio à esposa de um preso político). O regime político e as suas implicações sociais tinham como efeito a solidariedade intra-grupo na classe jornalística. Contudo, não deixa de ser irónico que até mesmo quando perfeitamente habilitadas e motivadas, elas precisassem de uma mãozinha masculina para o exercício da profissão. É-lhes permitida a entrada numa redacção (tal como acontecia a um homem que se candidatasse com recomendação de um outro jornalista) não para lhes dar uma chance, mas sim, como um favor que lhes é concedido em prol do elemento masculino que a elas estava ligado. No fundo, era ao homem (pai, marido, namorado ou falecido) que se concedia o favor e não a elas. Correia e Baptista (2007, p. 382) são contundentes ao concluírem:

*“(...) sem esse elemento sanguíneo, apesar de todas as suas qualificações e competências, elas provavelmente não teriam conseguido, pelo menos nesta altura da história, aceder aos quadros dos jornais”.*

O universo jornalístico português era muito fechado e as oportunidades de entrada de novos elementos não abundavam. Ainda que no masculino o recrutamento se baseasse em critérios de referências de amizade ou mesmo de afinidades políticas, num regime não formal e pouco profissional de selecção, as mulheres tinham a tarefa duplamente complicada. Ao *handicap* de não pertencerem ao grupo junta-se o facto de serem mulheres.

---

<sup>92</sup> Maria Antónia Palla citada por Correia et alii, 2007, p. 85.

<sup>93</sup> O pai de Manuela de Azevedo era correspondente de *O Século* em Viseu. O pai de Leonor Pinhão era jornalista do jornal *A Bola*; Antónia de Sousa era viúva de um jornalista.

As baixas remunerações, a exigência na disponibilidade horária e o pouco reconhecimento público conferiam pouca atractividade (ou nenhuma) à profissão. Para além destes factores de desmotivação, as mulheres deparam-se ainda com mais resistências: a profissão não é bem vista socialmente, mas não o é em particular para o sexo feminino cujos comportamentos se pretendem recatados, e os horários mais definidos para os quais há profissões mais adequadas. A vida boémia do Bairro Alto (onde se concentram a maioria das redacções na década de 60), as reuniões nos cafés das redacções depois do trabalho, os piquetes nocturnos, nada abona a uma mulher nesta profissão. A condição feminina obriga a certos cuidados especiais – com a linguagem e com a indumentária –, como ilustra a memória de Manuela de Azevedo, citada por Correia e Baptista<sup>94</sup>: “*era reservada, vestia-me muito bem, punha sempre chapéu*” e falava baixinho ao telefone –, e garantia (por vezes) certos privilégios: Manuela de Azevedo tinha à sua disposição um carro para os trajectos diários. Também Maria Antónia Palla afirma ter bastante preocupação com a forma como se vestia ou como tinha o cabelo, tentando sempre demarcar-se do comportamento dos homens, os quais “*escreviam e fumavam ao canto da boca*”.

Antónia Palla defende que a sobrevivência de uma mulher num jornal português da época passava por se distinguir dos homens. A falácia da imitação numa redacção onde “*às quatro da tarde começavam os telefonemas nas redacções para marcar encontros com as namoradas (bons chefes de família, mas todos tinham namoradas) e depois iam para a paródia, para os bares, noite dentro*” é um erro, “*uma armadilha*” na qual caíram algumas mulheres. E indo ao encontro da imagem mais conservadora, afirma que sempre se distanciou desses comportamentos, reclamando para si a originalidade na forma de estar no jornalismo, conciliando a vida privada com a profissional: “*Eu sempre tentei ter o meu modelo, à minha maneira, cuidando do meu filho, cuidando da casa*”.

Essa originalidade não é reclamada por todas as jornalistas. Andringa afirma ser tratada como um “homem”<sup>95</sup> nas redacções e recorda que saía com os colegas, inclusive com a

---

<sup>94</sup> Obra Citada, p. 390.

<sup>95</sup> A este propósito, a jornalista conta que um colega lhe pediu a chave de casa emprestada para levar uma mulher com quem se encontrava. Esta era, segundo relatou, uma prática comum nas redacções. Andringa recusou alegando que a sua casa não era uma “casa de passe” e o colega cortou relações com ela. Afirma que se ele não a visse como igual não lhe pediria tal favor.

sua mãe. De resto, recorda que muitos dos seus colegas choraram a morte da sua mãe, a qual tinham adoptado com carinho. Também Alice Vieira utilizou uma estratégia de aproximação ao grupo dominante, não recusando o convívio com os jornalistas (Correia et alii, 2007).

As mulheres beneficiaram de uma conjuntura favorável assente em três factores: o contacto prévio com a imprensa através dos suplementos juvenis; o recrutamento se inserir num movimento mais vasto de mudança promovido pela administração das empresas com vista a rejuvenescer e renovar os quadros e ultrapassada questão do recrutamento, terem dado provas da sua competência com a qualidade do seu trabalho (Correia et alii, 2007).

### **3.5. A Resistência ao Trabalho Feminino**

A resistência ao trabalho feminino, fora da esfera privada, foi documentada por Joan Scott<sup>96</sup> que refere que os Sindicatos masculinos recusavam a adesão das mulheres cujo salário fosse inferior ao dos homens (dificultando assim a sindicalização feminina). A oposição das estruturas sindicais à mão-de-obra feminina assalariada tinha fundamento na concorrência e no impacto que esta podia ter junto dos trabalhadores masculinos. Assim, dificultaram o acesso das mulheres ao mundo do trabalho de direitos iguais, mas não impediram que as mulheres trabalhassem fora de casa (tal como as crianças), ou

---

<sup>96</sup> SCOTT, Joan. “A Mulher Trabalhadora”. In DUBY, Georges, PERROT, Michèle. História das Mulheres no Ocidente. Volume IV: O Século XIX, sob a direcção de Geneviève Fraisse e Michèle Perrot. Lisboa. Edições Afrontamento. P. 443-445.

mesmo no lar, embora com um salário. O efeito foi a acentuação da precariedade das condições de trabalho e da remuneração do trabalho femininos. O princípio “*male bread winner*” – que define o salário masculino como o principal suporte familiar – tinha terreno num Portugal cuja influência da Igreja Católica e dos sectores conservadores se fazia sentir junto do tecido empresarial e de toda a sociedade. Este ideal, contudo, não conseguiu afastar mulheres – e com frequência, as crianças – das actividades laborais. Durante anos as mulheres trabalharam nos campos e nas casas, labutaram arduamente nas fábricas sem as mesmas condições que eram atribuídas aos homens e muitas vezes sem quaisquer remunerações.

Nas redacções portuguesas, timidamente, as mulheres produzem textos. Durante a década de 60 o jornalismo irá sofrer diversas alterações que irão abranger as áreas tecnológicas e humana. As máquinas modernizam-se e os jornais tentam renovar os seus quadros (Baptista et alii, 2007). Será nesse contexto de modernização e renovação que as mulheres entram nas redacções. Como explicam Correia e Baptista:

*“Até aos anos 50, as mulheres jornalistas contavam-se pelos dedos de uma mão e sobreviviam solitárias e pioneiras, em jornais dispersos, sem que a sua presença pudesse ser atribuível a qualquer explicação sociológica, antes resultando de percursos biográficos excepcionais”.*<sup>97</sup>

Isto é, as mulheres que conseguiam entrar nas redacções estavam lá por serem exemplos de vidas “*excepcionais*”. Segundo as entrevistadas a sua entrada nas redacções não surtiu efeitos violentos. As resistências eram facilmente ultrapassáveis. Diana Andringa, em entrevista, partilha um episódio por ocasião de uma proposta de colaboração na *Vida Mundial*, por parte de Rúben de Carvalho. Nessa altura:

*“(...) levanta-se a primeira grande questão de discriminação: o director da revista, Carlos Ferrão, um velho republicano, culto, teoricamente progressista, uma vez que era republicano (...) informou o Rúben que ele devia estar doido, porque as mulheres não têm cérebro para fazer jornalismo. Então eu entrei para*

---

<sup>97</sup> Obra citada, p. 381

*a Vida Mundial como tradutora – porque isso, as mulheres já são capazes de fazer: os outros homens escrevem e ela traduz. Isso já é uma coisa digna para uma mulher fazer.”*

Enquanto a revista é dirigida por Ferrão, Andringa só assina os textos que traduz. Esta idiossincrasia terminará com a substituição do director e a partir daí, passará a assinar todos os textos que redige. A jornalista lembra, contudo, que a reacção de Ferrão foi criticada por todos os que trabalhavam na revista, tendo recebido apoio generalizado. Ou seja, este episódio é relatado como um episódio avulso, uma excepção.

Maria Antónia Palla, embora identifique alguma resistência à entrada das mulheres nas redacções, conta uma experiência diferente – sem discriminações – no *Diário Popular*, no qual entrou via concurso – organizado pelo jornal, em 1968, para o qual tinha que realizar uma reportagem –, com funções indiferenciadas, salientando que antes (do concurso), as mulheres “*trabalhavam ou na agenda ou nas páginas femininas*”, como era o caso de Antónia de Sousa, responsável pela página feminina, no *Diário de Lisboa*. Contudo, Palla – em entrevista – explica que os homens não viam com bons olhos a presença feminina nas redacções:

*“A não entrada das mulheres nas redacções, era também incentivada pelos colegas, pois pensavam que tolhia a sua liberdade de expressão, nomeadamente a de dizer palavrões, e por outro lado, a de inadequação da profissão, que exigia uma disponibilidade de tempo, física e emocional, que os colegas do sexo masculino acreditavam possuir em regime de monopólio”.*

De resto, Palla é peremptória ao defender que “*fazer reportagem era considerado a prova máxima e eles achavam que as mulheres não iriam ser capazes*”<sup>98</sup>.

Esta oposição é rapidamente ultrapassada pelas mulheres, que se mostram empenhadas e não manifestam incómodo pelos alegados palavrões proferidos pelos colegas: “*A partir do momento em que entrámos, também essa resistência desapareceu*

---

<sup>98</sup> Correia et alii, Obra Citada, p. 385.

*rapidamente. Manteve-se, no entanto, a resistência para cargos de chefia*". (Maria Antónia Palla).

A corroborar esta afirmação, Diana Andringa recorda que, durante a invasão da Checoslováquia, os jornalistas da *Vida Mundial* ficou três dias seguidos na redacção e ninguém manifestou qualquer incómodo pela sua presença.

Mas para quem está habituado a não partilhar espaços e tarefas, a intromissão de novos elementos (quer fossem jovens ou mulheres) pode suscitar estranheza e receio. Andringa distingue as reacções mais ou menos amigáveis consoante a faixa etária:

*“Em certos círculos eu não me lembrava que era mulher. Éramos todos jornalistas. Quando em 1972 entro para a redacção do Diário Popular percebi que essa questão (a da não discriminação) não era assim entre os jornalistas mais velhos, e mais tarde percebi que não era bem assim quando se era mulher e se é chefe. Isto já é demasiada ousadia: «agora as mulheres são chefes? Não exageremos, não é?”*

A questão da oposição (por parte dos pares), mais ou menos subtil, à entrada ou presença das mulheres nas redacções podia manifestar-se directamente (por exemplo, o director do *Diário de Lisboa* só permitiu que Diana Andringa escrevesse para a página feminina e também só aceitou a entrada da Regina Louro na condição de que esta escrevesse para a mesma página<sup>99</sup>), isto é, balizando temas susceptíveis de serem tratados por mulheres, ou de forma menos óbvia (por exemplo, com a imposição de espaços separados por forma a salvaguardar a liberdade dos jornalistas), justificando a necessidade de proteger estes novos elementos dos já existentes.

A somar às resistências dos pares, algumas encontravam também oposição familiar: Alice Vieira refere que o jornalismo era visto como uma profissão de “*porcos, feios e maus*” e, portanto, não apropriado a uma rapariga burguesa, cujo destino digno seria o ensino, por exemplo. Ainda estudante teve que negociar com as tias a sua colaboração no suplemento juvenil. Uma vez que o jornalismo era considerado uma profissão

---

<sup>99</sup> Diana Andringa em entrevista.

inapropriada para mulheres, as tias queriam assegurar-se que a sobrinha não perderia o curso de germânicas que a conduziria ao ensino. A docência era uma carreira aceitável para uma rapariga burguesa.

Maria Antónia Palla também parece nunca ter obtido o verdadeiro reconhecimento da família: *“acho que a minha família entendeu pouco a minha escolha pelo jornalismo”*. Divorciada, com um filho, nem mesmo após ganhar o concurso que lhe abriu as portas do *Diário Popular* e ter sido convidada a sindicalizar-se, a mãe aceita totalmente o a sua escolha profissional:

*“a uma mulher que se separa duas vezes só se deseja o pior. Havia um desejo de castigo, pois eu tinha pecado muito. Que melhor poderia eu aspirar senão um emprego em que entrava às nove e saía às seis, rotineiro, sem capacidade de imaginação. Era uma espécie de prisão. Ela (a mãe) faleceu com 94 anos e acho que nunca compreendeu. Nunca sabia onde é que eu andava, porque hoje estava cá e depois ia um mês para África”*

Andringa refere algum sentimento de decepção por parte da família. Estava a estudar medicina quando envereda pelo jornalismo:

*“Eu tinha saído de medicina, depois desisto e vou ser jornalista que é assim mais ou menos como as coristas, quer dizer, saem à noite, andam com homens... e a família toda vai aguentando isto. São capazes de ter ficado um bocadinho tristes, mas também nunca o disseram, não iam ficar tristes só porque já não era doutora.”*

Edite Soeiro e Leonor Pinhão, pelo contrário, tiveram suporte familiar. O pai da última era jornalista no desportivo *A Bola* o que lhe permitiu entrar na redacção, primeiramente como observadora e depois como colaboradora durante as férias escolares. A passagem para a redacção acabou por ser ‘natural’.

Dentro e fora da família, as mulheres encontraram um ambiente pouco convidativo ao exercício da profissão. Baptista e Correia resumem bem as justificações que as jornalistas ouviam:

*“Durante anos, as portas dos jornais mantiveram-se fechadas para as mulheres, sob os mais diversos argumentos: que a sua presença impediria os homens de falar livremente, expressando-se na linguagem grosseira e recheada de palavrões que afamava o jornalismo; que lhes seria difícil cumprir horários nocturnos (como fazer uma senhora chegar a casa de madrugada, depois de um «piquete de fecho», quando não havia transportes públicos e os jornalistas não ganhavam o suficiente para comprar automóvel ou pagar táxis?); que não seriam capazes de enfrentar a dureza do trabalho, sobretudo em situação de reportagem; ou que elas próprias não gostariam de frequentar uma profissão de boémios e noctívagos, com pouco prestígio social e modestas regalias financeiras”.*<sup>100</sup>

Mas à parte de alguns episódios avulso – sempre encarados como excepção – as entrevistadas não relatam resistências efectivas. Isto é, que houvesse um grupo de colegas do sexo oposto a dificultar-lhes a vida. Pelo contrário, afirmam que sempre tiveram bom acolhimento. Isto é, as mulheres identificam, efectivamente, alguma resistência baseada na inadequação do trabalho ao seu sexo – devido às características do serviço, bem como ao facto de poderem ser sensíveis às idiossincrasias da classe – já que os colegas ficariam impedidos de falar livremente. Porém, talvez por as entrevistadas recordarem pessoas individualmente, com identificação própria, com nome e percurso de vida particulares, não reconheçam qualquer oposição aos seus colegas. Ou seja: identificam-na quando falam abstractamente (referindo-se ao grupo “dos jornalistas”), mas somente excepcionalmente quando pensam em nomes de pessoas cujas atitudes fossem discriminatórias.

---

<sup>100</sup> Obra citada, p. 382

### 3.6. Oposição, Segregação e Resistência

É precisamente a questão da manutenção de certas liberdades para um grupo maioritário que justifica a separação das mulheres jornalistas dos seus colegas. Esta situação, porém, não ocorria em todas as redacções. Algumas das mulheres que colaboravam com órgãos de comunicação social não iam sequer às redacções senão para entregar os textos:

*“Não se podia sequer entrar na redacção do Diário Popular para entregar um trabalho. Eu dizia ao contínuo que ia, ele chamava o responsável pela página (...), eu entregava-lhe o texto e ia-me embora. Não passava da entrada”. (Maria Antónia Palla)<sup>101</sup>*

Outras estavam “naturalmente” separadas dos colegas, já que escreviam para os suplementos femininos, ou para as secções femininas:

*“De facto, ela (Antónia de Sousa ficava numa salinha à parte). Não era particularmente chocante, uma vez que tinha uma secção própria”<sup>102</sup>.*

Por fim, havia também as situações em que, no mesmo espaço redactorial, as mulheres eram educadamente encaminhadas para uma sala aparte, ou para um canto da redacção. Esta separação era justificada pela necessidade de salvaguardar as jornalistas da linguagem, alegadamente, rude dos colegas. A estes garantia a liberdade de falar como antes (da chegada delas). Mas a divisão física dos espaços lembra-lhes, de uma forma não oficial, que tinham estatutos e direitos diferentes. Esta estratégia de separação não é nova: já no *século XIX* o Serviço Telegráfico francês, no qual, mulheres e homens trabalhavam em salas e turnos diferentes é disso exemplo. Scott explica que:

---

<sup>101</sup> Correia et alii, *Obra Citada*, p. 384-385.

<sup>102</sup> Diana Andringa em entrevista.

*“(...) os locais de trabalho claramente diferenciados sublinhavam os diferentes estatutos dos trabalhadores femininos e masculinos, que se reflectiam nas diferentes escalas salariais existentes em cada grupo”.*

Embora não se verificasse qualquer diferença em termos salariais entre homens e mulheres, que exercessem o mesmo cargo, Teresa Horta defende que se dificultava a ascensão na carreira às mulheres.

A separação física entre trabalhadores baseada no seu sexo foi também argumento durante os debates sobre Leis Fabris, em Inglaterra, em que se descrevia a:

*“(...) imoralidade que advinha do emprego das mulheres em trabalhos pesados, desde estarem expostas à rude linguagem masculina em locais de trabalho mistos”*

Este era também um, ou mesmo o principal, argumento para justificar a existência de espaços separados para redactoras e redactores. Sendo as redacções descritas como espaços onde a linguagem era livre, os jornalistas preferiam, segundo era dito às entrevistadas, não ter constrangimentos de ordem de expressão e esta incluía palavrões, os quais, serviam como base à separação física. Isto é, para poupar os ouvidos das jornalistas, ou, noutra perspectiva, para poderem ter total liberdade, optou-se, em algumas redacções, por colocar as jornalistas numa sala e os jornalistas noutra. Isso não impedia, contudo, que estes se sentissem chocados com a presença das mulheres.

Enquanto elementos novos na redacção – duplamente: novos por estarem a trabalhar ali pela primeira vez, novos porque são diferentes do grupo já existente (são mulheres e jovens) –, a desconfiança por parte do grupo dominante sente-se mais intensamente. Antónia Palla diz que se sentia constantemente à prova, descrevendo o ambiente que presenciou aquando da sua entrada no *Diário Popular* desta forma:

*“Senti que estávamos a fazer exames todos os dias, mas era natural haver uma certa desconfiança (...), mas devo dizer que eles distribuíram os*

*trabalhos indiscriminadamente e nós fomos metidas na agenda como qualquer outro jornalista”<sup>103</sup>*

A preocupação relatada por algumas jornalistas em “parecer bem” encontra fundamento na crítica fácil a que estas estavam sujeitas. Diana Andringa recorda como uma parte da indumentária da jornalista Antónia de Sousa – uns *collants* pretos –, suscitou comentários por parte de alguns colegas, tendo sido apelidados de “*avacalhantes meias pretas*”. Ou seja, a existência de espaços separados até poderia evitar que as jornalistas presenciassem as conversas dos colegas, mas não as protegia da sua avaliação face a comportamentos e posturas. De resto, Diana Andringa resume bem a questão:

*“De facto o que estão a dizer é que não as queremos entre nós. (...) Nunca ouvi nenhum patrão dizer que queria proteger as mulheres ou que fosse para evitar relações amorosas entre os e as jornalistas. Foi sempre «os homens não se sentem à vontade com as mulheres presentes”.*

Manuela de Azevedo, que quando chega ao *Diário de Lisboa* (através da ajuda dos amigos João de Barros e Aquilino Ribeiro), já tinha passado pelo *República* e pela *Vida Mundial*, recorda o ambiente adverso:

*“O ambiente era seco, hostil. Eu tinha boas relações com o Artur Portela cá fora, encontrávamo-nos às vezes em reportagem mas ele não me conheceu. Ficámos cinco ou seis anos sem nos falarmos porque eu fazia-lhe sombra e era mulher” (Correia et alii, 2007)<sup>104</sup>.*

Manuela de Azevedo põe a tónica na concorrência, ou na ameaça, que a entrada das mulheres nas redacções poderia representar para o grupo já instalado. Porém, Maria Antónia Palla tem outra perspectiva:

---

<sup>103</sup> Correia et alii, *Obra Citada*, p. 393

<sup>104</sup> *Obra Citada*, p. 389.

*“Não tinham medo da concorrência, porque não nos reconheciam qualidade para competir, apesar de estarmos a ocupar lugares. Não eram razões de natureza económica, mas sim de natureza machista”.*

As jornalistas esforçavam-se tanto (ou mesmo mais) quanto os seus colegas. Por vezes, a dedicação pode levá-las a tribunal, como foi o caso de Margarida Silva Dias acusada de ter saltado uma vedação *“para fazer a notícia da chegada do Pacote Niassa<sup>105</sup>”*. Também no que se refere na luta contra a censura, as jornalistas não se escusavam ao confronto de ligar para os censores, reclamando os cortes realizados: quer aos seus textos, quer aos dos seus colegas. Como explica Edite Soeiro: *“claro que reclamávamos! Era o nosso trabalho que estava em causa.”*

A questão do espaço físico acabou por esbater-se com o tempo. Alice Vieira, cujo primeiro contacto com o jornalismo foi através de um suplemento juvenil, e Leonor Pinhão, que começou no jornal *A Bola*, referem não ter passado por essa experiência.

Durante as conferências de imprensa, as mulheres também estavam sujeitas a algum tipo de discriminação, quer pelos entrevistados, quer, por vezes pelos colegas. Alice Vieira recorda uma ocasião em que lhe foi sugerido que ela deveria desistir de realizar um trabalho, que exigia disponibilidade nocturna. Iria realizar uma reportagem no mercado da Ribeira de Lisboa. Alguns colegas alegaram que o horário e o ambiente não seriam apropriados a uma mulher, mas ela foi na mesma, e todos colaboraram.

Numa conferência de imprensa da CP, Diana Andringa terá sido abordada directamente por um dos conferencistas, que lhe perguntou o nome e lhe ofereceu trabalho como secretária, tendo referido ainda que conhecia o pai dela. Ela teve o apoio dos colegas, os quais reprovaram a reacção do entrevistado. Contudo, Diana assume que ficou com a sensação que o episódio dificilmente ocorreria se ela fosse homem.

Também Maria Antónia Palla recorda uma situação em que defende que o resultado seria bem diferente caso ela fosse homem. Por ocasião do Maio de 68, toma a iniciativa

---

<sup>105</sup> *“Uma Jornalista em tribunal”*, In Diário Popular (03 de Janeiro de 1970)

de se deslocar a França para realizar uma reportagem sobre o tema e é despedida pelo excesso de autonomia<sup>106</sup>:

*“Para mim foi uma coisa terrível porque estava entusiasmadíssima com o trabalho. Se eu fosse um homem e tivesse ido atrás de uma espanhola não teria havido qualquer problema, para isso havia toda a compreensão”.*

Outra forma de segregação é limitar as jornalistas a certos temas. Acácio Barradas sustenta que uma das estratégias de afastamento das mulheres era a atribuição de tarefas específicas, isto é, não permitir que elas escrevessem sobre tudo. Recordamos que até à década de 60 a maior parte das mulheres a trabalhar em jornais estavam afectas às páginas femininas. Confinar o trabalho das mulheres a assuntos considerados femininos dificultava-lhes a possibilidade de ascender na carreira e restringe-lhes a possibilidade de enriquecimento pessoal e profissional. De resto, a irritação e o desprezo de algumas mulheres face aos temas do “feminino” são notórias; exemplificativo é a reacção de Manuela de Azevedo ao recusar a página feminina no *República*<sup>107</sup>.

Contudo, nem todas tinham a mesma possibilidade de Manuela de Azevedo, e no *Diário de Lisboa*, durante algum tempo, as mulheres só podiam mesmo trabalhar na página feminina, a qual, segundo a descrição de Diana Andringa, era “*uma página divertidíssima porque tinha que ter receitas de bolos outras sabedorias domésticas. O que era esperado era que tivesse coisas sobre perfumes, moda e cozinha*”. Porém, algumas mulheres tentavam ultrapassar os limites impostos à página feminina e ensaiavam novas abordagens:

*“tentávamos furar, ao máximo, o esquema pré-estabelecido; falar de escritoras ou qualquer coisa histórica. Honra seja feita à Antónia (de Sousa), que publicava coisas sobre escritoras, atletas ou sobre qualquer coisa que se*

---

<sup>106</sup> Segundo Palla conta a Fernando Correia e Carla Baptista: “*era uma coisa que estava mais ou menos combinada com o Dr. Pinto Balsemão, ele tinha inclusivamente escrito à Françoise Giroud (co-fundadora do L’Express), fazia parte do plano entrevistá-la. De repente, soube que se ia realizar daí a dois dias uma reunião da União Nacional dos Estudantes onde estariam os poucos líderes estudantis que ainda permaneciam em França. Apanhei um avião para Paris e mandei-lhe um telegrama a dizer que ia fazer a reportagem. Ele mandou-me outro a dizer que estava despedida.*”, p. 386.

<sup>107</sup> Episódio relatado na página 28.

*tinha passado e que envolvesse mulheres, embora não tivessem propriamente a ver com questões femininas. Embora eles não gostassem muito que fôssemos por aí, nós é que tentávamos. É claro que tinha que ter sempre as receitas, mas nós ligávamos tão pouco a isso que um dia fizemos um bolo sem farinha, esquecemo-nos de alguns ingredientes. ” (Andringa em entrevista)*

O mesmo se passaria na revista *Modas e Bordados*, à qual, segundo Andringa:

*“ninguém (da classe jornalística) ligava nenhuma, embora elas fizessem um imenso esforço por uma revista que tinha o nome da histórica Maria Lamas, e tentavam ao máximo furar o esquemas dos bordados e das receitas, para fazer outras coisas e por tentar meter assuntos sociais, mas tinham que agir com imenso cuidado. Estamos a falar de uma altura em que havia censura e que havia temas que podiam ser todos cortados”*

Isto é, as mulheres tinham de ser criativas o suficiente para poder escrever sobre coisas que fugiam ao clássico tema do “feminino” sem se notar que o estavam a fazer. À censura do regime, junta-se também alguma censura interna.

As tentativas para extravasar ou aumentar o leque de temas tratados eram justificadas pela própria representação que tinham do que era ser mulher e do que interessava às mulheres: *“Nós tentávamos fugir disso (dos temas clássicos) como o diabo foge da cruz porque achávamos que as mulheres não eram só isso”*. E acrescenta que para elas *“a questão da igualdade passava precisamente por poderem escrever sobre tudo”*.

De resto, Andringa admite que entre as mulheres jornalistas, e também com alguns homens, se fala sobre a questão da separação dos espaços, dos limites dos temas; justifica, porém a passividade dos colegas no que toca às questões da igualdade, com um valor maior: a situação de ditadura a que todos os portugueses estão submetidos. Isto é, vive-se uma situação de opressão geral e não exclusiva das mulheres:

*“Também se falava disso (das salas separadas) com os homens. Mas acho que, em Portugal, tirando pessoas como a Maria Lamas e a Elina Guimarães, a luta contra o fascismo fez com que essa questão se esbatesse um pouco entre*

*as outras. Talvez houvesse a ideia de que quando acabasse a ditadura isso passasse.” (Diana Andringa)*

Ou seja, a opressão das mulheres é uma consequência da ditadura, logo, o caminho para alcançar a igualdade passa, obrigatoriamente, pelo derrube do regime em vigor. Essa é a luta maior. Isto é, as questões da desigualdade só fazem sentido quando integradas num contexto em que os valores a defender são maiores e incluem a referida desigualdade (Tavares, 1998). Alice Vieira ilustra:

*“Naquela altura, não era tanto a ideia feminista que nos aparecia – a luta era contra o regime, portanto, isso não se colocava. Não tínhamos a ideia de que estamos a lutar pela «nossa causa feminista», mas sim contra o regime. O inimigo é este – o regime. Homens e Mulheres: estamos todos nisto, porque havia mulheres que eram presas. Estava tudo muito diluído nessa causa.”*

Uma consequência do início de carreira na página feminina poderia também ser escrever sobre assuntos de mulheres para o resto da vida profissional. Andringa menciona mesmo que Antónia de Sousa a protegia e tentava dar-lhe as coisas “*menos chatas*” ou que fossem menos de “*gueto feminino*” e explica:

*“porque isso era uma coisa que as mulheres sentiam muito; se começavam a escrever sobre as mulheres tornavam-se especialistas em questões sobre as mulheres”.*

Teresa Horta queixa-se de algo semelhante. Há anos que se assume feminista e afirma sofrer diariamente com isso, como se a colagem da sua posição político-social determinasse as perguntas que faz ao entrevistado e, por consequência, pusesse em causa a qualidade do trabalho que produz. Andringa aponta o caso de Antónia Palla, a qual é:

*“imediatamente associada a questões de mulheres, porque uma das coisas mais visíveis que fez foi sobre a luta pela despenalização do aborto, no entanto, ela fez muito mais que isso. Era uma excelente repórter e publicou um livro com as suas reportagens”<sup>108</sup>.*

De forma consciente ou não, as gerações de jornalistas que se seguiram ao 25 de Abril perceberam esse perigo e tentaram proteger-se muito mais do que as mulheres que ingressaram antes da profissão, algumas das quais, como vimos, não tinham alternativa à página feminina. Segundo Andringa, as mulheres começaram a recusar fazer trabalhos sobre mulheres ou problemas femininos; *“não reivindicavam o feminismo, mas exigiam ser tratadas com igualdade”*.

As jornalistas lutavam duplamente: contra a censura do Estado Novo e contra a desvantagem de serem mulheres em redacções masculinas marcadas pelo preconceito da inadequação da profissão ao feminino. Porém, prevalece o sentimento de que os esforços se devem direccionar, antes de mais contra o inimigo maior que é a ditadura:

*“Eu, a Antónia de Sousa, a Edite Soeiro e também alguns homens, tínhamos ideia que o que escrevíamos minava o regime. E queríamos dar voz às pessoas que não tinham. Tínhamos noção que a imprensa era uma arma de intervenção. Eu, tinha um curso de histórico-filosóficas, possuía uma série de conhecimentos que não eram comuns ao resto das mulheres e queria partilhar e pô-los ao serviço de outras pessoas” (Maria Antónia Palla em entrevista)*

A escrita e o acesso à mesma não tem necessariamente que ser utilizada para combater preconceitos de género, sobretudo numa altura em que se vive sob o jugo da censura. A reivindicação da igualdade dentro das redacções passava quer tentativa de escrever sobre certos assuntos, quer pela recusa dos temas considerados femininos e da sua

---

<sup>108</sup> Dois anos após o 25 de Abril, Maria Antónia Palla assina uma reportagem sobre o aborto clandestino, na RTP. A ousadia custar-lhe-á a acusação de *“incitamento ao aborto”*. Conceição Massano, a entrevistada, é acusada de ter abortado. Alguns movimentos de mulheres, nomeadamente o MDM e a CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção tomaram posição pública sobre o julgamento e organizaram manifestações de apoio.

página. Talvez por isso, Andringa se refira a Edite Soeiro como exemplo de alguém a quem as mulheres jornalistas portuguesas têm de agradecer:

*“Embora de uma maneira muito calada, a Edite deve ser das pessoas que mais fez pela igualdade das jornalistas deste país: é que ela escrevia sobre tudo! E nunca senti que ela estivesse a dizer: «olhem para mim, sou mulher e também sei escrever sobre estas coisas». Não, ela escrevia muito bem e era uma excelente jornalista. Toda a gente o reconhecia e isso fazia muito pela igualdade. E o que muitas de nós sentíamos era que isso (escrever sobre tudo e obter reconhecimento dos pares) já era uma forma de luta.”*

### **3.7. Jornalismo e Feminismo(s)**

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, as mulheres já se mobilizavam contra a luta antifascista. O Estado Novo era pouco tolerante com as actividades das mulheres que manifestavam oposição aos preceitos de Salazar e acaba por encerrar a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, o Movimento Nacional Democrático feminino e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Resistem, no entanto, desde 1969, o MDM – Movimento Democrático de Mulheres<sup>109</sup>, o GRAAL (ligado às mulheres cristãs) – nascido em 1957 – e o Ninho (desde 1967). No que respeita a perseguição de opositores, o regime não faz grande distinção de género. As mulheres que se mostram pouco permeáveis aos seus ensinamentos são duramente punidas e sujeitas às mesmas torturas policiais que os homens, como se pode verificar pelos inúmeros testemunhos de sobreviventes da PIDE, e pela descrição das clandestinas do PCP, feita por Ana

---

<sup>109</sup> O MDM apresenta uma candidata às eleições de 1969 e duas em 1973.

Barradas, ou pelo estudo realizado por Vanda Gorjão sobre a oposição feminina ao Estado Novo.

A favor do regime de Salazar contam-se também vários movimentos de sucesso: como o Movimento Nacional Feminino, a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina, as duas últimas objecto de estudo de Irene Flunser Pimentel na *História das Organizações Femininas do Estado Novo*.

Após a queda do regime, vários movimentos de mulheres vêm juntar-se aos que conseguiram sobreviver à repressão e hostilidades salazaristas. Em 1974, nasce o MLM – Movimento de Libertação das Mulheres, com ligações ao PCP e onde militou Teresa Horta, e dois anos depois, a UMAR – União Mulheres Alternativa Resposta.

Não é, portanto, de todo correcto, afirmar-se que não existiram movimentos feministas portugueses (Magalhães, 1998).

Quer Manuela Tavares (1998), quer Maria José Magalhães (1998) identificam a existência de diversos movimentos de mulheres portuguesas no pré e pós 25 de Abril. O caso das *Novas Cartas Portuguesas* terá ficado como um marco na história da 2ª vaga do feminismo português. Este será marcado pelas lutas pela despenalização do aborto e centra a sua atenção nas questões do direito ao corpo.

Feminismo pode ser definido como um “*movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos*”<sup>110</sup> ou, segundo as palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo<sup>111</sup>:

*“é a denúncia e a luta contra as práticas sexistas. Consideram-se sexistas as atitudes, práticas, hábitos e em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo – e só por esta razão – seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social”.*

---

<sup>110</sup> OLIVEIRA, A. “Feminismo”. In Enciclopédia Luso-brasileira. Lisboa: Verbo. 1969, p. 424.

<sup>111</sup> Citada por NOGUEIRA, Maria José. **Um novo olhar sobre as relações de género: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

“*Feminismo, palavra maldita*”, afirmam Lúcia Amâncio e Isabel do Carmo, no livro *Vozes Insubmissas*. A palavra feminismo suscita reacções quase sempre negativas. Aliado ao desconhecimento do conceito da palavra, está também a convicção de que uma vez conseguida a igualdade formal, qualquer reivindicação de cariz feminista é desprovida de sentido (Nogueira, 2001).

Num Portugal onde a palavra *feminismo* tem um sentido pejorativo, muitas mulheres negam qualquer identificação com tal movimento. A forte implantação da recusa pela palavra *feminismo* em Portugal, pode encontrar justificação, segundo Lúcia Amâncio, citada por Manuela Tavares, por:

*“os movimentos das mulheres em Portugal no período pós 25 de Abril não resultarem de uma mudança que vem do movimento social, como aconteceu noutros países, mas da mudança que era indispensável para a própria modernização da sociedade portuguesa”.*

A partir de meados da década de 80, surge a ideia de que o movimento designado feminismo estaria ultrapassado, fora de moda, e seria inequivocamente despropositado tendo em conta a nova conjuntura social (Tavares: 2000).

Neste sentido vai também a explicação de Diana Andringa, quando constata que a palavra começa a ser mal vista pelas gerações mais novas do jornalismo:

*“as mulheres mais velhas eram feministas, ou seja, a Antónia Palla, a Antónia de Sousa, a Virgínia, eu... todas nós nos declarávamos feministas sem problemas, a partir de certa altura (penso que nos finais dos anos 70, início dos 80), as jovens jornalistas começam a não gostar da palavra feminismo e a dizer que não são feministas, porque não é preciso, porque já se construiu a igualdade”*

Nem todas (das mais velhas). Edite Soeiro recusa a identificação ou qualquer associação ao feminismo, negando dificuldades adicionais por ser mulher: “*isso é mais o mito*”, responde a Cláudia Lobo, por ocasião da entrega do Prémio Gazeta de Mérito, em 2005.

Todavia, Soeiro reconhece que as reacções à presença das primeiras mulheres portuguesas jornalistas não foram brandas, contudo, considera que são elas as responsáveis pela “abertura das portas” da imprensa às mulheres portuguesas:

*“as portas já estavam abertas antes do 25 de Abril, porque as que as abriram foram as mulheres que entraram e suportaram algumas humilhações”.*

Antónia Palla – assumidamente feminista – afirma nunca ter sentido hostilidade (por parte dos seus pares) face às suas posições no que à igualdade de género diz respeito e resume:

*“Marcava essa posição nas redacções e acho que tive sorte e que as pessoas me achavam graça. Alguns levar-me-iam mais a sério que outros.”*

Leonor Pinhão tem um posicionamento pouco claro. Garante não ser feminista, mas acrescenta: *“vou sendo cada vez mais com a idade”*. E explica estar convicta de que as suas conquistas teriam chegado mais cedo caso fosse homem. Isto é, o facto de ser mulher ter-lhe-á dificultado os passos que deu. Exemplifica: *“teria sido editora mais cedo, teria sido comentadora mais cedo, etc.”*. No entanto, quando um adepto lhe gritou: *“vai para casa coser meias!”*, Pinhão adjectiva-o de incidente excepcional.

Alice Vieira tem uma posição de *“distanciamento”*, afirmando que mesmo após o 25 de Abril a sua luta nunca foi uma luta de género. E explica porquê:

*“Não me considero feminista naquele sentido de uns homens para um lado, mulheres para o outro. Nós queremos estar em pé de igualdade na vida e na profissão, o que não significa que sejamos iguais. É essa é que traz a riqueza. Não sou feminista... estou contra as quotas.*

*Nunca houve essa história de queimar soutiens e eu acho que o feminismo é isso. É estar no mesmo barco que é a sociedade. Será que foi um avanço para*

*a causa feminista a Sr.<sup>a</sup> Thatcher estar no poder? Eu acho que não. Quando as mulheres estão no poder e se comportam como homens acho que não se avança. Acho que é o nosso olhar feminino – que é, obviamente, diferente. A M<sup>a</sup> de Lurdes Pintasilgo dizia que os homens e as mulheres só estarão em pé de igualdade, no dia em que uma mulher incompetente ocupar um lugar de chefia.”*

Teresa Horta, feminista, resume o porquê da recusa da palavra feminismo por parte das mulheres jornalistas portuguesas: “*é muito penalizante*”. Com isto, Teresa Horta refere-se ao risco que alguém que se assuma simpatizante do movimento corre em não ser levado a sério. Acresce que o feminismo está conotado com o burguesismo aumentando a carga negativa da palavra. Adianta ainda que a sua própria imagem está marcada por essa postura pública. As feministas parecem estar indelevelmente conotadas com uma queima dos soutiens que nunca existiu.

No entanto, exceptuando Edite Soeiro, todas identificam a dificuldade que as mulheres têm em assumir cargos de chefia, devido às resistências que encontram:

*“Acho que as pessoas ainda não se habituaram a ter uma mulher a mandar. Os homens ainda reagem mal se estiverem subordinados a uma mulher” (Alice Vieira em entrevista)*

Vieira nem pondera a hipótese de serem as próprias mulheres a afastar-se dos cargos de poder:

*“Quem escolhe as pessoas para esses cargos são as chefias, as direcções e as administrações, portanto, não são elas que dizem que não querem. Às vezes podem afastar-se de tudo o que implique reuniões à noite... porquê? Porque quem trata da casa e dos filhos são elas. Embora muita coisa tenha mudado, muito continua como antes. Agora vão aparecendo – no DN há uma directora adjunta, mas são muito poucas”*

Também Palla afirma que apesar de as mulheres terem ultrapassado a oposição na sua permanência nas redacções, não conseguiram ainda vencer a resistência sentida quando

se trata de atingir cargos de chefia. O discurso de Andringa vai no mesmo sentido, ao recordar que as suas experiências de chefia nem sempre foram bem toleradas. Mais que isso, a discriminação de género manifesta-se na linguagem utilizada: “*chamavam-nos «as menopausicas», ora, nunca ouvi ninguém chamar um homem de andropausico*”. O discurso de algumas destas jornalistas, arriscamos dizer, enquadra-se no conceito de feminismo liberal identificado por Manuela Tavares também nas associações de mulheres em Portugal na década de 80 e que defende que a igualdade de oportunidades está ao alcance de todas, dependendo somente da sua capacidade para ser uma boa profissional ou uma boa empresária. O feminismo liberal também se designa por feminismo igualitário e:

*“engloba as correntes que defendem a igualdade. É um movimento eminentemente reivindicativo, que, ao constatar a menoridade a que as mulheres têm sido sujeitas, exige para elas uma uniformidade de direitos. Enquanto parte desfavorecida da sociedade, a mulher tem que ser defendida numa luta que só terminará quando o seu estatuto social for considerado equivalente ao do homem” (Ferreira, 2005)<sup>112</sup>*

As jornalistas que recusam qualquer identificação com o feminismo (Alice Vieira e Edite Soeiro) reconhecem a existência de condições que favorecem uma certa desigualdade: por exemplo, as estratégias de afastamento das mulheres através da atribuição de tarefas e a resistência existente quanto a cargos de chefia. Mas estão convictas que mulheres e homens já têm estatutos iguais (atingidos pela legislação que garante a igualdade formal) e, portanto, cabe às protagonistas vencer no terreno e provar que são tão competentes quanto os homens.

Actualmente, algumas mulheres que sentem a desigualdade sexual, recusam identificar-se com o feminismo. Esta atitude terá ganho particular ênfase com o *backlash*<sup>113</sup> – movimento de reacção ao feminismo, divulgado e promovido pela comunicação social e encabeçado por escritores opositores ao feminismo que ameaçavam que caso este fosse “longe demais” provocaria um *backlash* masculino (Nogueira, 2001).

---

<sup>112</sup> FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. “Feminismo/ Feminismos” In MACEDO, Ana Gabriela e AMARAL, Ana Luísa (orgs.). Dicionário da Crítica Feminista. Porto: Edições Afrontamento, 2005. Pp. 76-78.

<sup>113</sup> A palavra pode traduzir-se como revolta ou reacção violenta contra um movimento.

## V. As Jornalistas

### 5.1. Perfis de Jornalistas

Das seis mulheres incluídas neste trabalho, somente uma assina com o nome de casada: Maria Antónia Palla.

Diana Andringa, Edite Soeiro, Alice Vieira, Maria Teresa Horta e Leonor Pinhão mantiveram os seus apelidos originais (ou de solteiras) para assinar os seus textos. Por um lado, algumas começaram as carreiras quando ainda não tinham quaisquer laços conjugais – através da imprensa juvenil ou académica, o que fundamenta a opção pela manutenção do nome. Outra justificação reside no facto de o hábito das mulheres portuguesas adoptarem o apelido do cônjuge se ter popularizado a partir dos anos 60.

Em comum, todas têm as experiências do matrimónio e da maternidade. Esta última terá sido um acontecimento marcante na vida de todas, o qual conciliaram com a vida profissional, não tendo por isso desistido da carreira para se dedicarem unicamente à maternidade.

Exceptuando Edite Soeiro, todas frequentaram o ensino superior, embora só Antónia Palla, Alice Vieira e Leonor Pinhão tenham concluído as licenciaturas<sup>114</sup>.

Leonor Pinhão e Alice Vieira têm heranças familiares no jornalismo. A primeira é filha do jornalista Carlos Pinhão e a segunda prima de Maria Lamas.

Também em comum, exceptuando Edite Soeiro, é a publicação de livros e, por vezes carreiras paralelas ao jornalismo; Alice Vieira e Maria Teresa Horta são escritoras de renome. Leonor Pinhão é comentadora, cronista e guionista, Diana Andringa exerce cargos de docente na área do jornalismo e tem um percurso político ligado ao Bloco de Esquerda, tendo sido candidata à presidência da câmara da Amadora.

---

<sup>114</sup> Diana Andringa não concluiu a licenciatura em medicina, a qual abandonou para se dedicar à profissão, mas realizou diversos exames e obteve o grau de licenciada, podendo prosseguir com os estudos. Actualmente, concluiu uma pós-graduação, no ISCTE.

Todas assumiram cargos de chefia durante as suas carreiras: Edite Soeiro foi chefe de redacção de *A Notícia* e da *Flama*, Maria Antónia Palla foi directora da *Máxima*, Leonor Pinhão foi editora do *Público*, Maria Teresa Horta dirigiu a revista *Mulheres*, Alice Vieira foi responsável pelo *Juvenil* e por uma secção do *Diário de Notícias* e Diana Andringa foi subdirectora da *RTP 2*.

Tirando Leonor Pinhão, que não teve de conviver com a censura, todas elas enfrentavam o aparelho censório com obstinação e coragem, não hesitando em contactar o número de telefone disponível para reclamar atrasos e/ou cortes, não se deixando intimidar com as palavras arrogantes dos censores.

Tanto Alice Vieira, como Antónia Palla, Diana Andringa e Teresa Horta mencionam o jornalismo como uma paixão. Sentiram-se atraídas por uma profissão onde existe a possibilidade de denunciar as injustiças e um meio de fazer oposição ao regime. De certa forma, existe um discurso comum de altruísmo: que o jornalismo podia ajudar algumas pessoas.

Todas estão no activo, em actividades ligadas de alguma forma ligada à comunicação social: Edite Soeiro trabalha no Gabinete Editorial da *Visão* e é considerada a “*jornalista com mais anos de profissão em actividade*”. Leonor Pinhão desdobra-se entre as crónicas e artigos de opinião e a colaboração em guiões de filmes. Alice Vieira continua ligada à imprensa mantendo colaborações regulares na *Activa* e no *Jornal de Notícias*. Maria Teresa Horta colabora com diversas publicações e pertence aos quadros do *Diário de Notícias*. Maria Antónia Palla exerceu durante nove anos o cargo de presidente da Caixa dos Jornalistas, o qual abandonou em Julho de 2007, em desacordo com um despacho do governo que determina a extinção do reembolso das despesas de saúde dos jornalistas.

Três delas exerceram cargos directivos no Sindicato dos Jornalistas: Diana Andringa foi presidente; Leonor Pinhão foi vogal; Maria Antónia Palla exerceu o cargo de vice-presidente e de presidente do conselho técnico. Todas são sindicalizadas.

## 5.2. Alice Vieira – “*não há jornalistas*”

Prima de Maria Lamas, Alice Vieira nasce em Lisboa, a 20 de Março de 1943. É educada por duas tias num ambiente familiar burguês e de grande rigidez moral.

O tio, republicano, pertencia ao grupo do Raul Rego e envolvia-se em diversas actividades de oposição ao regime. Descreve a família como “*progressista e de oposição o governo. A nível privado era muito repressiva: as meninas não saíam à rua... acho que se notava muito em muitas famílias*”.

Vieira cresce a ouvir falar de política e habitua-se à ausência prolongada do tio, o qual “*desaparece por largas temporadas*”, sem que se coloquem questões, já que “*era melhor não saber nada porque assim não podia dar com a língua nos dentes*”. Talvez influenciada por este clima, Vieira é ainda adolescente quando vai para a rua apoiar o general Humberto Delgado não falhando um comício do general.

É também na adolescência que inicia o contacto com os jornais, enquanto escritora, porque, enquanto leitora o contacto acontecerá muito mais cedo, uma vez que “*os tios liam muitos jornais*”. Vieira, que aprende a ler “*quase sozinha, juntando as letras*”, arrisca e envia poemas da sua autoria para o Juvenil, com o desconhecimento da família. Ver o seu nome no jornal era algo “*espantoso*”.

Cedo reivindica um futuro que foge aos desejos da família. As tias não vêem qualquer vantagem para uma rapariga no ensino universitário: “*para quê? Eu ia casar, depois ia ter muitos meninos, ia ser uma fada do lar...*”. Aliás, não vêem qualquer vantagem na educação em geral, de modo que após a instrução primária feita em casa, - porque “*ninguém me deixava sair*” - a criança Alice Vieira reclama a ida para o liceu. Já adolescente irá exigir o ingresso na faculdade. A família cede à sua capacidade persuasiva.

Após intensas negociações familiares, aos 18 anos, inicia a sua actividade jornalística, sem qualquer remuneração, no Juvenil, onde irá ocupar as suas manhãs, enquanto o resto do tempo é dedicado ao curso de germânicas que frequenta na Faculdade de Letras de Lisboa.

Reconhece uma grande importância ao Juvenil nos panoramas jornalístico e literário portugueses, uma vez que permitiu dar oportunidade a muitos escritores e jornalistas:

*“Muita gente começou ali. Era onde nós aprendíamos e onde, pela primeira vez, tentávamos enfrentar a censura. Porque muitas vezes era tudo cortado: de alto abaixo. Para além dos textos literários também se publicava muito noticiário. Havia um espaço chamado Panorama, que tinha muito noticiário estrangeiro – e isso era cortado de alto abaixo”*

Experimentou a repressão policial nas lutas estudantis. Foi detida e presente ao governador civil por ocasião da invasão da cantina universitária por parte das forças policiais. A situação na universidade por oposição ao que era publicado nos jornais choca-a. Vieira recorda a sua frustração e perplexidade face à censura vigente e afirma que o objectivo principal era *“não ser preso, pois detido não se podia fazer nada”*. Em 1967, decide ir para Paris, onde vive com a prima Maria Lamas, a qual a *“ajudou, ensinou e mostrou muita coisa”*. Casa com um reconhecido crítico televisivo, que dirigia o Juvenil quando iniciou a sua colaboração e com o qual tem dois filhos. Por oposição à falta de apoio das tias para seguir a carreira, obtém suporte familiar por parte do marido: *“Acho até que o meu marido se deixou ficar um pouco para trás para eu poder avançar – tratou ele muito mais das crianças do que eu”*. Garante jamais ter sido prejudicada por ser mulher e aponta a origem de algumas dificuldades que se pudessem sentir na altura:

*“às vezes as pessoas também se adaptam – a não estar muito perto dos homens, a não confundir a sua escrita com a dos homens. Nunca senti isso – ou se o sentisse, tentava cortar –, ou bem que se é de uma profissão ou não é. E as pessoas têm que aceitar as profissões como elas. Não há jornalistas”*.

Da sua experiência de jornalismo, não guarda boas memórias do Diário Popular, no qual afirma ter sentido censura interna:

*“aquilo que normalmente, era cortado pela Censura, no Diário Popular, era cortado pelo chefe de redacção, por razões políticas. Quando os meus textos chegavam ao censor já iam tão retalhados que já havia nada que cortar. De 24 para 25 de Abril, quando chego ao Diário Popular e digo: «se me cortam uma vírgula hoje ... uma vírgula que seja... vocês vão se a ver comigo», o chefe de redacção olhou para mim e diz: «nesta casa nada mudou...»“*

Politicamente, antes do 25 de Abril era “*contra o governo*”, depois da revolução dos cravos filia-se no PCP, do qual ainda se sente próxima ideologicamente, apesar das discordâncias.

Considera que jornalismo é uma profissão que exige total dedicação e disponibilidade: “*mesmo com filhos pequenos, passava noites na redacção*”.

Em 1979, publica o seu primeiro romance: *Rosa, minha irmã Rosa*, o qual marca o início de uma carreira de escritora de livros infanto-juvenis de grande sucesso. A sua actividade de escritora granjeou-lhe vários prémios literários nacionais e internacionais e as suas obras encontram-se traduzidas em diversos idiomas.

Quando pensa na sua vida enquanto jornalista, não hesita em afirmar: “*Tornava a dedicar todas as horas da minha vida ao jornal*”.

### **5.3. Edite Soeiro – “três dias depois do meu filho nascer já estava a trabalhar”**

Nasce em Luanda, no ano de 1934. Inicia a sua carreira aos 16 anos, n’*O Intransigente*, de Benguela, no qual trabalha doze anos. Explica que o lugar lhe estava destinado desde os quatro anos, por sugestão de Gastão Vinagre, director do jornal e amigo da família, ao qual reconhece qualidades profissionais extraordinárias. Sai directamente do colégio de freiras para o jornal. O pai recebe cartas anónimas apelando ao seu bom senso, que diziam que uma menina não poderia/deveria estar “*a conviver com os pretos e num ambiente mundano*”, no entanto, Soeiro garante que eram ataques ao director, que tinha alguns inimigos e que não pretendiam atingi-la, já que “*não era ninguém*”. Acompanhou o processo de evolução técnica da imprensa e prestava-se a realizar outros trabalhos que não os de redacção. Essa disponibilidade granjeou-lhe a fama de “*pau para toda a obra*”.

Frequentou nove anos de escolaridade; o irmão, engenheiro de minas, é o privilegiado da família em termos de estudos. O pai morrera há pouco tempo, e o contributo do trabalho de Edite Soeiro é bem-vindo. Em entrevista a Cláudia Lobo, Soeiro esclarece:

*“Eu queria estudar Histórico-Filosóficas e era muito boa aluna. Mas acabou por ser bom começar a trabalhar cedo porque o meu pai morreu logo a seguir e, assim, o meu irmão mais novo pôde formar-se em Engenharia”.*

A família encara com naturalidade a opção pelo jornalismo. Aos 28 anos muda-se para a metrópole com a mãe: “*foi uma ruptura completa com o sítio onde nasci*”. Diz que o que mais diferença lhe fez, para além do frio, foi o ambiente nas redacções:

*“uma das coisas mais importantes foi a vinda, em 1975, dos retornados, pois em África, as relações de género não eram tão diferenciadas. Eles vieram e usavam calções”.*

No entanto, admite nunca ter pensado muito nisso. Chega à capital com o sentimento de cansaço, por nunca ter tido férias, pelo que procura uma publicação mensal, que lhe

permita descansar, organizar a sua nova vida e, em simultâneo, trabalhar. Entra em 1962 para a *Flama*, como colaboradora. Um ano depois faz parte dos quadros do magazine, onde fica até 1964, ano em que a editora de Abel Pereira da Fonseca a convida para dirigir a Colecção *Ulisseia*. É um período de grande enriquecimento pessoal, que lhe permite conhecer poetas e romancistas. Demite-se, após a Abel Pereira e Fonseca anunciar dificuldades numa das sucursais.

Regressa ao jornalismo após dois anos e meio à frente dos destinos da Colecção *Ulisseia* e assume as funções de chefe de redacção n' *A Notícia*, onde vive um período de grande liberdade porque “*podia escrever sobre o que queria, escolhendo os temas sobre os quais sentia ter algo a dizer*”. Escolhe a emigração, os direitos das mulheres, os Jogos Olímpicos do México, entre outros.

Pioneira não só no jornalismo, mas também na coabitação, a forma de conjugalidade que adopta com Acácio Barradas, também ele jornalista, com quem teve um filho. Reconhece que a opção não foi encarada com tanta naturalidade pela família (e pela sociedade genericamente) quanto havia sido a sua escolha pelo jornalismo: a mãe não disfarça a tristeza, contudo: “*porque me amava, entendeu e aceitou*”. Soeiro afirma que a opção da coabitação “*não era fácil*” num Portugal conservador e católico, mas “*era possível*”.

Edite Soeiro, à semelhança de Alice Vieira, apresenta traços de dedicação extrema à profissão: “*três dias depois do meu filho nascer já estava a trabalhar*”; três meses após o nascimento do filho vai fazer uma reportagem sobre emigração que implica deslocações ao estrangeiro (França, Espanha, Luxemburgo e Alemanha). Reconhece que o apoio da mãe, com quem viveu toda a vida, foi fundamental para o sucesso na conciliação da profissão com a maternidade.

Combativa, assume-se como uma mulher decidida. Daí afirmar que deu mais trabalho à censura do que a censura a ela: “*nunca houve uma única peça que tivesse sido cortada, da qual eu não fosse lá reclamar*”. *A Notícia* tinha edição em Angola e em Portugal e os cortes da censura variava consoante o local da edição: “*lá não saíam coisas sobre a Guerra do Vietname, cá não saíam coisas sobre os estudantes*”.

Afirma nunca ter sentido medo (de ser presa), mas admite desconhecer como reagiria se se tivesse deparado com esse cenário.

Garante nunca ter sentido qualquer discriminação por ser mulher e acrescenta que as portas do jornalismo já estavam abertas ao sexo feminino:

*“antes do 25 de Abril, porque quem as abriu foram as mulheres que entraram na profissão e que suportaram algumas humilhações”*

Na sua carreira profissional manteve-se sempre na imprensa escrita. É a jornalista com mais anos de profissão em actividade e foi agraciada com o Prémio Gazeta de Mérito. Modesta: *“não vai ouvir elogios de boca própria”* e, durante a entrevista que nos concedeu, repetiu várias vezes a ideia de não ser a pessoa indicada para falar, pois não teve *“uma experiência infeliz e não tem nada a dizer”*.

#### **5.4. Diana Andringa – “as mulheres jornalistas não eram mulheres... eram jornalistas”**

Nasce a 21 de Agosto de 1947, em Angola. Filha de um engenheiro e de mãe doméstica, que sempre lhe inculcou a ideia da realização pelo trabalho não doméstico:

*“A minha mãe fazia parte daquele grupo de pessoas a quem não deixaram ter uma profissão, sabia francês e tocava piano e repetiu-me, até à hora da morte, «por favor, arranja uma profissão, faz qualquer coisa, não fiques submetida a uma família, a um homem, a crianças. Não te preocupes, se estiveres a ler estás a ler e não interrompas. Fazer a cama? Ninguém precisa de uma aula para fazer a cama. Quando precisares, desembrulhas-te e fazes»”.*

Descreve o seu ambiente familiar como harmonioso e sem distinções entre rapazes e raparigas: *“jamais se colocou qualquer dúvida a que as mulheres eram tão capazes quanto os homens e que podiam ambicionar o que quisessem.”*

Tem o primeiro contacto com o jornalismo através da poesia. Envia poemas para o Juvenil e conhece Mário Castrim e Alice Vieira. Já na universidade, segue-se uma tomada de consciência política onde se indigna contra a prisão de uns colegas da Universidade e opta por denunciar a situação, através da escrita.

Acaba por abandonar o curso de medicina, não antes de provar o sabor do associativismo. É lá que conhece o recurso *“à acusação de má moral”* de forma a tentar vencer uma mulher numa discussão.

Durante o seu percurso profissional passa por vários órgãos de comunicação que vão dos jornais à televisão. Recentemente, produziu um trabalho – que se encontra disponível na Internet – sobre o acontecimento que ficou conhecido por “Arrastão”. Andringa reconhece o carácter “militante” desse trabalho sublinhando que nenhuma estação de televisão o quis emitir. Esta atitude de militância talvez seja um traço permanente – e coerente – ao longo da sua carreira. Recordamos igualmente que Andringa se debruçou sobre temáticas como a do Cônsul Aristides Sousa Mendes ou o

Big Dan's Case (um caso de violação no seio de uma comunidade de emigrantes portugueses nos Estados Unidos).

Explica como, ainda na faculdade, fazendo uso da imprensa universitária, denuncia uma situação que considera claramente injusta:

*“Não fazia a menor ideia porque é que um partido havia de estar ilegalizado, apesar de saber que vivíamos numa ditadura. E então fiz a única coisa que sei fazer: eu só sei usar palavras e achei que devia publicar um jornal. E fizemos um jornalzinho, das Associações. O pior foi a tipografia, foi a primeira vez que entrei numa tipografia para fazer um jornalzinho académico – mas académico no sentido de luta contra as prisões e a partir daí entrei na imprensa associativa. E esta era muito curiosa porque havia as faculdades onde havia as associações legais – eram legais, mas não passavam pela censura. E é nessa área que eu entro e começo a perceber que o que, se calhar, tinha para fazer era jornalismo, era denunciar com palavras, porque enquanto no país se morria de fome – porque no hospital comecei a perceber que chegava lá gente vítima de fome, se calhar não era ser médico que interessava... era denunciar a situação. Aquela ideia, um bocado infantil, que as palavras mudam o mundo e da qual ainda não consegui libertar-me”*

Após abandonar medicina, entra como tradutora para a Vida Mundial, num contexto que assume favorável:

*“acho que tive um início favorável porque vinha das Associações de Estudantes, porque corria o risco de ser presa, porque o meu marido estava preso, e porque estamos a falar de um jornalismo que era maioritariamente de esquerda. As pessoas não gostam da censura, são anti-fascistas e são raros os que são defensores do regime.”*

É a única das seis que conhece a cadeia (Alice Vieira e Maria Teresa Horta são detidas, identificadas, e depois libertadas), de onde sai a 27 de Setembro de 1971. Após o

período de reclusão, pede emprego no *Diário de Lisboa*. Depois passará pelo *Diário Popular* e pela *RTP*. Foi directora-adjunta do *Diário de Lisboa* e assinou crónicas no *Público* e no *Diário de Notícias*.

Afirma não ter tido problemas de integração. A única discriminação reveste-se de um carácter “*paternal*”: por exemplo, os colegas insistiam em acompanhá-la a casa se ela saía mais tarde.

Defende que, nas redacções, as mulheres jornalistas eram vistas como jornalistas e não como mulheres. Fora das redacções, descreve um ambiente hostil às mulheres e caracterizado pela desigualdade de género:

*"Quando me pergunta acerca da discriminação... é o medo de andar na rua sozinha, e não é o medo de ser assaltada, é um medo muito pior, que é o medo de ser visto como um naco de carne, é o medo de não ser visto como um Ser Humano. As mulheres não eram vistas como seres humanos em Portugal. Eram objectos da concupiscência dos homens que eram totalmente frustrados sob todos os pontos de vista, e portanto, a única coisa que tinham na cabeça era sexo. Se calhar na vida também não tinham, mas na cabeça... era uma coisa completamente insustentável."*

O comportamento dos portugueses limitava a liberdade das portuguesas. Andringa refere que ainda hoje prefere chegar cinco minutos mais tarde a um encontro, para não estar sozinha num café.

Recebeu a Comenda da Ordem do Infante e é membro do Conselho da mesma Ordem. É casada e tem uma filha. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas e é uma figura amplamente conhecida em Portugal. Assume-se feminista e milita no Bloco de Esquerda.

### 5.5. Leonor Pinhão – “os dirigentes desportivos achavam graça ser uma miúda e estar ali”

Nasce em Lisboa, em 1957. Aos 19 anos entra n’ *A Bola* pelo braço do pai (Carlos Pinhão), na altura, um dos directores e accionista do jornal. Explica que o que a fez entrar na profissão foi a parte menos romântica da mesma - o dinheiro: “*precisava de uns trocos para comprar algumas coisas para mim, e aliei o útil ao agradável*”; muito embora se sentisse atraída pela possibilidade de viajar e de escrever. Admite ter sido privilegiada por ter heranças profissionais na família, o que terá facilitado o seu percurso e a integração.

Dos primeiros tempos em que ia para a redacção para dar uma *ajudinha* – fazendo recados e passando as notícias que os repórteres iam ditando rapidamente passa para uma situação formal dentro do jornal. Nas suas próprias palavras: “*passaram a pagar-me pelo trabalho que eu já fazia anteriormente*”.

A influência do futebol na sua vida é precoce. Para além do pai ser accionista do principal jornal desportivo português, Leonor Pinhão acompanha o avô nas suas incursões ao futebol. De resto, a ida ao estádio é definida como “*uma actividade de família*”.

No verão de 1976 faz a sua primeira entrevista paga. Mais tarde, começa a colaborar com outros órgãos de comunicação: passa pelo *Expresso*, onde escreve sobre cinema, área pela qual sempre se interessou e na qual concluiu o ensino superior.

Considera que sempre foi bem recebida nas redacções e sente, tal como outras jornalistas desportivas, que ser mulher era, por vezes, um ponto a seu favor. À semelhança do discurso de Diana Andringa, de Alice Vieira, e mesmo de Edite Soeiro, Leonor Pinhão explica que suscitava curiosidade entre os seus pares e junto das fontes. Se no caso das três primeiras, o interesse era motivado pelo facto de serem muito jovens (e mulheres jornalistas), para Leonor Pinhão a explicação para a surpresa com que reagiam à sua presença reside no facto de, na altura, ser “*uma freak*” e acrescenta: “*os dirigentes desportivos achavam graça ser uma miúda e estar ali*”.

Em 1990, é convidada para ser editora do desporto no *Público*. Esteve n' *O Semanário*, mas o projecto – que visa a recuperação do título acaba por falhar. Quando recebe o convite para ir para a cultura, tem o total apoio do pai, que a aconselha a afastar-se do mundo do futebol. Pinhão toma a decisão de cortar com o jornalismo, mas não se distancia do futebol. Aos 40 anos, a ruptura com o jornalismo constituiu uma “*uma revolta contra a agenda; não queria que a minha vida fosse determinada pela agenda de ninguém. Não há nada como a liberdade*”, afirma a única jornalista (das seis incluídas neste trabalho) que nunca conviveu com a censura.

Sai do jornalismo para continuar ligada ao futebol e torna-se uma das comentadoras do programa *Os Donos da Bola*, assumindo a sua preferência pelo clube da Luz:

*“quando aceitei o convite, sabia que era um caminho sem retorno. A partir dali não poderia mais voltar a escrever notícias. Foi uma decisão consciente.”*

A mudança de estratégia profissional despertou, segundo a própria, uma certa inveja entre os seus pares: “*acho que alguns dos meus pares não me suportam porque eu tive a coragem de me decidir pela liberdade de opinião e dei-me bem*”.

A visibilidade que a televisão lhe dá, permite-lhe aperceber-se da necessidade de identificação sentida por algumas mulheres, que não se revêem no mundo do futebol, por ser exclusivamente masculino. Pinhão afirma ter-se apercebido de uma “*certa solidariedade de género*”:

*“havia mulheres que me abordavam na rua para me dizer que, apesar de nem gostarem de futebol, adoravam ver-me”.*

Em matéria de desigualdade, Pinhão considera nunca ter sido discriminada. Todos os episódios são encarados como excepção: “*em 26 anos de profissão só me recordo de ter ouvido uma vez: «vai para casa coser meias» – o que não é significativo*”, considera. Trabalhando num campo que desperta emoções fortes, sofreu ameaças telefónicas – durante cerca de um ano – acabando por mudar de número de telefone. Considera que se fosse homem teria passado pela mesma experiência (a das ameaças) – apenas o teor dos telefonemas seria diferente. Contrariamente a Andringa, que reconhece que ser

apelidada de “*menopausica*” é um insulto baseado em preconceitos de género, Pinhão não encara o episódio (embora admita que se fosse homem o teor dos insultos e das ameaças seria diferente) como uma discriminação de género.

Recusa igualmente a ideia de haver “*um olhar feminino sobre o futebol*” ou sobre qualquer outro tema. Embora recuse a identificação com qualquer tipo de feminismo admite: “*à medida que envelheço, vou sendo cada vez mais*” – justifica: se fosse homem, não teria de ter esperado 30 anos para que a convidassem para ser editora num jornal. Segundo a sua experiência e observação, uma mulher tem sempre que “*lutar mais e esperar mais tempo para conseguir obter as mesmas coisas que um homem*”.

E apesar da recusa na existência de olhares particulares, segundo género, sobre o que quer que seja, afirma que “*os homens não suportam perder uma discussão, sobretudo com uma mulher*”. Pinhão garante estar em vantagem face aos seus colegas comentadores de futebol, pois, contrariamente a eles não leva o futebol “*a sério*”. É que, em Portugal, “*o futebol é encarado como uma coisa muito séria e eu tenho a perfeita noção de que se trata de um jogo*”.

Pinhão foi, durante anos, a única mulher portuguesa a escrever sobre futebol. Recorda uma viagem a Itália, em que era a única mulher jornalista: “*ficaram todos a achar que Portugal era um país muito avançado em matéria de igualdade de oportunidades*”. A verdade é que, desde 1976, quando ganhou o primeiro ordenado com o exercício da profissão, algo mudou na composição social dos jornalistas desportivos. Pinhão descreve:

“*No outro dia fui ver um jogo e olhei para o camarote da imprensa e aquilo estava cheio de mulheres*”.

Politicamente, militou somente dois anos (entre os 16 e os 18 anos) no MRPP. Casou duas vezes e tem três filhos. Além de comentadora de futebol, escreve guiões e trabalha em parceria com o marido, o cineasta João Botelho.

A bola parece, no entanto, ter pouca influência na sua vida privada: “*se ganhasse o euromilhões nunca mais via um jogo de futebol na vida*”.

## 5.6. Maria Antónia Palla – “*ela escreve como um homem*”<sup>115</sup>”

Nasce a 10 de Janeiro de 1933 e cresce no seio de uma família burguesa, republicana e laica. O pai e o avô pertencem à maçonaria. De estrutura frágil, passa a infância em casa, devido a doença. Frequenta o liceu francês onde apreende os princípios pelo respeito da liberdade individual e recusa o conforto da fé.

Em 1951, entra para a faculdade de Letras onde frequenta o curso de Histórico-filosóficas.

Começa por colaborar com o *Diário Popular*, no qual ingressa via concurso. Segundo, Cecília Barreira<sup>116</sup>: “*quando começou era uma questão de sobrevivência, mas também uma questão de mostrar aos maridos que era capaz de trabalhar*”.

Necessidade de sobrevivência ou de afirmação, o certo é que Antónia Palla “*estava em estado de paixão*” e encontra no jornalismo uma forma de se expressar, de denunciar e de fazer oposição ao regime:

*“fazia parte da realização pessoal e da intervenção política. Não me sentia preparada para integrar outras formas de participação política, que não a que poderia ter no jornalismo, isto é, nas actividades consentidas pelo regime, no seio da oposição. Tinha dúvidas da eficácia dessas acções. E também o desejo de comunicar, o de partilhar, de tornar úteis os conhecimentos: senti-me privilegiada”.*

Passa pelo *Século Ilustrado*, pel’ *A Luta*, pel’ *A Capital*, e pela *Vida Mundial*. Dirigiu a revista feminina *Máxima* e trabalhou em televisão.

É fundadora da Liga dos Direitos das Mulheres. Enquanto jornalista, é reconhecida a sua qualidade de repórter – género jornalístico que muito aprecia, e ao qual introduziu inovações em Portugal, com recurso a descrições narrativas inovadoras e a títulos

---

<sup>115</sup> Alusão à frase usada por Francisco Mata, director da revista *O Século Ilustrado*, ao apresentar Maria Antónia Palla a administração do Jornal, que acabara de a contratar. A situação remonta a 1969. Situação relatada por Fernando Correia e Carla Baptista em Obra citada.

<sup>116</sup> BARREIRA, Cecília. *Confidências de Mulheres*.

criativos – e a preferência por temas sociais. Antónia Palla recorda o quão importante era a cooperação por parte dos colegas:

*“Fui muito ajudada pelos meus colegas do crime, mas eles só estavam no relato e eu queria compreender, num registo do que já se fazia no *Nouvel Observateur*. Eu adaptava o que tinha, numa análise sociológica, psicológica...”*

Assume o jornalismo como uma paixão e confessa dedicação total à profissão. A realização através da escrita é notória e permite-lhe descentrar-se de si própria, promovendo o contacto com outras realidades:

*“À medida que fui fazendo essas reportagens (que estão publicadas em livro<sup>117</sup>), eu nasci, comecei a nascer como outra pessoa – era uma pessoa cada vez mais interessada na vida dos outros. Antes era uma pessoa mais melancólica e quando começamos a voltar para os problemas dos outros, os nossos são minimizados”.*

Na sua carreira profissional, conta com uma acusação de “*incitamento ao aborto*”, que a levará a sentar-se num tribunal, na qualidade de arguida, pela autoria da reportagem “*Aborto não é crime*”, emitida no programa *Nome de Mulher*<sup>118</sup>, na RTP.

É a primeira mulher a sindicalizar-se “*com distinção*”. Assume-se feminista da diferença, isto é, igualdade, respeitando, no entanto, as diferenças femininas.

Quanto à influência que as mulheres trouxeram ao jornalismo, Palla afirma não acreditar que:

*“número de mulheres nos jornais tenha alterado o carácter masculino da informação, a qual continua a ser dominada pelos factos políticos, ou*

---

<sup>117</sup> O livro “Só acontece aos Outros” reúne treze reportagens da autoria de Maria Antónia Palla.

<sup>118</sup> O programa foi emitido entre 1974 e 1976, era realizado com a jornalista Antónia de Sousa e procurava registar “os momentos mais representativos da luta das mulheres”

*desportivos. Há menos revistas do que havia. Há poucas reportagens. A revista Visão tem uma visão muito masculinizada: que reside no privilégio do facto face à análise. Acho que tem a ver com as chefias serem masculinas e da perda de um sentimento feminista, de uma consciência, o que faz com que as mulheres hoje, tentem mais do que nós, afirmar a igualdade com o homem em vez da diferença.*

Em 2003, é condecorada com a Comenda da Ordem da Liberdade. Casa três vezes e tem um filho.

### 5.7. Maria Teresa Horta – “*Li Simone de Beauvoir aos 14 anos, e isso mudou a minha vida*”

Nasce em Lisboa, a 20 de Maio de 1937. Quando faz nove anos os pais separam-se e Teresa Horta vai viver com a mãe. Até casar, a sua vida oscila entre a casa do pai, que define como autoritário e disciplinado e a da mãe, a qual casa três vezes. Em entrevista concedida a Ribeiro Cardoso, publicada na SPA<sup>119</sup>, resume:

*“O meu pai deu-me o lado do trabalho, do estudo, da honestidade, o princípio de que, dinheiro, só do trabalho. Passou-me as ferramentas da vida. Só não conseguiu fazer-me respeitar as regras que me queria impor no dia-a-dia. E por isso chocámos muitas vezes, porque eu desobedecia. Quando morreu, com 80 anos, estávamos de relações cortadas. Já a minha mãe era inteiramente ao contrário: nunca tive uma birra com ela. Ela deu-me o lado feminino, a feminilidade, a rebeldia. E a paixão pelo cinema. E a minha avó paterna deu-me o equilíbrio”.*

A leitura da obra de Simone de Beauvoir, ainda adolescente, irá marcar as suas posições ideológicas em matéria de género e determinar a sua visão da realidade.

Frequenta o curso de histórico-filosóficas, na faculdade de Letras de Lisboa, o qual abandonou no último ano, devido ao extremo cansaço: “*ficava sempre cheia de febre antes dos exames e acabei por não aguentar e decidi não me submeter mais*”.

O primeiro contacto com o jornalismo dá-se através da poesia (da sua autoria), que envia para o *Diário de Lisboa*. Artur Portela, que dirigia um suplemento literário do Diário de Lisboa, publica os poemas e mais tarde Teresa Horta inicia a sua colaboração com este jornal como cronista. O seu percurso profissional passará por: *A Capital*, *Diário de Lisboa*, *República*, *Século*, *Diário Popular*, *Expresso*, *Diário de Notícias* e na revista *Mulheres*, da qual foi directora.

---

<sup>119</sup> Documento disponível em: <http://www.spautores.pt/revista.aspx?idContent=776&idCat=189>

Teve dois casamentos. Do segundo nasce o seu único filho. Afirma que se tivesse tido a certeza de que teria tido uma filha teria engravidado mais uma vez, no entanto, a dúvida permanente fê-la recuar.

Curiosamente, para Maria Teresa Horta, o matrimónio foi uma chave para a liberdade pois o seu pai: “*não permitia que trabalhasse ou saísse*”. Foi uma situação muito especial, já que o seu primeiro marido era “*de esquerda*”, muito seu amigo e “*gostava muito de mim*”. Para a salvar de ter da sujeição à austeridade paterna, propõe-lhe casamento para que Teresa Horta possa ter liberdade. Mais tarde, conhece o actual marido, e separa-se. Tem um filho.

Desde cedo que se interessa por cultura, em particular por cinema e literatura. Foi cineclubista tendo sido a primeira mulher a pertencer à direcção de um cine-clube. Publicou o seu primeiro livro em 1960 e desde então não parou de escrever. Pertenceu ao grupo Poesia 61. Tem uma escrita ousada, de cariz erótico, o que lhe valeu uma agressão por parte de desconhecidos, durante o Estado Novo. Em 1972, publica as *Novas Cartas Portuguesas*, com as outras duas *marias*.

Tal como Maria Antónia Palla e como Diana Andringa, assume-se feminista, o que lhe valeu a construção de uma imagem que afirma ser contrária ao que é na realidade: “*às vezes ouvia e ainda ouço dizerem que sou radical*”.

Provavelmente, mais do que qualquer outra jornalista portuguesa, Teresa Horta é conotada com o feminismo de forma que, impede que a vejam para além da *feminista* (sabendo nós o quão bem vista é a palavra feminista). Talvez por sentir esse peso, que adjectiva de “*penalizante*”, sinta necessidade de se justificar, e de, de certa forma provar que é uma mulher como as outras e que as suas convicções (e a forma como as defende) não lhe retiraram os atributos que se pedem a uma mulher conservadora - fidelidade e dedicação à família:

*“sou mulher de um homem só há mais de 40 anos. E largo tudo pelo meu filho e pelos meus netos. Por isso digo que não sou essa pessoa que se diz”*

Teresa Horta é, sem sombra de dúvida, a jornalista que mais sofreu por denunciar (literariamente) situações que considerava injustas e por lutar pela igualdade. Desde o episódio da agressão de que foi vítima, ao processo das *Novas Cartas Portuguesas*, passando pela segregação do “*gueto feminista*”. Teresa Horta acusa os seus editores (nos jornais) de terem a ideia pré-concebida de que qualquer pergunta que faça está directamente relacionada com as suas convicções pessoais. Isto é, a sua competência profissional é, subtilmente, posta em causa.

Nunca sentiu qualquer condescendência por parte da Censura por ser mulher, pelo contrário, muitas vezes, chegavam a dizer-lhe: “*escolha outra profissão. Tem um filho, não tem? Porque não vai para casa tratar dele?*”. Maria Teresa Horta afirma mesmo que os censores eram mais duros com as mulheres do que com os homens, por não tolerarem que as mulheres assumissem cargos de direcção.

Por oposição a Leonor Pinhão, acredita que a escrita feminina é diferente da masculina. Contudo, defende que, cada vez mais, *elas* se aproximam da escrita e da forma de olhar masculinas, já que esta é a que impera no meio jornalístico e na sociedade em geral.

Militou no PCP, do qual se afastou em discordância com o posicionamento do partido, sobretudo no que às questões de igualdade diz respeito.

Tem uma longa e reconhecida carreira literária estando as suas obras traduzidas em diversos idiomas.

## VI. Conclusões

A década de 60 caracteriza-se por uma forte instabilidade social criada pela guerra colonial, pelo aumento da repressão e pela multiplicação das iniciativas contra o regime. A insatisfação social e política manifestam-se nos diversos acontecimentos de oposição desta década, marcada por greves, crises estudantis, crises na Igreja Católica (exílio do bispo do Porto), golpes de Estado, conflitos armados em África e reorganização da oposição.

Em simultâneo, da Europa e dos EUA sopram ventos de mudança cuja amostra só chegará por via dos emigrantes, ou dos exilados políticos, que têm acesso a uma outra realidade.

A imprensa portuguesa sofre dos efeitos de décadas de censura e de uma propriedade de natureza familiar, mais interessada no prestígio social e no poder de influência que um jornal pode conferir a quem o detém (Correia et alii, 2007). A sociedade portuguesa é, maioritariamente, analfabeta e pobre, condições estas que atingem em particular as mulheres.

O regime esforça-se por moldar as mentalidades, utilizando a escola desde o ensino básico: impondo *curricula* separados, glorificando a maternidade (em contraste com o pouco apoio social que esta merece) e apresentando-a como a única opção “digna” para as mulheres portuguesas. A Mocidade Portuguesa Feminina e o MNF movimentos de mulheres nascidos durante o Estado Novo e dirigidos por mulheres da confiança de Salazar tornam-se num eficaz meio de difusão da ideologia salazarista. O MNF funcionará como movimento de apoio aos soldados e às famílias dos soldados e conseguirá mobilizar um grande número de portugueses (Santo, 2003).

A par da propaganda, o regime serve-se de um sistema jurídico antiquado que coloca as portuguesas numa situação de menoridade legal e de subjugação ao homem da família: quer seja o pai ou o marido. O Código civil português proíbe-lhes o exercício de certas profissões e autoriza o marido a abrir a correspondência da esposa, entre outras manifestas desigualdades.

Apesar da propaganda que ilustra o Portugal de Salazar como “*pobrezinho mas feliz*”, as mulheres portuguesas sentem os problemas reais da economia do país, da carência de educação e da pobreza. As mais letradas reflectem também acerca da desigualdade formal consagrada na lei e o artigo 5º da Constituição Portuguesa será alvo de diversas críticas por parte dos movimentos femininos.

Os jornalistas vivem situações de duplo emprego, resultantes dos baixos salários, e da falta de reconhecimento social da profissão, considerada mal paga e exercida sem grandes exigências de formação.

O surgimento dos vespertinos impõe uma nova lógica comercial e redactorial que inicia um movimento de ruptura com a realidade de uma imprensa conformada ao estatuto de caixa de ressonância. Uma nova classe dirigente e o contacto com realidades externas convidam à renovação tecnológica. Em simultâneo, ou por consequência, sente-se a emergência na mudança da composição social das redacções. Os jornais recebem escritores e estudantes afectos à oposição estudantil. É neste contexto que, às pioneiras da década de 50, algumas das quais confinadas às publicações femininas, se juntam outros nomes de mulheres.

Na sua maioria, as mulheres jornalistas que são objecto deste estudo, são de origem burguesa, republicana e letradas. Algumas têm experiência de militância política e umas um desejo de oposição ao regime.

O exercício da profissão por parte das mulheres portuguesas caracteriza-se por algumas manifestações internas de resistência: desde a separação física dos espaços, passando pela atribuição de tarefas específicas consideradas “*do feminino*”, à impossibilidade de trabalhar noutra secção/ou página que não a feminina.

As jornalistas não gostam de estar limitadas a temas relacionados com “*coisas de mulheres*” e algumas recusam mesmo fazê-lo. As que, pelas circunstâncias, são inseridas nas páginas femininas, esforçaram-se por introduzir novas abordagens e novos temas mais diversificados que estimulam o sentimento de auto-estima feminino. Ao

colocarem biografias de mulheres famosas, que deram o seu contributo à ciência, ao desporto, ou à literatura, estão a transmitir a mensagem de que tudo o que é possível aos homens está também acessível às mulheres.

À dificuldade em ultrapassar os preconceitos de ordem biológica, que ditam a inferioridade ou à inadequação femininas perante as necessidades da profissão, as jornalistas enfrentam também uma imprensa com problemas estruturais que advêm de um contexto empresarial conservador e elitista e de um contexto político cerceador da liberdade de imprensa e de expressão. A censura tende a uniformizar os conteúdos e dificultar o exercício da profissão – não só pela imposição da cultura do medo e da restrição de certos temas, como pelo facto de os jornalistas estarem obrigados a um ritual de espera dos resultados. Por vezes, podia ter de se (re)fazer várias páginas do jornal.

As jornalistas que ingressam nas redacções durante a década de 60 encontram um ambiente masculinizado e pouco aberto a mudanças. Porém, beneficiam de um panorama geral de abertura e de necessidade de renovação dos quadros.

Os suplementos juvenis desempenham um papel muito importante no recrutamento de mulheres, ou pelo menos, na oportunidade de contacto com os jornais. Contribuem para tornar visíveis dezenas de poetisas, romancistas e jornalistas, os quais, ainda jovens arriscam o envio dos seus poemas.

Paralelamente, a renovação na imprensa portuguesa inclui também o recrutamento de jovens oriundos da imprensa universitária, em convulsão durante esta década, e de onde vêm também algumas mulheres (Helena Neves, Diana Andringa). Esta última recorda mesmo que Francisco Balsemão a convida a escrever sobre a contestação juvenil nas universidades.

O recrutamento de jornalistas faz-se através de meios informais, a classe é fechada ao exterior, e a angariação faz-se pelo *boca a boca*: recorrendo ao capital social de cada um. A entrada de algumas mulheres nas redacções femininas – à qual Correia et *alii*

caracterizam de reforma e não revolução<sup>120</sup> – não era alheia aos seus próprios laços familiares a pessoas ligadas ao jornalismo. Apesar de, algumas vezes, entrarem por via de solidariedade para com algum membro da família, conquistam o seu espaço revelando brio profissional e dedicação total à profissão. Sentem, no entanto, necessidade de ter cuidados especiais com a aparência e modos de estar (Manuela de Azevedo e Maria Antónia Palla).

A luta pelas questões da igualdade fundia-se na luta geral contra a ditadura, que era a verdadeira luta. Porém, como vimos, algumas jornalistas conseguiam, de formas originais, contrariar o espírito esperado das páginas femininas, introduzindo temas e novas abordagens a assuntos “femininos”. Outra forma de resistência ou de reclamação da igualdade era a exigência por tarefas indiferenciadas, de que é exemplo máximo Edite Soeiro.

As jornalistas assumiram um estatuto de mulheres jornalistas, conciliando a maternidade e a conjugalidade com a profissão. Enfrentaram a resistência dos pares e, por vezes dos familiares. Qualquer uma delas – à excepção de Leonor Pinhão – se bateu contra uma censura, a qual ameaçava diariamente o trabalho dos jornalistas. Arriscaram a sua liberdade e, por vezes, a sua integridade física em nome de uma liberdade que viria em 1974. Durante anos, estas mulheres, atrás de secretárias, nas ruas, e munidas de papel e caneta, contribuíram para um Portugal menos cinzento e mais objectivo.

A apropriação da escrita no espaço público concretiza-se para elas quer pelo jornalismo, quer algumas vezes, pela literatura. A oposição e a manifestação de pontos contrários à ideologia dominante podia ter consequências violentas, como é exemplificativo o caso da agressão a Maria Teresa Horta.

Os movimentos de mulheres sofreram a repressão do Estado Novo: algumas mulheres foram presas e outras exilaram-se (Maria Lamas). O regime reprimia violentamente as denúncias de uma sociedade assente num autoritarismo patriarcal, como foi o caso da publicação das *Novas Cartas Portuguesas*. O movimento de solidariedade que se gerou

---

<sup>120</sup> Obra Citada, p. 395.

no estrangeiro em torno das escritoras, não teve o mesmo eco nas redacções portuguesas. Teresa Horta afirma que os seus pares estavam solidários com o processo político e não com as denúncias do livro.

Apesar das alterações legais que garantem uma igualdade formal, as mulheres continuaram a sofrer a intolerância da mentalidade conservadora portuguesa, como se verificou na manifestação organizada pelo MLM, no Parque Eduardo VII.

Muito embora, algumas jornalistas identifiquem situações de discriminação de género, recusam qualquer associação com a palavra feminismo. Os efeitos da conquista de uma igualdade formal e a caricatura que se faz das feministas “feias, porcas e más”, que odeiam homens, afasta as mulheres da possibilidade de um reconhecimento com a palavra e o seu conceito. Para a maioria a igualdade manifesta-se, antes de mais, por as mulheres jornalistas poderem fazer o que os homens jornalistas faziam.

A revolução dos cravos, que ditou o fim da ditadura, e a abertura dos cursos de comunicação Social e jornalismo, vieram determinar a existência de uma imprensa livre, sem censura e feita por jornalistas com mais formação. Hoje, as mulheres constituem, metade da população jornalística. Porém, no que toca a cargos de chefia, os números coincidem com as restantes áreas profissionais: continuam a escassear.

# **BIBLIOGRAFIA**

## MONOGRAFIAS

- ÁLVAREZ, Ana de Miguel – **O Feminismo Ontem e Hoje**. Lisboa: Ela por Ela, 2002.
- ARONS de CARVALHO, Alberto – **A Censura à Imprensa na Época Marcelista**. Coimbra: Minerva, 1999 (1ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1973).
- BALSEMÃO, Francisco C. Pinto – **Informar ou Depender?** Lisboa: Ática, 1971.
- BANTON, Michael - **Discrimination**. Bristol: Open University Press, 1994.
- BARRADAS, Ana – **As Clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.
- BARRADAS, Ana – **Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes**. Lisboa: Antígona, 1998.
- BARREIRA, Cecília – **Confidências de Mulheres: anos 50 – 60**. Lisboa: Editorial Notícias, 1993.
- BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa e COSTA, Maria Velho - **Novas Cartas Portuguesas**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 7ª Edição, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de – **O Segundo Sexo**. Venda Nova: Bertrand, 1987. Vol. II.
- CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla – **Jornalistas: do Ofício à profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)**. Lisboa: Caminho, Coleção: Nosso Mundo, 2007.
- DUBY, Georges *et alii* – **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, (trad. port. Carlos Veiga Ferreira), 1986.
- ECO, Umberto – **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- FRADA, João José Cúcio – **Guia Prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- GORJÃO, Vanda – **Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Coleção: Estudos e Investigações, nº 24, 2002.

- JEANNENEY, Jean-Noël – **Uma história da Comunicação Social - das origens aos nossos dias**. Lisboa: Terramar, 1996.
- LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco – **Mulheres para além do seu tempo**. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- MAGALHÃES, Maria José – **Movimento Feminista e Educação**. Lisboa: Celta, 1998.
- MAURÍCIO, Maria José – **Mulheres e Cidadania: alguns perfis e acção política – 1949-1973**. Lisboa: Caminho, Colecção Universitária, 2005.
- NEVES, Helena. CALADO, Maria – **O Estado Novo e as Mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- PALLA, Maria Antónia – **Só Acontece aos Outros: Histórias de Violência**. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.
- PIMENTEL, Irene Flunser – **História das Organizações Femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- QUEIROGA, Fernando – **Portugal Oprimido: factos e nomes da ditadura salazarista**. Lisboa: O Século, 1974.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Colecção Trajectos, Gradiva, 1998.
- RABY, Dawn Linda – **Resistência Antifascista em Portugal 1941/1974: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar**. Lisboa: Edições Salamandra, Colecção Tempos Modernos, 1990.
- ROCHA, João L. de Moraes – **O essencial sobre A Imprensa em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário e CARDOSO, Mário - **Portugal depois de Abril**. Lisboa: Edições de António dos Reis, 1976.
- SANTO, Sílvia Espírito – **Adeus, até ao teu Regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra colonial (1961-1974)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SILVA, Maria Regina Tavares da – **A Mulher: Bibliografia anotada (monografias, 1518-1998)**. Lisboa: Cosmos, 1999.

- SCHULAMIT, Reinhartz - **Feminist Methods in Social Research**. Oxford University Press, 1992.
- TAVARES, Manuela – **Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- TENGARRINHA, José – **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2ª Edição, 1989.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»**. Lisboa: Vega, 1993.

#### **CONTRIBUIÇÕES EM MONOGRAFIAS:**

- AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriel (orgs). “Género”. In Dicionário da Crítica Feminista. Porto: Edições Afrontamento, 2005. Pp. 87-88
- FERREIRA, José Medeiros (coord.). “A Evolução da Sociedade Portuguesa”. In MATTOSO, José (dir.) História de Portugal: Portugal em Transe (Volume 8). Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Pp. 223-270.
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro Ferreira. “Feminismo/Feminismos”. In AMARAL, Ana Luísa, MACEDO, Ana Gabriel (orgs). Dicionário da Crítica Feminista. Porto: Edições Afrontamento, 2005. Pp. 87-88.
- PALLA, Maria Antónia. “As Mulheres e o Século XXI: Uma tão longa marcha. Alguns apontamentos sobre a história das mulheres e os estudos sobre as mulheres”. In FIADEIRO, Maria Antónia (org.). Mulheres Século XXI: 101 Livros. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben. “The Portuguese Media in transition”. In KENNETH Maxwell. The press and the rebirth of Iberian Democracy. London: Greenwold Press, 1983.

- RODRÍGUEZ, Alberto Pena. “História do Jornalismo Português”. In QUINTERO, Alejandro Pizarroso. História da Imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- ROSAS, Fernando (coord.). “As Mudanças Invisíveis do Pós-guerra: uma Sociedade em Mutação”. In MATTOSO, José (dir.) História de Portugal: O Estado Novo (Volume 7). Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. VII, Pp. 419-495.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gender: a useful Category of Historical Analysis”. In SHOEMAKER, Robert, VINCENT, Mary (orgs). Gender and History in Western Europe. London: Arnold, 1998. Pp. 42-65.
- THÉBAUD, Françoise. “A Grande Guerra – o triunfo da divisão sexual do trabalho”. In DUBY, Georges e PERROT, Michèlle (org.) História das Mulheres no Ocidente – o Século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1995. Vol. V, pp. 30-90.
- VAN DE CASTEELE-SCHWEITZER, Sylvie e VOLDMAN, Danièle. “Fuentes Orales para la Historia de las Mujeres”. In ESCANDÓN, Carmen Ramos (org.). Género e Historia: La Historiografía sobre la mujer. Mexico: Instituto Mora, 1992. Pp. 99-109.
- TOURAINÉ, Alain *et alii* (coord.). “Género” e “Feminismo” In Dicionário do Pensamento Social do Século XX. LESSA, Renato; SANTOS, Wanderley Guilherme e ZAHER, Jorge (editores brasileiros). Rio de Janeiro: Edições Dinalivro, 1996. P. 304-07 e p. 332-335.

#### **ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES EM DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS:**

- ANDRINGA, Diana. “A Mulher na sociedade Actual?????”. s.d. In [http://sprc.pt/paginas/cadernos\\_pedagogicos/mulher\\_actual.html](http://sprc.pt/paginas/cadernos_pedagogicos/mulher_actual.html)
- BEBIANO, Rui, SILVA, Alexandra. “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a “Carta a uma Jovem Portuguesa”. s.d. In [http://ruibebiano.net/docs/estudos/RHI\\_Reidentificacao\\_RB.pdf](http://ruibebiano.net/docs/estudos/RHI_Reidentificacao_RB.pdf)
- LOBO, Cláudia. “Corredora de fundo”. s.d. In Sítio do Clube dos Jornalistas: <http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=826>
- PORTUGAL, Margarida. “Fazedoras de Opinião”. In Máxima on-line, s.d., <http://www.maxima.pt/destaque/09-00-00.shtml>

- PETROV, Petrav. “O Ensaio na Obra de José Cardoso Pires”. In VI Congresso Internacional de Lusitanistas, s.d. [http://www.geocities.com/ail\\_br/oensaionaobrajosecardoso.htm](http://www.geocities.com/ail_br/oensaionaobrajosecardoso.htm)
- RAPIN, Anne. Entrevista com a historiadora Michelle Perrot. In Label France: número 37. Outubro de 1999: [www.france.diplomatie.gouv.fr/label\\_france](http://www.france.diplomatie.gouv.fr/label_france)
- SUBTIL, Filipa. “As Mulheres Jornalistas”. In Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação s.d.: <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=subtil-filipa-mulheres-jornalistas.html>
- VALBY, Monica. “Discriminação sexual e mídia”. In Label France: número 37 Outubro de 1999: <http://www.france.org.br/abr7/label/label37/dossier/01perrot.html>
- “Currículo de Diana Andringa”. In Sítio do Sindicato dos Jornalistas, s.d.: <http://www.jornalistas.online.pt/>
- “Currículo de Maria Antónia Palla”. In Sítio do Sindicato dos Jornalistas, s.d.: <http://www.jornalistas.online.pt/imprimir.asp?id=408&idcanal=406>
- “Marcos históricos na vida do SJ”. In Sítio do Sindicato dos Jornalistas, s.d.: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=485&idselect=51&idCanal=51&p=0>
- “Sufragista”: Autobiografia de Maria Teresa Horta. In Visão Online. s.d.: <http://visaoonline.clix.pt/default.asp?CpContentId=328684>
- “Todos os Defeitos e poucas virtudes”. Entrevista a Maria Teresa Horta, In [http://www.wsmcafe.com/new\\_users/1/0/10200182ad7/page9.html](http://www.wsmcafe.com/new_users/1/0/10200182ad7/page9.html)

### **TESES, DISSERTAÇÕES E OUTRAS PROVAS ACADÉMICAS**

- SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os Jornalistas Portugueses 1933 – 1974, Uma profissão em construção*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Lisboa: Departamento de Ciências da Comunicação, 2001.

## **ACTAS DE CONGRESSOS E COLÓQUIOS**

- ARAÚJO, Helena Costa. “A Batalha em torno da Co-Educação, 1919-1927”. In FERNANDES, Rogério e ADÃO, Áurea (orgs). Iº CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970; actas. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. Vol. I.
- ARAÚJO, Helena et Al. “A Co-educação em Portugal: alguns contributos”. Comunicação apresentada no COLÓQUIO OUTROS SENTIDOS PARA A A CIDADANIA.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho. “Aspectos da Emigração Portuguesa.” In III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: actas. Barcelona: Scripta Nova, 2001.
- BELEZA, Teresa Pizarro. “Desigualdade e Diferença no Direito Português”. In III CURSO INTERNACIONAIS DE VERÃO DE CASCAIS (1 a 06 Julho de 1996). Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1997. Vol. 1, p. 179-190.
- COLÓQUIO DA FACULDADE DE LETRAS – O Fascismo em Portugal: actas. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.
- COVA, Anne. “Escrever a História das Mulheres”. In V CURSO INTERNACIONAIS DE VERÃO DE CASCAIS (6 a 11 Julho de 1998): actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1999. Vol. 4, p. 117-130.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. “Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira”. In Apresentação no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande – MS.
- SOUSA, Maria Reynolds. “As primeiras deputadas portuguesas”. In Colóquio A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA: VISÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS ACTUAIS: actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

## **ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES EM SÉRIE:**

- BOCK, Gisela. “História, História das Mulheres, História do Género”. In Penélope: Fazer e desfazer a História, Nº 4, Novembro 1989, pag. 158-187.
- BERTAUX, Daniel. “Los Relatos de Vida en Analisis Social 1”. In Historia y Fuente Oral, nº 1. Barcelona: Publicacions UB, 1990.
- CONDE, Idalina. “Falar da Vida (I)”. In Sociologia: Problemas e Práticas, nº 14. Lisboa: CIES: Departamento de Sociologia, 1994, pp. 199-222.
- CONDE, Idalina. “Falar da Vida (II)”. In Sociologia: Problemas e Práticas, nº 16. Lisboa: CIES: Departamento de Sociologia, 1994, pp. 41-74.
- FIADDEIRO, Maria Antónia. “Maria Antónia Palla, Feminista e Jornalista (notas para uma biografia)”. In Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher, nº 12, 2004, pp. 143-148.
- GUIMARÃES, Elina. “A mulher Portuguesa na legislação civil”. In Análise Social, Vol. XXII (92-93), 1986 -3º-4º, pp. 557-577.
- PIROLO, Alda Lúcia. “O processo de Comunicação e Informação: sua influência no movimento do Homem em movimento no mundo”. In O Professor, nº 52, 1996, pp. 15-23.
- SCOTT, Joan Wallach (1988). “Gender: a useful category of Historical Analysis”. In American Historical Review 91.nº 5, 1986
- SILVA, Pedro Alcântara. “Quem somos nós?”. In JJ – Jornalismo e Jornalistas, nº 4. Outubro/Dezembro 2000.
- SILVEIRINHA, Maria João. “Representadas e Representantes: as Mulheres e os Media”. In Media e Jornalismo. Nº 5. Ano 3, 2004, pp. 9 – 29.
- NP 405-1. 1994. Norma Portuguesa: Informação e Documentação. Lisboa: IPQ, 1995.
- **A Política de Informação no Regime Fascista. 2º volume.** Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980.
- <http://www.bocc.ubi.pt> Página On-line de Ciências da Comunicação
- <http://www.jornalistas.online.pt/> Página On-line do Sindicato dos Jornalistas

### **ARTIGOS DE JORNAIS:**

- HENRIQUES, Júlio – A manifestação dos Impotentes. In Expresso (18 Janeiro de 1975).
- RODRIGUES, Ana – Uma vida construída de percursos femininos, Leituras modificam Maria Teresa Horta. In Notícias da Amadora (27 Março de 2003).
- 1975 – Ano Internacional da Mulher. In Expresso (11 Janeiro de 1975).
- “Strip-tease” de contestação organizado pelo MLM. In Expresso (11 Janeiro de 1975).
- Uma Jornalista em tribunal. In Diário Popular (03 Janeiro 1970).

### **ENTREVISTAS**

- Entrevista realizada a Acácio Barradas, a 12 de Junho de 2004, em Lisboa.
- Entrevista realizada a Diana Andringa, a 21 de Junho de 2004, em Lisboa.
- Entrevista realizada a Maria Antónia Palla, a 07 de Outubro de 2004, em Lisboa.
- Entrevista realizada a Edite Soeiro, 09 de Dezembro de 2004, em Oeiras.
- Entrevista realizada a Leonor Pinhão, a 08 de Agosto de 2005, em Lisboa.
- Entrevista realizada a Maria Teresa Horta, a 04 de Janeiro de 2006, em Lisboa.
- Entrevista realizada a Alice Vieira, a 07 de Julho de 2006, em Lisboa.

NP 405 – 1. 1994, Informação e Documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. IPQ.

# **ANEXO**

## QUESTIONÁRIO

### 1. Identificação:

- a. Nome:
- b. Ano de nascimento:
- c. Naturalidade:

### 2. Entrada na profissão:

- a. Ano de entrada na profissão:
- b. Idade com que iniciou a profissão?
- c. Situação escolar aquando da entrada na profissão:
  - i. Esta situação alterou-se? Retomou os estudos? Na área inicial? Ou noutra?
- d. “Porta” de entrada na profissão:
- e. Estado civil aquando da entrada na profissão:
  - i. Este alterou-se?
- f. Agregado familiar aquando da entrada na profissão?
  - i. Este alterou-se?
- g. Posição política?
  - i. Esta alterou-se?
- h. Feminista?
  - i. A posição inicial alterou-se?
- i. Publicações (livros) enquanto jornalista?.
- j. Primeiro trabalho publicado? Ano da publicação, local, título?
- k. Trabalho(s) mais importantes?
- l. Temas?
- m. Entrevistas cruciais?
- n. Mestres na profissão? Quem?

### 3. Heranças familiares na profissão?

### 4. Heranças familiares na política?

### 5. Na profissão:

- a. Visada pela censura enquanto jornalista?
  - i. Presa pela PIDE?
  - ii. Foi premiada enquanto jornalista?
  - iii. Sindicalizada?
  - iv. Desde quando? Alguma vez deixou de ser sindicalizada?
  - v. Assumi cargos de direcção no Sindicato?
- b. O percurso envolveu outros órgãos de comunicação social para além do inicial?
  - i. Televisão? Rádio? Não?

### 6. Ainda no activo?

### 7. Tem livros publicados?

## II. No Jornalismo

### 8. A Redacção:

- a. Descrição geral
  - i. Colegas – a questão dos palavrões
  - ii. Ambiente, espaços físicos – a segregação mascarada de paternalismo
- b. Colegas
  - i. Quem eram @s colegas mais próximos?
  - ii. Quem eram as jornalistas?
    - 1. Como era a relação entre elas?
    - 2. As mulheres exigiam lugares para si? O que exigiam as mulheres?
    - 3. *“As mulheres percebiam que a situação não lhe era favorável, mas tentam mudá-la a seu favor”* (Barradas) de que forma?
  - iii. Que tipo de relação tinham?
  - iv. Havia relação para além do trabalho? Isto é, eram amigos? Saíam?
  - v. Como reagiam às reivindicações de alguns grupos feministas ou das mulheres em geral?
    - 1. Reacções ao Caso das “Três Marias”
    - 2. Manifestação do Parque Eduardo VII – Queima dos soutiãs
    - 3. Agressão a Maria Teresa Horta por ocasião da publicação do seu livro “Senhora de Mim”.
    - 4. O assédio quotidiano reflectia-se nas redacções? Ou eram protegidas? Havia homogamia conjugal?
  - vi. Teve cargos de direcção? Editora, Grande Repórter, Directora...?
- c. Directores
  - i. Quem eram?
  - ii. Que relação estabeleciam?
  - iii. Figuras mais importantes
  - iv. Que papel tiveram na contratação de mulheres para as redacções?
- d. Sindicalismo
  - i. Importância do Sindicato
  - ii. Relação com o sindicato

### 9. O jornalismo

- a. Diferenças – escrita por homens e mulheres
- b. Cruzamento entre a literatura e o jornalismo
  - i. Os jornalistas começavam muitas vezes por publicar poemas nos jornais. Esta era a grande porta de entrada? Para mulheres e homens ou somente para mulheres?

- c. Estratégias de afastamento através da atribuição de tarefas – que tarefas?
  - i. Afastamento de cargos de poder? Ou de casos noticiosos importantes?
- a. Remunerações? Iguais? Explicaram-me que os redactores ganhavam mais do que os repórteres – será que havia mais mulheres repórteres do que homens?
- b. O trabalho jornalístico das mulheres era respeitado pelos homens? Sentia esse respeito?
- c. E como reagiam os entrevistados ao verem uma mulher?

**10. Comentários:**

- a. *“A questão feminina diluía-se na questão fascista. Havia sectores que consideravam que a questão feminina iria resolver-se após a queda do regime”* (Andringa, 2004). Concorda com a afirmação?
- b. Os homens olham para as mulheres como alguém que ouve? Isso dá-lhes vantagem nas entrevistas? As grandes entrevistas são conduzidas por mulheres?